

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

MESTRADO EM: Gestão e Estratégia Industrial

**POLÍTICAS PÚBLICAS
E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
PARA S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

JOSÉ GOMES BARBOSA

Orientação: Dr. Jorge Barrata Preto

Júri

Presidente: Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

**Vogais: Doutor Bernardo Manuel teles de Sousa Pacheco de
Carvalho**

Dr. Jorge Barrata Preto

Outubro/2001

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Mestrado em: Gestão e Estratégia Industrial

Orientação: Dr. Jorge Barrata Preto

Júri

Presidente: Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira

**Vogais: Doutor Bernardo Manuel teles de Sousa Pacheco de
Carvalho
Dr. Jorge Barrata Preto**

Combatemos na altura a tese de “Federação com a Metrópole” e continuamos (...) apesar da crise que hoje se vive no meu país, fruto sobretudo da ignorância e incapacidade da classe dirigente de poderem inserir São Tomé e Príncipe no mundo globalizante da actualidade. A “classe” dirigente sãotomense não dirige, porque não sabe dirigir e sobretudo, porque não reconhece essa sua fraqueza.

Doutor Manuel Pinto da Costa
(1998, Líder do MLSTP/PSD)

Glossário

BCSTP	- Banco Central de São Tomé e Príncipe
BM	- Banco Mundial
CAD' HOMÊ	- Dito popular que em crioulo forro exprime a ideia do “salve-se quem puder”
CHST	- Centro Hospitalar de São Tomé
Djing'úbuê	- Aforismo popular através do qual se exorta à acção, à iniciativa, ao espírito empreendedor
DTS	- Direitos de Saques Especiais
ECOFAC	- Conservação e Utilização Racional dos Eco-sistemas Florestais em África
EMAE	- Empresa de Água e Electricidade
EMAVE	- Empresa de Aves
ENAPORT	- Empresa Nacional de Portos
ENCO	- Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
ERHC	- Environmental Remediation Holding Corporation
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GTZ	- Gesellschaft für technische Zusammenarbeit
HIPC	- Heavily Indebted Poor Countries
MLSTP	- Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
ÔBO	- Floresta cerrada
OGE	- Orçamento Geral do Estado
ONUDI	- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PAE	- Programa de Ajustamento Estrutural
PAP	- Plano de Acção Prioritário
PIB	- Produto Interno Bruto
PIP	- Programa de Investimentos Públicos
PME	- Pequenas e Médias Empresas
PNAPAF	- Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDA	- República Democrática Alemã
RDSTP	- República Democrática de São Tomé e Príncipe
SENAE	- Serviço Nacional de Estradas
SMI/PF	- Serviço Materno Infantil/Planeamento Familiar
STP	- São Tomé e Príncipe

STPETRO	- São Tomé and Príncipe National Petroleum
Tlabá só ca da tê	- Máxima popular segundo a qual só com o trabalho se pode criar riqueza e promover o progresso individual e social
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
US\$	- Dólar dos Estados Unidos da América
VBP	- Valor Bruto da Produção
Vij'úbuê	- Dito popular através do qual se alerta alguém ou grupo a ter cuidado na defesa dos seus interesses, estando sempre vigilante
WADCO	- West African Development Company
ZEE	- Zona Económica Exclusiva
ONG	- Organização Não Governamental
PAM	- Programa Alimentar Mundial
OMC	- Organização Mundial do Comércio

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PARA S. TOMÉ E PRÍNCIPE

José Gomes Barbosa

Mestrado em: Gestão e Estratégia Industrial

Orientador: Dr. Jorge Barrata Preto

Provas concluídas em:

Resumo

O presente trabalho versa sobre as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe. Começa por considerar as características que fazem a vulnerabilidade dos Pequenos Estados Insulares e que precisam ser tomadas em conta na formulação de estratégias que visam o seu desenvolvimento. Seguidamente apresenta o percurso de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe desde a independência até ao presente, sublinhando as dificuldades encontradas e que determinaram a degradação da vida económica e social do País, como consequência da adopção de modelos económicos desajustados. Para a compreensão da actual situação é feita uma abordagem dos vários ensaios de políticas públicas baseada em documentos e entrevistas em profundidade que permitiram o diagnóstico da situação nos vários sectores da economia.

Devendo os esforços de análise desembocar num pacote de opções estratégicas de desenvolvimento a médio prazo, o trabalho retoma as principais aspirações dos são-tomenses, conforme recolhidas no quadro do Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo, e problematiza em torno das possibilidades e constrangimentos face à necessidade de realização dessas aspirações.

Por último, o trabalho centra-se na apresentação de um conjunto de opções estratégicas a médio prazo que são apresentadas sob forma de propostas de políticas sectoriais e de reformas ligadas à governação. As iniciativas em torno das propostas formuladas constituem ponto de partida para a possível descolagem económica a longo prazo.

Palavras-chave: Vulnerabilidade, aspirações; descolagem económica; diversificação produtiva; opções estratégicas; políticas públicas.

PUBLIC POLICIES AND DEVELOPMENT STRATEGIES FOR SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE

José Gomes Barbosa

Master Degree in Management and Industrial Strategy

Academic Adviser: Dr. Jorge Barrata Preto

Public defence on:

Abstract:

The present work focus on public policies and strategies aimed at promoting the development of São Tomé and Príncipe. First it takes into consideration characteristics that make Small Islands States such as São Tomé vulnerable. These characteristics are paramount when formulating new strategies for development. Secondly, it goes through the development path along which São Tomé and Príncipe evolved from the day it became an independent state until today. This journey reveals the major causes contributing to the progressive deterioration of social and economic life as the result of adopting inadequate economic models.

To better understand the current situation we discuss several public policies that have been adopted over the recent years. To accomplish this discussion we undertook a thoroughly analysis of documents and in-depth interviews which in turn allowed us to diagnose the prevailing situation across different sectors of the economy.

Our analysis looks back at the aspirations of the São Tomeans as expressed on the National Long Term Perspectives Studies, assesses the possibilities and shortages they face for their fulfilment and proposes a package of medium term development strategic options.

Finally, this work presents a set of medium term strategic options in the form of proposals to be implemented within the government framework aimed at developing public policies and reforms to selected economic and social sectors of the São Tomean society. The proposed strategic options are viewed as the starting point of a journey, which will eventually bring forth the economic development of São Tomé and Príncipe in the long run.

Keywords: Vulnerability; Aspirations; economic start; production diversification; strategic options; public policies.

Índice

Glossário.....	3
Resumo.....	5
Índice.....	7
Lista de Quadros.....	10
Introdução.....	11
1. Algumas considerações sobre as características dos Pequenos Estados Insulares .	15
2. O percurso do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, da independência até ao presente	19
2.1. Linhas gerais das políticas empreendidas após a independência.....	19
2.2. A problemática político-institucional.....	28
3. Sistema Económico: Principais evoluções e constrangimentos	30
3.1. Política Económica.....	30
3.1.1. Moeda e Preços	30
3.1.2. Evolução do PIB e da Procura	31
3.1.3. Investimentos	33
3.1.4. Finanças Públicas	35
3.1.5. Endividamento	37
3.1.6. Trocas com o exterior e balança de pagamentos.....	39
3.1.7. Aspectos sociais	41
3.1.7.1. Rendimentos e emprego.....	41
3.1.7.2. Educação e formação	43
3.1.7.3. Saúde e nutrição.....	45
3.1.7.4. Acesso à água e ao saneamento.....	48
3.1.7.5. Alojamento	49
3.2. Agricultura, Pecuária e Florestas	50
3.2.1. Agricultura	50
3.2.2. Pecuária.....	56
3.2.3. Floresta.....	58
3.3. Indústria	61
3.4. Comércio.....	64
3.5. Turismo, Meio Ambiente e Gestão dos Recursos Naturais	65
3.5.1. Turismo	65
3.5.2. Meio ambiente e gestão dos recursos naturais	67
3.6. Pescas	68

3.7. Zonas Francas e Petróleo	72
3.8. Sector privado	73
3.9. Energia.....	75
3.10. Potencial hídrico.....	79
3.11. Transportes e comunicações	82
3.12. Constrangimentos Estruturais e riscos à médio prazo.....	83
3.12.1. Constrangimentos ligados ao desequilíbrios macro-económicos e à gestão económica e financeira.....	83
3.12.1.1. Fraqueza estrutural dos recursos do Estado	83
3.12.1.2. Peso da dívida externa	84
3.12.1.3. Inflação e taxa de câmbio.....	85
3.12.1.4. Ausência duma utilização racional de recursos.....	85
3.12.2. Constrangimentos que entram o desenvolv. da produção e da troca.....	86
3.12.2.1. Constrangimentos ligados as estruturas e a organiz. da produção.	86
3.12.2.2. Enquadramento legal das actividades económicas.....	87
3.12.2.3. Fiscalidade e sistema de financiamento	87
3.12.2.4. Infra-estruturas de transporte.....	88
3.12.2.5. Aprovisionamento em energia.....	89
3.12.2.6. Acesso aos "inputs", à tecnologia e à informação	90
3.12.2.7. Mercado.....	90
3.12.2.8. Recursos humanos	91
3.12.3. Constrangimentos de população e da sociedade	91
3.12.3.1. Pressão crescente da procura social.....	91
3.12.3.2. População e ambiente	93
3.12.4. Constrangimentos exógenos e outros factores de incerteza.....	93
3.12.4.1. Mercados internacionais.....	93
3.12.4.2. Situação continental e na sub-região	93
4. Aspirações nacionais	94
4.1. Possibilidades e constrangimentos à realização das aspirações dos são-tomenses	95
4.1.1. Tendências, incertezas e acontecimentos fundamentais para o futuro	95
4.1.1.1. Tendências.....	95
4.1.1.2. Incertezas.....	98
4.1.1.3. Acontecimentos fundamentais para o futuro.....	100
4.1.2. Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades	101
4.1.2.1. Forças.....	101

4.1.2.2. Fraquezas.....	102
4.1.2.3. Ameaças	103
4.1.2.4. Oportunidades	104
4.2. Cenários	106
4.2.1. Contexto dos cenários.....	107
4.3. Cenários para o futuro de São Tomé e Príncipe.....	109
4.3.1. Cenário I – Oásis Equatorial “TLABÁ SÓ CÁ DÁ TÊ”	109
4.3.2. Cenário II – “DJING’ UBUÊ”	110
4.3.3. Cenário III – “CAD’HOMÊ/VIJ’UBUÊ”	112
5. Opções Estratégicas de Desenvolvimento	114
5.1. Opções de desenvolvimento a médio prazo.....	130
5.1.1. Estabilização financeira e regresso dos grandes equilíbrios	134
5.1.2. A promoção do sector privado e a diversificação das activ. produtivas.....	137
5.1.3. Melhoria da eficácia das políticas sociais	145
5.1.4. Reforma das instituições públicas e o reforço das capacidades	146
5.2. Algumas políticas sectoriais e acções selectivas.....	147
Bibliografia:.....	163
Legislação consultada:	167

Lista de Quadros

Quadro 1: Crescimento médio em volume entre 1986 e 1997	32
Quadro 2: Repartição da procura final em relação ao PIB.....	33
Quadro 3: Evolução e estrutura do PIP, 1994-1998 (em milhões de US\$).....	34
Quadro 4: Dívida externa	39
Quadro 5: Balança de Pagamentos (em milhões de US\$).....	40
Quadro 6: Distribuição do número de empregos por sectores	42
Quadro 7: Nível de educação da população são-tomense	43
Quadro 8: Evolução das superfícies cultiváveis e das explorações	52
Quadro 9: Inventário florestal	59
Quadro 10: Potencial de corte de madeira comercial (1000m ³ /ano).....	60
Quadro 11: Inventário da procura de madeira para serração em S. Tomé e Príncipe	60
Quadro 12: Evolução do PIB da Indústria Transformadora a preços do mercado (milhões de Dobras)	62
Quadro 13: Potência instalada (em KVA) em 1975	76
Quadro 14: Evolução da produção de energia (em Mwh)	77
Quadro 15: Evolução do consumo de energia (em Mwh).....	77
Quadro 16: Evolução de clientes	78
Quadro 17: Combinação das incertezas e os respectivos cenários	107
Quadro 18: Principais opções e medidas de intervenção pública no sector produtivo .	143
Quadro 19: Domínios de concentração do Plano de Acções Prioritárias.....	152

Introdução

A África sempre viveu momentos de convulsão. Mais de trinta anos após as independências, um olhar atento sobre o continente parece confirmar a tese de René Dumont¹ segundo a qual “L’Afrique noir est mal partie”. A agricultura está em crise, é visível a degradação do meio natural, persiste a falta de energia, a dívida externa atinge montantes incalculáveis, a corrupção alastra. Constata-se uma evolução negativa dos rendimentos por habitante, das taxas de investimentos, da prestação de serviços sociais, o que faz com que os sonhos desenvolvimentistas do continente estejam cada vez mais distantes.

Vive-se um cenário de conflitualidade quase generalizado. São disso exemplos os casos mais recentes de revolta dos Banyar Mulengues no Zaire, do golpe de Estado no Burundi, da guerra civil na Argélia, ou golpe de Estado em São Tomé e Príncipe².

Fontes da UNICEF revelam que África tem a taxa de mortalidade infantil mais elevada do planeta, com uma taxa dez vezes superior à do mundo industrializado. A África terá cinco a dez milhões de órfãos por causa do Sida no ano 2001 e cerca de dois milhões morrerão dessa doença. Dos cerca de 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo, 200 milhões encontram-se no continente africano.

Este cenário agrava-se ainda mais quando verificamos que os sistemas políticos dominantes são, na sua maioria, inadequados, representando não uma opção consciente, mas antes uma pura aplicação mimética de modelos importados e impostos, não tomando em conta factores como as relações familiares, a tradição, o ambiente cultural e a educação, entre outros. A consequência é viver-se em sistemas onde não existem garantias de estabilidade governativa, a eficácia administrativa é quase inexistente, as instituições são estranhas aos cidadãos e onde também se assiste à invasão opressiva e abusiva das esferas do cidadão e do Estado pelos partidos políticos.

Por outro lado, de uma maneira geral, o sistema administrativo está minado pela corrupção, sendo a Administração em geral, bloqueadora de iniciativas. O Estado não faz e, regra geral, não deixa fazer.

¹ Vide René Dumont, *L’Afrique Noire est mal partie*, Le Seuil, 1962.

² Em 15 de Agosto de 1995 foi levada a cabo um golpe de Estado por alguns elementos das Forças Armadas. No entanto, as consequências nefastas desse acontecimento político foram superadas por via de negociação.

Entretanto, os resultados hoje visíveis dizem-nos que a gestão conjuntural da economia foi um fracasso, que é quase inexistente a programação a médio e longo prazo, e que as boas intenções dos Programas de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional «desajustaram» tudo.

Quinze anos depois de se terem começado a aplicar as medidas de ajustamento em S. Tomé e Príncipe, não se conseguiram eliminar as fraquezas e as distorções estruturais que são, em grande medida, responsáveis pelos desequilíbrios macro-económicos crónicos, e muito menos se conseguiram gerar oportunidades para uma verdadeira descolagem.³

O País carece de uma abordagem integrada de desenvolvimento onde as reformas a implementar tenham em conta as ligações entre os factores económicos e os factores políticos e culturais, todos eles importantes para um equilíbrio social.

Tendo em conta este panorama, propõe-se na presente tese, questionar as políticas públicas e estratégias de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe desde a independência até aos nossos dias, sublinhando as várias dificuldades encontradas que determinaram o declínio ou a estagnação nos vários sectores de actividade e, conseqüentemente, a degradação da vida económica e social no País.

Na abordagem assumida no quadro deste trabalho não foram tomadas em conta as evoluções mais recentes como consequência das negociações em torno do dossier petróleo, dado que são posteriores à análise aqui apresentada.

Seguem-se, no fim desta introdução, algumas considerações de ordem geral sobre as características do Pequenos Estados Insulares de que S. Tomé e Príncipe constitui um exemplo.

Na segunda parte deste trabalho faz-se uma apresentação geral (que não representa uma tentativa para avaliar de forma exaustiva as políticas passadas, mas sim de fixar um quadro preliminar dos problemas globais de desenvolvimento) dos vários ensaios de políticas públicas levados a cabo ao longo dos anos pós-independência, baseada em documentos e entrevistas mais detalhadas e que permitiram o diagnóstico da situação nos vários sectores da economia que se apresenta na parte 3. Dada a ausência de

³ A descolagem económica é assumida como uma descontinuidade, um momento de ruptura que não se prevê em nenhum modelo de projecção a partir da experiência do passado. Ainda assim não se trata de um fenómeno aleatório, uma vez que ele é influenciado de forma decisiva pelas políticas de governação, bem como pelo ambiente internacional.

informação estatística em alguns casos, e a duvidosa fiabilidade de dados, noutros, recorreu-se à busca de informações dispersas junto dos sectores, visando coligir um maior número de elementos disponíveis e de interesse para o diagnóstico apresentado.

Na parte 4, faz-se uma apreciação das aspirações dos são-tomenses, e problematiza-se em torno das possibilidades e constrangimentos associados à realização destas aspirações.

Na parte 5 são desenvolvidos os aspectos que deveriam ser tidos em conta na promoção de medidas adequadas para um desenvolvimento a longo prazo. Nesse âmbito passa-se em revista a opinião de vários autores e os modelos de desenvolvimento que se sucederam em alguns países com características semelhantes, ao mesmo tempo que se vão analisando os vários constrangimentos susceptíveis de pesarem na dinâmica económica e social. Confronta-se não só com estratégias e experiências de desenvolvimento no passado, mas também com a situação política e económica actual.

Finalmente, são apresentadas as grandes opções estratégicas de desenvolvimento a médio prazo, sob a forma de propostas de políticas sectoriais e de reformas ligadas à governação.

Embora reconhecendo que uma boa parte deste trabalho assume contornos nitidamente críticos, o seu propósito é fundamentalmente construtivo. Espero que esta contribuição estimule as entidades do meu País a promover o debate sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento em São Tomé e Príncipe permitindo, mesmo que modestamente, facilitar a introdução de políticas públicas melhor adaptadas e susceptíveis de dar um conteúdo mais realista às esperanças e às aspirações dos são-tomenses por uma vida melhor.

Uma palavra de muita estima e um agradecimento muito especial ao meu orientador de tese, Dr. Jorge Barrata Preto, e ao meu coordenador de mestrado, Prof. Doutor Alberto Ferreira Pereira, pela forma tão amiga e tão humana como me foram ajudando a ultrapassar as inúmeras dificuldades com que deparei, pela disponibilidade revelada na forma como me foram encaminhando para a superação do meu largo universo de ignorâncias e pela postura irrepreensível de verdadeiros companheiros de jornada. Que a presente tese sirva de estímulo para que os são-tomenses saibam explorar de forma

proveitosa a magnitude da trilogia de Francisco Tenreiro⁴ na “Ilha de Nome Santo” – Capinar, Sonhar, Plantar.

⁴ Francisco José Vasques Tenreiro, Poeta e geógrafo são-tomense (1921-1963).

1. Algumas considerações sobre as características dos Pequenos Estados Insulares

Os problemas de desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe, independentemente de serem de natureza estrutural, são também os que lhe advêm do facto de ser um País pequeno e insular. Sendo um arquipélago e situado a cerca de 300 quilómetros da Costa Ocidental Africana, confronta-se com situações idênticas às de outros Pequenos Estados Insulares que representam constrangimentos vários à sua economia.

Normalmente considera-se o PIB per capita como um dos indicadores de desenvolvimento económico, mas ele por si só não é uma medida adequada do nível de desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares, pois não reflecte as debilidades estruturais e institucionais e muitos outros constrangimentos desses países.

Por esse facto a análise das políticas públicas que possam influenciar o seu desenvolvimento, passa pelo conhecimento das suas características, para perceber em que medida as sucessivas políticas e acções empreendidas terão ou não tomado em conta as suas vulnerabilidades e eventuais vantagens comparativas.

Vários factores concorrem para que os Pequenos Estados Insulares sejam economicamente mais dependentes comparativamente aos outros Estados, os quais estão na base de constrangimentos vários que limitam o processo de desenvolvimento e que precisam ser equacionados no âmbito das respectivas políticas públicas.

- Dimensão

A sua própria pequenez faz com que os recursos sejam escassos e pouco variados. Por esse facto têm normalmente uma forte componente de importação. Por outro lado, a exiguidade do mercado interno limita seriamente as possibilidades de substituição de importações. Mesmo em alguns desses países onde foram adoptadas políticas públicas de substituição de importações os resultados levaram a um ambiente de protecção económica e deram lugar a produtos de fraca qualidade, preços elevados e desenvolvimento de mercados paralelos de produtos estrangeiros. Isso configura uma forte dependência do mercado externo e conseqüentemente das condições económicas impostas nesses mercados e a procura relativamente elevada de divisas para fazer face aos custos com as importações.

Em muitos casos a pequenez restringe a capacidade de os países diversificarem a exportação e determina a sua dependência em relação a apenas alguns produtos e

serviços. Em geral têm capacidade limitada de influenciar os preços e não possuem meios para controlar os preços dos produtos que importam ou exportam estando, portanto, dependentes do comércio internacional. Embora todos os países em desenvolvimento sejam em certa medida dependentes dos preços determinados pelo mercado internacional, os pequenos estados insulares são mais dependentes dos que ditam os preços, dado que o volume do seu comércio é muito reduzido em relação aos mercados externos de importação e exportação.

A pequenez dificulta a exploração das vantagens de economias de escala, fundamentalmente por causa da indivisibilidade e do espaço limitado para a promoção de especializações. Por sua vez essa situação conduz a que os custos unitários de produção, os custos de construção de infra-estruturas e de sua utilização per capita e os custos unitários de especialização sejam bastante elevados, para além do grau elevado de dependência de tecnologias importadas já que a pequenez inibe o desenvolvimento de tecnologias endógenas. Regista-se ainda a pouca concorrência interna pelo facto da pequenez não suportar que muitas empresas produzam o mesmo produto, dado que isso gera a tendência para a organização oligopolística e monopolística.

É importante notar que a pequenez também cria problemas ao nível da administração pública e principalmente ao nível de recursos humanos necessários para uma administração experiente e eficiente. Na maior parte das vezes os especialistas só recebem uma formação no estrangeiro, mas não têm a garantia de que os seus conhecimentos serão utilizados ao regressarem aos respectivos países. É por esse facto que muitos especialistas originários de Pequenos Países emigram para os países grandes onde podem pôr os seus conhecimentos em prática e serem mais bem remunerados. Como resultado disso os ilhéus têm uma ligação quase que obrigatória com os grandes países, geralmente com a ex-Metrópole, para determinados aspectos de especialização no domínio da Administração Pública.

Acontece que muitos serviços públicos têm custos per capita elevadíssimos considerando o tamanho da população, porque determinadas despesas públicas não são proporcionalmente divisíveis pelo número dos respectivos utentes. As missões diplomáticas, por exemplo, implicam custos e por isso algumas delas têm pessoal e equipamento que não cobrem as verdadeiras necessidades, e muitos desses Estados ou têm embaixadores itinerantes ou têm um mesmo embaixador fazendo a cobertura de vários países ou ainda recorrem aos serviços de cônsuls honorários.

Na domínio das políticas públicas há ainda um factor potencialmente perturbador das tomadas de decisões. É o facto de as pessoas, políticos inclusivé, se conhecerem relativamente bem entre si, o que tem consequências ao nível da imparcialidade e eficiência na prestação dos serviços públicos, por um lado, e, por outro, causar interferências nas políticas de recrutamento e promoção com base em méritos próprios.

- Insularidade e isolamento

A localização geográfica de S. Tomé e Príncipe coloca alguns problemas típicos de países insulares e situados a distância considerável dos seus vizinhos mais próximos e potenciais parceiros, para além de constituir dificuldades para uma integração regional e económica vantajosa.

Com efeito, estando separados por mar os Estados Insulares precisam de fazer uso de transportes aéreos e marítimos para a importação e exportação com custos unitários relativamente elevados. De resto, porque as suas economias são de pequena dimensão os carregamentos nem sempre são suficientes para justificar uma viagem de ida e volta, o que tem repercussões na frequência das viagens e nos custos dos produtos. Por outro lado, por causa da sua pequenez, esses Estados não são contemplados nas rotas dos aviões e barcos de grande porte não podendo portanto tirar partido das vantagens dos meios de transporte modernos e tecnologicamente mais avançados.

O afastamento dos grandes centros de comércio internacional impõe constrangimentos de outra natureza, nomeadamente no concernente a cumprimento de prazos e insegurança nos serviços de transporte, o que promove incertezas na previsão quanto aos abastecimentos às indústrias. Essas desvantagens acentuam-se para países arquipelágicos e dispersos por uma superfície bastante vasta.

A irregularidade nos transportes causa problemas adicionais às empresas que encontram dificuldades em reagir a mudanças rápidas na procura, o que pressupõe a necessidade de manterem grandes stocks. Isso acarreta custos adicionais de produção associados ao capital investido em “stocks” e respectivos custos de armazenagem.

- Factores ambientais

Os problemas ambientais têm normalmente um impacto não negligenciável no desenvolvimento dos Estados Insulares, porque, embora se possa registar em certas ocasiões a imagem de algum crescimento, na verdade os países podem estar a passar por um processo de insustentabilidade e degradação a longo prazo.

A pressão sobre o ambiente provocada pelo desenvolvimento económico dos Estados Insulares é acentuada. O aumento da procura de zonas habitacionais e a produção industrial conduzem à redução de terrenos agrícolas. Por outro lado, o incremento da indústria turística e de actividades marinhas forçam ao uso excessivo das zonas costeiras, com consequências para a sua preservação. O processo de desenvolvimento económico exige maior procura e utilização de recursos, alguns dos quais não renováveis, dando portanto lugar ao seu esgotamento. São exemplificativos os casos das ilhas Fiji (ouro), Haiti (bauxite) e Trinidad e Tobago (petróleo). A extracção incontrolada de areia nas praias e o corte abusivo de árvores para fins de construção em S. Tomé e Príncipe já começa a criar problemas sérios com a erosão costeira.

- Outras características

Entre as características dos Pequenos Estados Insulares figura a dependência do financiamento externo. Essa dependência é sobretudo em relação à assistência dos parceiros de desenvolvimento e das remessas dos emigrantes. Isso verifica-se fundamentalmente nos países da região do Pacífico que através do fluxo das transferências conseguiram um alto nível de vida, bem como o equilíbrio da balança comercial.

Finalmente o desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares também tem a ver com a emigração bastante pronunciada, cujo fluxo para além de se dirigir para o estrangeiro, se faz também entre ilhas do mesmo estado e das zonas rurais para os centros urbanos na procura de melhor emprego e educação. Essas movimentações da população dão lugar à fuga de cérebros e competências, e estão na origem de perturbações sociais.

2. O percurso do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, da independência até ao presente

Os problemas de desenvolvimento com que São Tomé e Príncipe (STP) se confronta resultam essencialmente do falhanço dos vários “modelos” (utilizando uma tipologia simplista e redutora) – colonialista, dirigista e democrático-liberal - que sucedendo-se historicamente não produziram êxitos, nem contribuíram para a criação de condições para a descolagem económica e a consolidação dos fundamentos duma sociedade-nação.

Na história recente de STP registam-se dois períodos marcados por grandes mudanças ao nível político e económico que determinaram o processo de desenvolvimento nos últimos 25 anos: a Primeira República e a Segunda República.

O primeiro tem o seu início em 1975 com a declaração da independência do país e prolonga-se até 1991. Os traços mais marcantes desse período foram o monolitismo político e a economia centralizada. Os seus resultados traduziram-se em ineficiência das instituições do Estado, má gestão do desenvolvimento, degradação das infra-estruturas e deterioração das condições de vida da população.

A Segunda República é consequência da mudança de regime consubstanciada na adopção em 1991 de uma nova Constituição da República, após referendo popular.

A nova Constituição da República introduz o Estado de Direito Democrático, consagra o multipartidarismo e defende o princípio de liberalização económica.

2.1. Linhas gerais das políticas empreendidas após a independência

STP herdou do regime colonial uma estrutura produtiva completamente dependente do exterior, bastante rígida, assente na produção de matérias primas agrícolas e na monocultura do cacau para exportação, cimentada ao longo de muitas décadas, não obstante as potencialidades existentes para a diversificação de bens alimentares para o consumo interno.

O abandono das terras pelos colonos desde o período de transição até a independência causou transtornos na estrutura produtiva existente, pelo que através do Decreto-Lei n.º 18/T/75 de 04/03/75, foram criados mecanismos de expropriação, por utilidade pública, de todos os terrenos abandonados.

Após a independência, o país adoptou uma política de economia planificada seguindo o modelo de planeamento soviético e organizou-se segundo os princípios de colectivismo popular, na sequência dos quais se estabeleceram planos quinquenais e toda uma política administrativa orientada para a defesa ideológica e política do regime.

A organização económica nessa fase, assente neste princípio da propriedade colectiva dos meios de produção, teve como prioridade absoluta cobrir as carências de pessoal resultante da saída dos portugueses do país.

Nos dois planos quinquenais que abrangeram o período de 1975-1980 e 1980-1985, foram definidas algumas acções, nomeadamente através de intervenções pontuais de promoção de pequenas indústrias – produção de frangos, óleos vegetais, cerâmica, confecções, artesanato - com vista à diversificação da economia. Mas, apesar dos esforços empreendidos nesse sentido, ainda prevalece a estrutura produtiva de então.

Através do Decreto n.º 24/7 de 31.10.75, as roças, propriedades latifundiárias dos antigos colonos, foram nacionalizadas e reorganizadas num total de 15 empresas agropecuárias. As novas disposições visavam uma mudança das relações de produção existentes antes da independência e a implementação de reformas, que conduzissem à melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Esse objectivo, porém, ficou por alcançar, fundamentalmente devido a problemas de gestão. Verificou-se a contínua degradação económica e financeira das empresas, as infra-estruturas sociais não foram conservadas e a iniciativa privada no domínio da agricultura e sectores conexos desencorajada. Os índices de produção foram diminuindo sistematicamente nas empresas e a sua rentabilidade tornou-se num grave problema para o Estado.

Paralelamente, foram nacionalizados o comércio externo e algumas empresas não agrícolas (transportes aéreos e marítimos, seguros, correios, etc.).

No âmbito dessa mesma política de desenvolvimento adoptada na altura, o Estado promoveu investimentos ambiciosos para a constituição dum forte sector público (infra-estruturas, indústrias alimentares, confecções,...).

Por outro lado, as trocas com o exterior sob o controlo do Estado, transformaram-no no primeiro empregador do país: em 1981, 75% das oportunidades de emprego provinham do sector público (empresas e serviços).

Os investimentos realizados com vista à diversificação e dinamização da economia, não produziram os efeitos esperados. Eram, por vezes, mal dimensionados

(sobredimensionados) e inadequados à realidade e, por conseguinte, apresentaram uma rentabilidade medíocre, contribuindo assim para o aumento das despesas recorrentes e para um endividamento externo insustentável para o país. Além disso, a ajuda internacional e as trocas de STP com o exterior ficaram sobretudo dependentes da antiga metrópole. Por outro lado, os fluxos de comércio com os países da sub-região foram insignificantes e dominados pelo comércio informal.

A reorganização da estrutura produtiva não deu lugar à criação de um tecido empresarial e de uma classe de empresários.

A partir de 1980 as receitas provenientes da exportação do cacau, que representavam o essencial das receitas de exportação do país, caíram vertiginosamente sob o triplo efeito da queda dos preços no mercado internacional (os preços caíram para cerca de ¼ dos níveis registados na década anterior), da baixa de produção (11.600 toneladas em 1975; 3.202 toneladas em 1991) e da produtividade (450 kg/ha em 1975; 220 kg/ha em 1990), em virtude do envelhecimento dos cacauzeiros e da ausência de regeneração, constituindo um dos grandes estrangulamentos à capacidade económica e financeira do Estado.

O colapso do sector exportador mergulhou o país numa profunda crise económica e social. Na década de oitenta o PIB estagnou em termos reais com um modesto crescimento de 1,5%, em média; entre 1986 e 1990 não foi suficiente para fazer face ao crescimento médio da população (2,3%), originando uma deterioração do poder de compra.

Os défices orçamentais acumularam-se sob a pressão dos maus resultados das empresas públicas e do serviço da dívida. A balança de pagamentos registou défices sucessivos a partir de 1980, que foram financiados, por vezes, através do recurso a reservas externas, empréstimos de curto prazo e reescalonamento da dívida. Esta expansão de crédito para financiar os défices orçamentais engendrou um processo inflacionário imparável com o “gap” entre a taxa de câmbio oficial e a taxa de câmbio paralelo a atingir os 85% em 1987. Em termos de comércio externo, o país foi aumentando fortemente a sua dependência do exterior.

Face aos desequilíbrios persistentes e às dificuldades crescentes, e também em função da pressão exterior (institucional e política), nos inícios de 1985 começam-se a lançar as primeiras tentativas de liberalização da economia, o que vai dar lugar ao

estabelecimento de um acordo com o Banco Mundial (BM) visando a implementação de um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) cujos objectivos eram:

- A estabilização macro-económica;
- A realização de reformas estruturais;
- A melhoria da gestão do sector público;
- A reforma do sistema financeiro;
- A protecção aos grupos sociais mais vulneráveis ao impacto do PAE.

O PAE, começou formalmente em 1987, teve o seu primeiro apoio financeiro de 17 milhões de dólares do Banco Mundial com vista à reabilitação do cacauzal, à diversificação da produção agrícola e à manutenção da floresta. Nessa primeira fase do PAE, que cobriu o período de 1987–1989, foram adoptadas políticas de estabilização e de reforma institucional, levando a Dobra (moeda nacional)⁵ a sucessivas desvalorizações, tendo o diferencial entre o mercado oficial e o mercado paralelo sido reduzido de 85% em 1987 para 24% em Dezembro de 1990. Uma política de contenção de despesas correntes e de aumento de receitas fiscais permitiu a redução do défice público corrente (excluindo os juros da dívida) sobre o PIB de 4,9% em 1986 para 1,8% em 1989.

O PIB registou um crescimento moderado de 2 e 3 % em termos reais, em 1988 e 1989, que se explica pelo aumento da produção de cacau, que passou de 3.900 toneladas em 1987 para 5.000 em 1989. Apesar das políticas fiscal e monetária, a inflação acelerou (25% em 1987; 45% em 1989).

Do lado das reformas institucionais o acento foi posto nas reformas da Administração e do sector empresarial. Assistiu-se ao início da liberalização do comércio.

Mas as receitas de exportação baixaram como resultado da quebra dos preços do cacau no mercado internacional (a exportação do cacau representa mais de 80% das receitas de exportação do país). Os défices de pagamentos externos agravaram-se.

Globalmente, a aplicação da primeira fase do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) não produziu resultados satisfatórios, tendo o poder de compra das populações

⁵ 1000 PTE=40.000 Dbs.

diminuído, o desemprego aumentado e a educação e a saúde a deteriorado-se. A pobreza aumentou.

Foi acordada para o período de 1990–1993, uma segunda fase do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE II), cujo objectivo central assentava no aumento de produção e na estabilização do quadro macro-económico. Neste âmbito, novos créditos foram concedidos nos anos 90 com vista a financiar a compensação dos efeitos sociais do ajustamento, projectos de infra-estruturas, de saúde, de educação e de protecção do ambiente, e mesmo assim continuou a assistir-se à degradação geral da economia, com o PIB a cair 2,2%. Paralelamente, foi assinado um acordo com o FMI em que se pôs em prática uma Facilidade de Ajustamento Estrutural, num montante de 2,8 milhões DSE (Direitos de Saque Especiais), antes de ser retirado o apoio, na sequência da derrapagem registada entre 1990 e 1991, como consequência das primeiras eleições democráticas.

O Programa do Governo que se sucedeu incidiu na estabilização financeira - (desvalorização deslizando a dobra, reforma do sector financeiro e monetário-financeiro, com a criação de novas instituições financeiras e ensaio de algumas medidas no sentido da introdução de mecanismos de mercado nos processos de alocação de divisas e reforma das Finanças Públicas) - e no aprofundamento das reformas estruturais (reforma do sector público com o consequente afastamento do Estado da actividade produtiva, reforma das empresas públicas, reforma do Programa do Investimento Público e a reforma da política comercial e de preços, com vista à liberalização das importações e aligeiramento dos respectivos procedimentos e à eliminação das distorções de preços com o desaparecimento do sistema de preços fixados administrativamente) numa óptica liberal.

Os resultados do PAE II saldaram-se por avanços significativos no que concerne à estabilização macro-económica. Porém, em termos de expansão e diversificação da produção os resultados foram modestos. Durante o período, o PIB cresceu à taxa média anual de cerca de 0,6% em termos reais, insuficiente para compensar o crescimento populacional.

Neste quadro de transformações económicas, a agricultura foi um dos principais sectores beneficiados, mas com pobres resultados. A partir de 1984 uma distribuição pouco controlada de terras deu lugar à criação de médias empresas agrícolas privadas

durante o período de 1986/1991 (10.500 ha distribuídos a cerca de 450 beneficiários). Paralelamente, algumas empresas agro-pecuárias foram objecto de contratos de gestão com empreendedores estrangeiros e outras foram cedidas a privados são-tomenses através de contratos de arrendamento, no quadro da política de liberalização económica e envolvimento do cidadão na esfera produtiva.

Só em 1991 começa a ser aplicada uma verdadeira política de privatização agrícola no âmbito de uma Reforma Fundiária. Esta reforma conduziu ao desmantelamento de 8 das 15 grandes empresas e à distribuição de mais de 15.000 hectares cultiváveis no período de 1993/1997 em benefício de 4.400 famílias. Paralelamente, foi desenvolvido um amplo programa de privatização de empresas estatais não agrícolas, conduzindo à liquidação ou à privatização total ou parcial da maior parte delas.

Entretanto, restam ainda algumas que são de capitais inteiramente públicos: Correios, EMOLVE (Empresa de Óleos Vegetais), ENASA (Transportes Aéreos), ENAPORT (Portos), EMAE (Empresa de Água e Electricidade).

Outras medidas foram adoptadas com vista a ajustar o país a um regime de economia de mercado, tais como: libertação progressiva do controlo dos preços a partir de 1987, conduzindo a uma liberalização total em 1993, adopção em 1992 dum novo Código de Investimentos, dando mais autonomia às empresas estrangeiras e facilidades para a constituição de “joint-ventures”. Em 1998, foi suprimida a recepção por parte do Banco Central das receitas de exportação, assim como a maior parte das restrições à importação, com excepção de um programa preferencial de alocação de divisas às importações de produtos de consumo corrente.

Com dez anos de atraso, é forçoso constatar que a aplicação do “modelo liberal” não respondeu às expectativas.

No plano económico, o desmantelamento das empresas do Estado e a liberalização progressiva do mercado não levaram a um relançamento importante do crescimento, nem a uma diversificação da produção e das trocas, nem à necessária modernização das infra-estruturas e dos métodos de gestão.

No plano social, o poder de compra caiu fortemente e o emprego é hoje um grande problema para um número elevado de são-tomenses.

Do ponto de vista político, STP teve o privilégio de ser um dos primeiros países africanos a enveredar pela democratização das suas instituições, sem que tal

corresponda a um quadro efectivo de normalidade democrática, pois o país tem conhecido nestes últimos anos uma forte instabilidade política, como o testemunham a incapacidade de coabitação entre os partidos e a sucessão de numerosos Governos depois de 1991.

Quanto ao quadro institucional, STP necessita actuar no aparelho judiciário, nas funções de controle da gestão pública e ainda nos mecanismos de concertação social.

É verdade que o Estado-nação que surge no período pós-colonial é um Estado que consigna a igualdade dos seus cidadãos perante a lei, a justiça social, a igualdade de oportunidades e o gozo das liberdades individuais. No entanto, a forma como este Estado se reproduziu, gerou, como já se viu, resultados muito nefastos no que diz respeito à consolidação de STP como nação.

Concentrando todos os mecanismos económico-sociais em poder do Estado, a classe dirigente rompeu com a sociedade colonial, criando novos símbolos da nação, mas não foi capaz de os impôr como reguladores e garantes das instituições que foi criando. Num país economicamente tão frágil e à mercê da monocultura do cacau, a ausência das funções de regulação e controlo deu lugar à degradação rápida nos domínios político, económico, cultural e institucional.

Tendo a nacionalização das terras sido uma das maiores conquistas populares da época, cedo se verificou o seu desmoronamento com a diminuição progressiva e substancial da produção e com o aumento do êxodo rural, dadas as assimetrias regionais e locais e o descontentamento da população das roças, para quem a mudança superestrutural não teve consequências desejáveis ao nível da sua condição económica e social.

O sistema educativo não respondeu eficazmente às necessidades de uma nação em formação, não obstante as constantes referências ao “homem novo” nos programas e discursos políticos. Não se conseguiu criar um sistema onde o desenvolvimento da identidade cultural fosse condição “sine qua non” para a identificação com a nossa terra no quadro da universalidade.

A reforma do sistema educativo e a revisão dos currícula, tiveram como pano de fundo a intenção de criação de um “homem novo” necessário à criação duma nova sociedade. Definiu-se como princípio a igualdade de acesso, de oportunidades e de sucessos para todos com prioridade para o ensino básico. Foi aplicada a política de massificação do ensino (com todos os seus efeitos negativos na aprendizagem e na conservação do

parque escolar), tornando o ensino primário universal, mas com um número considerável de professores sem formação específica (professores eventuais).

Após a independência, um grande número de estudantes são-tomenses foi sendo enviado para o exterior para frequentar estudos superiores, não obedecendo, no entanto, o seu enquadramento a qualquer estratégia nacional de desenvolvimento, acabando muitos deles por ficar nos países de acolhimento.

O facto de terem sido fixados objectivos ambiciosos, negligenciando a conjuntura sócio-económica e cultural do país, condicionou, em larga medida, os resultados esperados e teve como implicação a degradação da qualidade do ensino e a acentuação dos estrangulamentos.

Em 1988, face a estes constrangimentos, foi aprovado o Decreto-Lei nº 53/88, instrumento jurídico em que se estabelecem os fundamentos, princípios e objectivos do ensino em STP, sendo esta lei um marco importante, pois define o Sistema Nacional de Educação.

Foram verificados, apesar de tudo, alguns efeitos positivos, traduzidos nomeadamente na recuperação e no alargamento do parque escolar (primário e secundário) e na construção de um Instituto Superior Politécnico, na perspectiva de se elevar o ciclo de formação para níveis superiores.

Dado que o Estado não conseguia sustentar este sistema educativo, devido às crises económicas consecutivas, para a garantia de uma maior liberdade de ensino e aprendizagem no quadro do processo de democratização da sociedade, foi aprovada em 1993, a Lei do ensino particular e cooperativo, visando entre outros, o seguinte:

- Regularizar o exercício do ensino privado, que já constituía uma prática;
- Disciplinar a intervenção dos diferentes parceiros no processo educativo;
- Reduzir a pressão sobre o sistema público oficial.

Tal como aconteceu no sector da educação, as acções empreendidas ao nível da saúde não tiveram em conta a capacidade do sistema em assegurar uma adequada sustentabilidade no alargamento da rede dos serviços de saúde e na socialização da medicina, que se tornou gratuita. Descuraram-se aspectos primários como a saúde pública, num país situado em zona palustre por excelência. O sistema privilegiou a

vertente curativa em detrimento da preventiva, levando o Estado a suportar elevados encargos com a evacuação de doentes para o estrangeiro, nomeadamente Portugal.

A deficiente assistência médica e medicamentosa andou de par com a degradação das infra-estruturas, a fraca qualificação dos recursos humanos, a fraca capacidade de gestão, a insuficiente promoção dos cuidados primários de saúde e a ausência de uma política farmacêutica, etc.. Os vários ensaios de descentralização dos serviços de saúde não produziram resultados dignos de realce.

Em 1991 vão surgir algumas clínicas e consultórios privados, dada a crescente procura de serviços alternativos aos oferecidos pelas instituições de saúde estatais. Embora a Constituição Política da República consagre este direito, até hoje ainda não foi adoptada uma lei para regulamentar o exercício da medicina privada.

Os aspectos mencionados levam a considerar que existe actualmente no arquipélago um défice de desenvolvimento humano, considerando a fragilidade da economia e qualidade da prestação dos serviços de educação e saúde. Por outro lado, a má gestão da coisa pública, a incapacidade de gerir eficazmente os recursos disponíveis, a organização deficiente, a corrupção e a indisciplina têm causado um retrocesso no processo de desenvolvimento político, económico, social e cultural de STP nos últimos anos, sendo o actual índice de pobreza ilustrativo do fracasso das “políticas de desenvolvimento” concebidas até à data.

De uma maneira geral o nível de desenvolvimento humano em STP é baixo, o país carece de uma política pública inserida numa estratégia global de desenvolvimento, que procure dar satisfação às aspirações dos são-tomenses a melhores condições de vida.

Essas constatações testemunham que os constrangimentos estruturais ao desenvolvimento do arquipélago estão em grande medida ligados à rigidez social construída a partir dos modelos inadequados ou inadaptados. É, portanto, ilusório pensar que o desenvolvimento durável do país será possível sem uma mutação profunda dos comportamentos sociais e uma real tomada de consciência da necessidade de construção e consolidação de novos alicerces sociais em função do interesse colectivo.

2.2. A problemática político-institucional

Para além do já descrito, há que salientar outro aspecto que influenciou seriamente o percurso de desenvolvimento em STP, que é a problemática político-institucional.

A fraca capacidade institucional constitui um grande obstáculo para pôr em marcha políticas e programas de desenvolvimento.

O carácter excessivamente pesado do aparelho de Estado, a sua ineficácia, a escassez de recursos humanos e financeiros para a realização das suas atribuições e a ausência de regras rigorosas no seu funcionamento são factores que têm entravado significativamente o esforço de desenvolvimento.

A organização e funcionamento da Administração Pública são deficientes, registando-se uma anarquia generalizada, a ausência de responsabilidade e de práticas de responsabilização, denotando a falta de autoridade e competência, o que redundará na crescente descrédibilização das instituições. A partidarização excessiva do aparelho de Estado compromete os princípios de competência e seriedade e dificulta a aplicação das leis e o cumprimento das normas.

Com essas características, a Administração Pública não está em condições de assumir correctamente o seu papel no quadro do processo democrático e não proporciona a plena participação da sociedade civil nos assuntos de interesse colectivo.

O quadro político-jurídico consagrado na Constituição Política apresenta lacunas, e as interpretações divergentes do texto constitucional sobre o exercício do poder estão na base dos conflitos e situações de instabilidade política vividas ao longo dos anos que se seguiram à introdução do processo de vivência democrática.

Não obstante os progressos realizados no domínio político-institucional com a realização de algumas reformas legislativas, verifica-se que a implantação do Estado de Direito Democrático ainda não é efectiva e constata-se a necessidade do prosseguimento de reformas tendentes à adaptação de algumas leis (de origem colonial) vigentes às novas realidades.

Esse mesmo domínio é caracterizado igualmente por um grande desequilíbrio entre as duas ilhas, sendo notória uma grande concentração de poderes em São Tomé, com influências negativas no desenvolvimento harmonioso do espaço territorial da República.

É verdade que o domínio político–institucional é condicionado pela cultura política. Porém, no caso actual de STP, os valores que enformam a conduta e atitude da classe política denotam uma grande falta de transparência nas decisões e ausência generalizada de prestação de contas.

Face a estes constrangimentos pode-se concluir que a instabilidade política e a má governação constituem dois problemas que interferem na gestão do processo de desenvolvimento de STP, tornando-se necessário que a organização e o trabalho sejam postos em relevo para vencer estes estrangulamentos.

Por isso, a melhoria nesse domínio pressupõe que sejam tomadas em consideração como objectivos estratégicos importantes os seguintes:

- Consolidar a democracia para que sirva os propósitos de desenvolvimento em termos de participação efectiva da população;
- Implementar mecanismos de combate à má gestão;
- Aumentar as capacidades internas de produção de riqueza;
- Elaborar um Plano Nacional de Desenvolvimento enquadrando convenientemente as ajudas externas em função das prioridades definidas.

3. Sistema Económico: Principais evoluções e constrangimentos

3.1. Política Económica

Desde os tempos coloniais que a economia de STP está baseada essencialmente na monocultura do cacau para exportação. Esta cultura era produzida principalmente em empresas de média e grande dimensão, tendo sido negligenciada a produção alimentar a que se dedicavam os pequenos agricultores.

Em 1975, o país herdou uma economia inadequadamente estruturada, uma base de produção envelhecida e uma considerável falta de pessoal qualificado. Assim, as autoridades optaram por um modelo de gestão centralizada da economia, tendo sido nacionalizadas as empresas agrícolas de cacau e reagrupadas em 15 grandes empresas estatais.

No tocante ao comércio, foi estabelecido um sistema de boletim prévio de importação, através do qual as empresas comerciais deviam declarar antecipadamente os produtos a serem importados.

Como consequência de políticas inadequadas, verificou-se a contínua degradação das empresas agrícolas, quer do ponto de vista económico e financeiro, quer no concernente às infra-estruturas sociais. Os índices de produção foram diminuindo sistematicamente e a rentabilidade das mesmas foi-se agravando com as baixas contínuas da cotação do cacau no mercado internacional, constituindo um dos grandes estrangulamentos à capacidade económica e financeira de STP.

3.1.1. Moeda e Preços

A **Dobra**, instituída em 1977 na base de uma taxa de câmbio de 45 Dbs. por 1 Dólar americano, conheceu numerosas desvalorizações depois de 1987, ano do arranque do primeiro Programa de Ajustamento Estrutural. A taxa de câmbio Dobra/US\$ (média da cotação oficial no ano) passou assim de 54 em 1987 a 143 em 1990, e 977 em 1993 para atingir 1.420 em 1995. O movimento da depreciação acelerou em 1996 e sobretudo em 1997, tendo o valor do dólar atingido 6.904 Dobras em Janeiro de 1998 contra 2.886 do ano anterior. Os sinais de estabilização só vão aparecer nos últimos meses do ano, estabilizando-se a taxa de câmbio a volta de 7.200 Dbs. por um dólar. Simultaneamente, a diferença entre a taxa do mercado oficial e a do paralelo situou-se à volta de 1% nos

oito primeiros meses de 1999, com excepção do mês de Março em que o diferencial foi de 2,5%, devido a crise de confiança criada na sequência da descoberta de uma tentativa de fraude através da emissão de Bilhetes de Tesouro no Banco Central (BCSTP).

Esta depreciação considerável da moeda explica-se em grande parte pela política monetária expansionista que se seguiu e que conduziu ao financiamento dos défices orçamentais sucessivos pela criação monetária, seja ela de maneira clássica recorrendo aos avanços do Banco Central, ou seja pela utilização dos Fundos de Contrapartida⁶ não afectados. Por outro lado, o comportamento especulativo de alguns operadores privados ao nível de mercado de câmbio paralelo, bem como a intervenção de alguns bancos privados fora do circuito de câmbio oficial, jogaram igualmente um papel importante na erosão da Dobra, particularmente em 1997.

A liberalização progressiva dos **preços** foi acompanhada dum nível elevado de inflação. Os preços ao consumidor aumentaram em média anual 33% no período de 1985–1993, tendo atingido uma taxa máxima de 44,8% em 1989. Este ritmo elevado de inflação não travou as tentativas realizadas para baixar a alta dos preços. A taxa de inflação medida pela variação do preço ao consumidor no fim do período atingiu, assim, 36,9% em 1995, 51,7% em 1996 e 81,1% em 1997, ou seja quatro vezes mais num período de 3 anos. Ainda assim a introdução de um maior rigor na política orçamental e monetária depois de 1998 teve um impacto positivo, limitando desta forma os comportamentos inflacionistas ligados à deterioração da taxa de câmbio e à crise de confiança dos operadores económicos. Por outro lado, a taxa de inflação desceu em 20,8% em 1998. Já em 1999, o aumento acumulado dos preços nos primeiros seis meses foi de 5,4% e a taxa anual deverá ter-se situado a níveis não superiores a 10%⁷.

3.1.2. Evolução do PIB e da Procura

Durante os primeiros dez anos que se seguiram à independência, o PIB real por habitante conheceu uma regressão na ordem dos 30%, testemunhando as desvantagens de partida, em particular, a ausência de recursos humanos nas empresas e na Administração e as ineficácias duma década de economia planificada.

⁶ Fundos provenientes da venda das ajudas alimentares e que devem ser utilizados, mediante autorização dos doadores, para investimentos públicos.

⁷ Previsões do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Depois de 1986, aos anos da baixa do PIB em termos reais (1987 a 1990) seguiram-se períodos de aumentos muito moderados. No conjunto do período de 1986–1997 (ver Quadro 1), o PIB em termos reais não cresceu mais que 1,2% em média anual, o que quer dizer que cresceu a um nível largamente inferior à taxa de crescimento da população (2,6%). Para os quatro últimos anos, a taxa de crescimento em termos reais posicionou-se em 2% em 1995, 1,5% em 1996, 1% em 1997 e 2,5% em 1998.

Quadro 1: Crescimento médio em volume entre 1986 e 1997

Designação	1986 - 1997
PIB	1,2%
Sector primário	-5,4%
Sector secundário	-4,0%
Sector terciário	4,0%
Importação de bens e serviços	3,5%
Consumo privado	2,2%
Consumo público	-1,6%
Investimentos	7,9%
Exportação de bens e serviços	-0,5%

Fonte: Ministério das Finanças

Este fraco crescimento deveu-se a uma forte progressão do sector dos serviços (4% em média anual entre 1986 e 1997), alimentado pela Administração, enquanto que a agricultura e a indústria conheceram neste mesmo período uma fase de recessão com uma baixa de produção em 5,4% e -4% em média anual, respectivamente.

Apesar do nível importante das ajudas externas, o rendimento per capita (medido pelo PNB por habitante) caiu em média 1,3% por ano entre 1986 e 1997.

Ao nível da procura final (ver Quadro 2), o consumo doméstico pôde progredir em 2,2% em média anual no período de 1986–1997, apesar da baixa do rendimento per capita. Os investimentos conheceram igualmente um forte crescimento (7,9%) sem que os esforços se fizessem sentir na produção e nas exportações, devido a más opções de investimentos não enquadrados numa política de desenvolvimento até então inexistente. Esta forte alta da procura final teve como consequência um sensível aumento das importações (3,5%).

Quadro 2: Repartição da procura final em relação ao PIB

Designação	1986	1997
Consumo	109,7%	119,0%
Consumo privado	83,4%	65,4%
Consumo público	26,3%	53,1%
Investimentos	21,5%	30,3%
Exportação de bens e serviços	19,5%	21,3%
Importação de bens e serviços	-50,7%	-71,2%
Défice em recursos	-31,2%	-49,8%

Fonte: Ministério das Finanças

Desta situação, e como se pode constatar, resultou um défice importante de recursos, medidos pelo “gap” entre as importações e as exportações. Em 1997, este “gap” cifrou-se em -49,8% do PIB, pondo a balança de pagamentos numa situação difícil e dependente da assistência da comunidade internacional.

3.1.3. Investimentos

O investimento público em São Tomé e Príncipe ocupou e continua a ocupar um lugar essencial na composição da procura final constituindo um dos principais motores de crescimento desde a proclamação da independência em 1975. Durante o período de 1990–1998, as despesas de investimentos públicos realizados oscilaram entre 17 e 20 Milhões de US\$⁸, ou seja, uma média de 20,6 milhões de US\$ por ano. Em 1999, o montante de investimentos públicos atingiu valores da mesma ordem (22,2 milhões de US\$), mas a taxa de execução foi excepcionalmente fraca, conduzindo a despesas de investimentos á volta de 19 milhões de US\$ por ano.

Depois de 1975, o Programa de Investimentos Públicos (PIP) foi financiado na sua maior parte pelas ajudas externas, numa percentagem cada vez mais crescente. Nos últimos anos a parte do financiamento externo continua a crescer, passando de 84% das despesas totais em 1990 para 91% em 1993, situando-se em 95% em 1999. Tendo em conta a relativa constância dos montantes em termos reais, regista-se entretanto uma baixa do valor absoluto da contribuição interna do Estado no financiamento dos investimentos públicos. Em 1990 representava 4 milhões de US\$, em 1997 atingiu apenas 1 milhão de US\$ e só 0,4 milhões de US\$ em 1999. A estrutura do PIP por áreas sectoriais não conheceu grandes alterações durante a década de 90. A agricultura

⁸ Dados fornecidos pela Direcção de Planificação Económica.

representou 28%, a modernização das instituições públicas 19%, a saúde 14% e os transportes 11%, constituindo assim os principais beneficiários do PIP em 1999, conforme se pode verificar no Quadro 3.

Quadro 3: Evolução e estrutura do PIP, 1994-1998 (em milhões de US\$)

Sectores	1994	1995	1996	1997	1998
Administração Pública	0,4	1,1	0,5	0,6	1,0
Agricultura e Pecuária	8,5	7,8	6,9	7,3	3,5
Água e Saneamento	1,3	0,8	0,8	0,3	0,2
Educação, Cultura e Desporto	3,6	4,6	3,3	2,5	1,0
Energia	1,3	4,1	3,5	0,8	1,3
Habituação	0,2	0,1	0,4	0,4	0,1
Indústria, Comércio e Serviços	0,0	0,1	0,3	0,5	0,1
Pesca	0,3	0,5	0,3	0,6	0,2
Saúde	0,6	2,3	3,0	4,2	2,4
Transportes e Comunicação	4,0	1,7	0,9	1,6	3,4
Total	20,2	23,1	19,9	18,8	13,2
Financiamento:					
Externo	19,7	21,8	18,5	18,2	10,2
Ajuda	8,3	13,3	9,9	12,0	4,6
Empréstimos	11,4	8,5	8,6	6,2	5,6
Interno	0,7	1,3	1,4	0,5	3,0
Fundos de Contrapartida	0,0	0,0	1,2	0,1	2,1
Orçamento	0,7	1,3	0,2	0,4	0,9

Fonte: Direcção de Planificação Económica

Pode-se constatar que o investimento privado é ainda muito baixo e se concentra fundamentalmente no sector da construção. A ausência de uma estratégia global e sectorial do Governo, bem como um código de investimentos desajustado ainda em vigor, não permitem a mobilização suficiente de recursos susceptíveis de serem afectados a investimentos directos.

Como se pode ver no quadro anterior, o financiamento dos investimentos públicos é essencialmente coberto pelas ajudas externas, seja em forma de crédito (42,2%) ou em donativos (34,8%), devido, fundamentalmente, à insuficiente disponibilidades de meios públicos.

Relativamente ao investimento privado, os resultados são muito marginais a despeito das veleidades da dinamização do sector privado nacional e da promoção do investimento estrangeiro. O ambiente económico e financeiro continua a não ser favorável aos projectos de investimento dos operadores económicos. Esta situação tem conduzido a que os operadores privados dêem prioridade às actividades comerciais onde a rentabilidade é extremamente elevada, em detrimento de operações orientadas para

actividades de produção e transformação. Um dos outros constrangimentos observados ao nível de investimento privado é a fraca poupança e a inadaptação do sistema de crédito, que é restritivo, ditado pelas necessidades de ajustamento estrutural. O acesso ao crédito para o sector produtivo é complicado e moroso, o que desencoraja os promotores a investir, para além das condições de crédito, principalmente as taxas de juros praticadas, não serem vantajosas.

Além disso, não existem mecanismos de prestação de garantias nem de capital de risco, o que complica a situação das empresas e dos promotores são-tomenses, os quais acusam, como é natural, uma enorme fragilidade financeira.

3.1.4. Finanças Públicas

No início dos anos 80, STP praticou uma política de financiamento do défice público recorrendo a empréstimos externos e à expansão da oferta da moeda. Fazendo face simultaneamente a baixas receitas geradas pela depressão do sector cacauero e aos défices crónicos das empresas públicas, o poder público não tomou as medidas necessárias para mudar a situação. Bem pelo contrário.

Com as cotações do cacau continuamente em baixa entre a última metade dos anos 70 e 1993, a situação financeira agravou-se devido à falta duma política fiscal voluntarista, à política de desleixo praticada nas despesas correntes, à implementação dum programa de investimentos públicos muito custoso e à gestão deficiente das empresas estatais.

A partir dos meados de 80, a liberalização progressiva da economia conduziu a modificações na lógica de intervenção pública. As políticas de estabilização e de ajustamentos económicos que foram propostas depois de 1985 não permitiram a obtenção de resultados duráveis devido a derrapagens sucessivas observadas na gestão da política económica e das reformas.

A ligeira melhoria observada entre 1991 e 1993 (manutenção dum saldo corrente do orçamento do Estado positivo) foi seguida por uma nova deterioração das finanças públicas em 1994 com um saldo primário deficitário, atingindo 29% do PIB e um défice global (excluindo donativos) de 61% do PIB. Depois dum grande esforço de estabilização em 1995, uma nova degradação se observou em 1996 e 1997, não se tendo atingido o restabelecimento dum saldo primário positivo (-4,7% e 0,7% do PIB em 1996

e 1997, respectivamente). A situação observada em 1997 é caracterizadora de problemas estruturais encontrados no saneamento das finanças públicas, como são:

- ausência do controle das despesas públicas, mantidas a um nível elevado (70,2% do PIB em 1997) tanto ao nível das despesas correntes (particularmente nas rubricas ligadas as despesas com pessoal, aos gastos com viagens e subvenções) como das despesas de investimento;
- encargos consideráveis com a dívida: os juros do serviço da dívida representam 8,5% do PIB e 50% das despesas correntes;
- diminuição das receitas do Estado: as receitas orçamentais atingiram apenas 12% do PIB em 1997 (8% do PIB para as receitas fiscais) devido à fraqueza das estruturas de produção, ao peso das isenções, a fraudes e à falta de eficiência dos serviços fiscais.

O défice global das finanças públicas atingiu um valor de -26,7% em 1997. Face à impossibilidade de mobilizar tantos recursos juntos dos doadores, o Governo viu-se obrigado a acumular pagamentos atrasados em cerca de 105,9% do PIB (um pouco mais de 61 milhões de US\$).

Depois de 1998, o poder público demonstrou perante as instituições internacionais a vontade de aplicar com mais rigor medidas de estabilização financeira, tendo entretanto obtido resultados encorajadores.

Do lado das receitas, a melhoria do controle dos “valores aduaneiros” e o acréscimo de eficácia dos serviços conduziram a uma melhoria significativa das receitas aduaneiras, apesar da redução das importações. Por outro lado, o quadro de isenções ainda em revisão é extremamente importante no processo de controle. Para além destas, foram constatadas boas “performances” nos impostos directos, tendo as receitas correntes em 1998 largamente ultrapassado as previsões (+9,5 biliões) para atingir valores na ordem de 54,5 biliões de Dobras⁹, ou seja 13% do PIB. Nesta mesma sequência, foram obtidas em 1999 receitas correntes no montante de 64,6 biliões de Dobras, confirmando desta forma a evolução positiva das receitas.

⁹ 1 US\$=8.900 Dbs em Agosto de 2001.

Paralelamente, o Governo procedeu a uma orçamentação e uma utilização adequada dos recursos extraordinários em divisas provenientes de Taiwan, de contratos de prospecção do petróleo, da privatização da ENCO e das suas contrapartidas em moeda local.

Da parte das despesas, registou-se em 1998 uma ultrapassagem de 7,6 biliões de Dobras em relação ao orçamento para as despesas primárias ligadas também aos investimentos financiados com recursos locais, como sejam, a massa salarial (aumento geral dos salários e aplicação do regime especial de remuneração do pessoal militar em 1998) e as despesas correntes sobre bens e serviços. Apesar disso, o saldo primário foi excedentário em 1998 (+ 0,75% do PIB).

Resumindo, os principais resultados macro-económicos registados em 1998/1999, foram:

- Crescimento do PIB: 2,5% (+1,0% em 1997)
- Inflação: 21% em 1998; 12,6% em 1999
- Massa monetária: +16,3%
- Taxa de câmbio Dobras/US\$ 6883 em 1998 e 7119 em 1999
- Diferencial entre o mercado oficial/paralelo: 0,5% em 1999
- Receitas orçamentadas: 54,5 biliões em 1998 e 64,6 biliões em 1999
- Saldo primário do orçamento: +1,3% em 1999 (+0,7% sobre o de 1998)
- Défice da balança de pagamentos: -16,9% do PIB.

3.1.5. Endividamento

Resultante dos empréstimos contraídos com vista ao financiamento dos investimentos públicos – pesados e com rentabilidade contestável – realizados após a independência, a dívida externa de São Tomé e Príncipe conheceu um forte aumento durante os anos 80, tendo mesmo duplicado entre 1984 e 1989 para atingir um montante de 136 milhões de US\$ no final desse período. Entretanto, não parou de crescer, elevando-se a 265 milhões de US\$ em meados de 1999.

Esta situação constitui um fardo insustentável para o país, pois o valor do “stock” da dívida em valor actual representa aproximadamente 4 vezes o PIB e mais de 40 vezes o

montante das exportações anuais do arquipélago. Nesta mesma sequência, o serviço da dívida externa representa hoje mais de 60% das receitas anuais de exportação e pesa consideravelmente sobre o orçamento do Estado, representando 40% das receitas correntes para o exercício de 1999.

Do total da dívida externa em 1999 (289,3 milhões de US\$), uma fracção não negligenciável corresponde a acumulação de atrasados, num montante de cerca de 69,2 milhões de US\$, ligados particularmente ao aprovisionamento em combustíveis provenientes de Angola. A estrutura da dívida de São Tomé e Príncipe é dominada fundamentalmente pela dívida multilateral¹⁰, e consequentemente pouco favorável aos procedimentos clássicos de aligeiramento (ver Quadro 4). Os principais credores são as instituições multilaterais com 57%, mais particularmente o grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) com 30% e o Banco Mundial (BM) com 23%. A dívida bilateral representa 43%, sendo os principais credores Portugal (10%), Angola (7,4%), China (6%), Itália (5,5%) e Alemanha (4,6%).

Os juros da dívida efectivamente pagos representam uma fracção variável das despesas correntes do orçamento (50% em 1995, mas somente 20% em 1996). Os pagamentos dos juros variam em função das disponibilidades do Estado, não respondendo a uma estratégia clara de pagamentos e de acumulação de atrasados, nem a um plano regulamentado e pré-estabelecido.

Várias iniciativas de renegociação da dívida foram efectuadas depois de 1985, sendo a destacar a dívida com a ex-RDA (1985), a Rússia (1987 e 1988), a China (1991) e Cabo Verde (1995). Em 1994 conseguiu-se o resgate de uma parte da dívida comercial no quadro das facilidades do Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) para a redução da dívida. A anulação dos atrasados com Angola e Portugal foi em 1995. Em 1999, um reescalonamento até 2010 foi obtido sobre os atrasados com o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico Africano (BADEA) num valor aproximado a 7,7 milhões de US\$.

Mas a capacidade de financiamento do Estado e a credibilidade do país melhorou depois que, no início de 2000, o Governo assinou um acordo com o FMI no quadro das Facilidades para a Redução da Pobreza e o Crescimento (FRPC), que permitirá ao país tornar-se candidato à iniciativa a favor dos países pobres fortemente endividados

(iniciativa HIPIC)¹¹. Por outro lado, e nesta mesma altura, foram reatadas conversações com o Clube de Paris para a redução e reescalonamento da dívida do país.

Quadro 4: Dívida externa

Designação	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Dívida externa Total em Milhões de US\$	191,6	216,3	237,2	245,4	253,6	265,8	283,0
Dívida total sobre Exportação de bens e Serviços (%)	1774,1	2100,0	2237,7	2079,7	2697,9	2505,2	nd
Serviço da dívida de Médio e longo prazo em Milhões de US\$	14,0	11,9	13,1	11,8	10,3	7,9	3,2
Serviço da dívida sobre Exportação de bens e Serviços (%)	129,6	115,5	123,6	100,0	109,6	74,5	37,8

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe

3.1.6. Trocas com o exterior e balança de pagamentos

A balança comercial, já de si estruturalmente deficitária e dependente praticamente dum único produto de exportação, conheceu uma evolução crítica devido à deterioração dos preços do cacau. A subida verificada a partir de 1993 não teve efeitos significativos na exportação devido à fraca produção registada, cujos valores oscilaram entre 4 e 5 milhões de US\$. Em 1998, as exportações subiram para valores próximos dos 6,4 milhões de US\$, tendo sido a Holanda e a Alemanha os principais importadores do cacau.

Por sua vez as importações evoluíram entre 28 a 32 milhões de US\$ entre 1991 e 1995. Nos últimos anos conheceu-se uma redução importante, mas a apreciação da sua evolução é difícil de avaliar devido à falta de estatísticas fiáveis sobre o comércio externo depois de 1997.¹²

Em 1998, as importações representaram apenas 18 milhões de US\$. Para o período compreendido entre 1991 e 1996, a importação de produtos alimentares representou 20 a 25% do total das importações e os produtos petrolíferos representaram 7 e 15%. De

¹⁰ Dívida contraída junto das instituições do Breton Wood (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Banco Africano de Desenvolvimento).

¹¹ Iniciativa do FMI que visa a redução da dívida dos países fortemente endividados, através de um programa de estabilização.

¹² Com efeito, deixou-se de exigir os documentos de registo de importação e de exportação (BRI e BRPI) nos inícios do processo de liberalização económica, sem a criação de mecanismos alternativos de registo.

acordo com as informações disponíveis, Portugal foi o primeiro país fornecedor com 30 a 40% do total das importações, conforme os anos (período de 1991-1997). Angola, França e Japão constituíram outros tantos fornecedores importantes de STP.

A fraca taxa de cobertura da balança comercial, o peso pouco importante dos rendimentos do turismo ou das transferências dos emigrantes (estima-se à volta de 15.000 o número de são-tomenses que vivem no estrangeiro)¹³, assim como os custos elevadíssimos de transportes de produtos com destino ao arquipélago, foram os factores de maior pressão sobre a balança de pagamentos correntes (ver Quadro 5). Simultaneamente, os vencimentos para o reembolso dos empréstimos concedidos a STP nos anos 80 começaram a pesar sobre a balança de capitais, agora que a ajuda externa conhecia um certo abrandamento. É assim que a balança de pagamentos correntes começou a deteriorar-se nestes últimos anos, passando de -23 milhões de US\$ (-37,3% do PIB) em 1986 a -32,9 milhões de US\$ em 1997 (-53,8% do PIB), ratios que segundo os técnicos do Banco Central contactados, ultrapassam largamente as normas geralmente admissíveis.

Quadro 5: Balança de Pagamentos (em milhões de US\$)

Designação	1986	1997
Exportação de bens e serviços	13	12
Importação de bens e serviços	29	41
Rendimento líquido	-7	-5
Transferências privadas	0	1
Balança corrente	-24	-33

Fonte: Ministério das Finanças

Este défice tem sido financiado por uma forte ajuda externa, por um endividamento adicional muito importante e por uma acumulação de pagamentos em atraso.

¹³ Informação do Instituto Nacional de Estatísticas.

3.1.7. Aspectos sociais

3.1.7.1. Rendimentos e emprego

Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IHD) STP ocupava em 1997 o 121.º lugar numa lista de 174 países. No entanto, deixou de fazer parte da maioria dos países da África Subsaariana, graças ao nível relativamente elevado constatado em matéria de alfabetização, de escolarização e de esperança de vida.

Nas últimas décadas o país sofreu uma forte erosão do **rendimento médio por habitante** (-1,3% por ano entre 1986 e 1997). Esta baixa do rendimento por habitante é ainda mais forte, se expressa em US\$. O agravamento global da situação social é acompanhada com acuidade por uma grande parte da população do arquipélago. Em 1997, os dados disponíveis sobre o rendimento no sector formal, indicavam um salário médio anual de 151.400 Dbs (equivalente a 4.000 PTE); os trabalhadores agrícolas ocupavam um lugar mais desfavorável com 120.600 Dbs, isto é, o equivalente a 3.300 PTE.

Há diferenças consideráveis – tanto em termos de rendimento, do património ou ainda do acesso à educação e à saúde entre os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade saotomense. Segundo um estudo realizado em 1994, 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza e 33% destes últimos estão em situação de extrema pobreza.

A análise da situação é hoje mais difícil devido a uma série de razões: extrema diversidade das situações de emprego, conhecimento imperfeito do autoconsumo e dos rendimentos provenientes da produção agrícola, desconhecimento dos ganhos conseguidos no mercado paralelo e da fraude, dificuldade de avaliação das perdas monetárias ligadas à privatização das terras (encerramento, por exemplo, das infra-estruturas sociais das antigas roças). Se é claro que o poder de compra da quase totalidade da população – expresso em dólares - se reduziu drasticamente, a situação das diferentes categorias de trabalhadores evoluiu de maneira diferenciada, segundo a origem do rendimento do chefe de família.

Três grupos de população parecem estar numa situação de **forte vulnerabilidade**:

- As famílias dos trabalhadores das plantações que não puderam beneficiar do programa de privatização de terras;
- Os trabalhadores em que o chefe de família é mulher;

- As pessoas idosas isoladas. Em 1991 foram recenseadas mais de 2.000 pessoas de mais de 60 anos vivendo sozinhas. Estas pessoas não beneficiam de nenhum apoio familiar e as pensões ou subvenções que recebem eventualmente são reduzidas e sofrem duma forte erosão, fruto de ajustamento em função da inflação.

Os dados sobre o **emprego** são raros e difíceis de interpretar. Segundo o recenseamento de 1991, o emprego repartia-se um pouco por igual entre o sector público (26% nas grandes empresas agrícolas do Estado e 25% no resto do sector público) e o sector privado com 49%. Neste sentido, três tendências podem ser observadas:

- As grandes empresas agrícolas do Estado, que ocupavam depois da independência um lugar essencial em termos de emprego, não representavam em 1994 mais do que 6.700 empregos, cujo número foi diminuindo devido à reforma fundiária que levou ao parcelamento de uma série de grandes empresas a favor dos pequenos agricultores;
- A parte restante do sector público, depois de ter verificado um crescimento muito rápido após a independência, entrou em declínio nos finais dos anos 80 devido à reestruturação, privatização ou liquidação duma parte importante da carteira do Estado, cuja aceleração se espera brevemente com a reforma administrativa;
- O emprego no sector privado – sobretudo informal - que já duplicou nos últimos períodos inter-censo (1981-1991), tende a ser dominante na ocupação da população activa.

Quadro 6: Distribuição do número de empregos por sectores

Agricultura	12.800
Comércio	5.330
Construção e trabalhos públicos	3.470
Administração pública	3.290
Transporte e comunicações	2.820
Indústria e energia	2.420
Pecuária e pesca	1.940
Instituições financeiras	210
Outros	4.970
TOTAL	37.250

Fonte: Ministério das Finanças, estimativa. 1997

3.1.7.2. Educação e formação

A educação e a formação beneficiaram duma mobilização considerável de recursos financeiros depois da independência. A ajuda externa foi e continua a ser decisiva neste aspecto. Entre o período de 1990–1995, a ajuda externa à educação e à formação representaram aproximadamente entre 12,5% e 14,5% da ajuda total recebida pelo país. STP beneficia dum nível recorde de assistência, pois a ajuda anual à educação atingiu 77 US\$/habitante durante o período, enquanto que para o conjunto dos países da África Subsaariana foi de 2 US\$/habitante. Em 1995 as despesas públicas para o sector atingiram aproximadamente 11 milhões de US\$, ou seja cerca de 20% do PIB.

A importância destas despesas públicas consagradas à educação e à formação deveria, em princípio, traduzir-se num ensino de qualidade para as novas gerações e na existência de uma quantidade razoável de quadros com formação necessária e adequada para as necessidades do país. Noutros termos, os meios mobilizados são suficientes, tendo em conta a dimensão do país, para criar capacidade nacional mínima para a gestão das principais unidades económicas e da administração pública. Mas este não é o caso (ver Quadro 7).

Quadro 7: Nível de educação da população são-tomense

Inquérito de 1996 sobre uma população com idade de 18 anos e superior	
Nenhuma escolarização	17,3%
1ª a 4ª classes	37,6%
5ª e 6ª classes	15,3%
7ª e 8ª classes	13,8%
9ª a 11ª classes	11,8%
Formação profissional	2,3%
Ensino técnico e superior	1,8%

Fonte: Ministério da Educação

A primeira razão é que STP, apesar de ter o privilégio de possuir uma taxa de escolarização bruta particularmente elevada – próximo da universalidade para a primária – e dum nível de alfabetização ultrapassando muitos países considerados Países Menos Avançados (PMA) (75% de alfabetizados, onde 83% são homens e 68% mulheres), o nível geral de formação reflecte a péssima qualidade de ensino. Esta situação tende ainda a deteriorar-se devido aos constrangimentos financeiros.

Vários indicadores mostram a evidência deste facto:

- A grave penúria de locais escolares conduziu o Governo, nos finais dos anos 80, à aplicação do regime triplo (utilização quotidiana duma mesma sala de aulas por três classes), dando lugar a uma frequência limitada de 2-3 horas de aulas por dia. Medidas recentes (ano escolar de 1997–1998) foram tomadas no sentido de suprimir este regime no ensino primário.
- As taxas de repetição (30% no ensino primário) e de abandono (9% no ensino primário) são muito elevadas e traduzem-se por um rendimento medíocre do sistema. Segundo informações do Ministério da Educação, um aluno do ensino primário leva em média 6 anos a completar as quatro classes.
- A distribuição geográfica actual do ensino contribui para a acentuação das disparidades regionais. No ensino primário, os professores com formação ficam na sua maioria concentrados nos distritos de Água Grande e de Mé-Zochi em detrimento dos outros distritos que possuem escolas mais degradadas e com professores sem formação adequada.
- A falta de manuais e de materiais escolares vários (giz, etc.) é gritante e as verbas aprovadas no orçamento do Ministério da Educação para este fim são modestas (0,27 US\$ por aluno em 1995), ou seja o equivalente a 65 PTE. Por outro lado, os financiamentos neste domínio pelos doadores têm conhecido múltiplas dificuldades.
- A qualificação dos professores é baixa. Somente 53% dos professores do ensino primário (14 a 17% para os distritos de Caúe, Cantagalo e Lemba) têm uma formação específica e 15% na secundária. No pré-universitário, a maior parte dos professores nacionais não têm formação pedagógica e 1/3 não possuem formação superior. As estruturas de apoio técnico-pedagógico e de inspecção são pouco operacionais.

A integração da 5^a e 6^a classes no ensino de base obrigatório, prevista pela Lei-quadro do sistema educativo não pode ser concretizada, devido à exiguidade da capacidade de oferta de estabelecimentos (10 escolas secundárias), à limitada dotação de professores e aos magros recursos financeiros disponíveis. Só cerca de 70% dos alunos que acabam a 4^a classe se matriculam na 5^a.

A segunda causa essencial do revés do sistema de educação e de formação tem a ver com a má alocação dos recursos que têm sido postos à disposição do sector: a prioridade do ensino primário não é suficientemente traduzida nas despesas públicas.

Da mesma forma, a formação profissional e técnica foi praticamente negligenciada. Com a criação de um Centro Politécnico, com uma capacidade actual limitada a 175 estudantes e o número de filiais reduzido a quatro, não se pode responder a todas as necessidades no domínio da formação profissional.

Paralelamente, as despesas da administração do sector têm um peso excessivo, e é assim que mais de metade das despesas com o pessoal pago pelo orçamento da educação é afectada ao pessoal administrativo. Por outro lado, uma grande parte da ajuda externa concedida ao sector é utilizada para o pagamento de assistência técnica onde o impacto é incerto (não durabilidade dos resultados constatados na maior parte dos projectos de assistência técnica).

Enfim, se bem que nenhuma estatística fiável esteja disponível sobre a “fuga de cérebros” sabe-se que a maior parte dos quadros formados no exterior no âmbito dos programas e projectos de bolsas dos parceiros internacionais ficam nos países de acolhimento ou emigram para outros países lusófonos, como Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde. As raras oportunidades locais de emprego de quadros e a evolução dos níveis reais de remuneração não fazem mais que reforçar este fenómeno.

De todo este diagnóstico pode-se constatar que um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento da educação está na fraca capacidade institucional do conjunto do sistema, tanto nos aspectos técnicos ou pedagógicos, como administrativos e financeiros.

3.1.7.3. Saúde e nutrição

STP ainda se distingue dum número considerável de países do continente africano no que concerne aos indicadores de saúde, que estão geralmente acima da média dos países da África Subsaariana. Alguns destes indicadores conhecem todavia uma sensível deterioração. A esperança de vida é relativamente elevada mas com tendência a baixar (64 anos em 1994). Segundo os dados do Serviço Materno Infantil/Planeamento Familiar (SMI/PF) de 1994, a taxa de mortalidade infantil é de 84 por 1000 nascidos vivos e a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos é de 138 por 1000

nascidos vivos, tendo estas duas taxas no início da década de 90 atingido valores de 70 e 114, respectivamente. A taxa de mortalidade materna é bastante elevada (131 por cada 100.000 em 1994).

O paludismo afecta fortemente a população, embora estivesse praticamente erradicado na década de 80. É hoje a primeira causa de morbilidade¹⁴ e mortalidade, atacando seriamente as crianças de baixa idade e mulheres grávidas. Casos de paludismo ocupam 55% das camas dos serviços pediátricos do Hospital Central e 60% do número total de camas de hospitalização no país. Para além do paludismo, as doenças diarreicas e as doenças respiratórias agudas são as principais causas de morbilidade. Entretanto, outras afecções não contagiosas como doenças cardio-vasculares começam a assumir uma certa importância, como resultado da situação de pobreza .

A subnutrição é moderada, mas representa a causa de 5% dos falecimentos registados no hospital. A má nutrição é mais propagada, o acesso aos alimentos ricos em proteínas está, tendo em conta o seu preço, fora do alcance do grupo da população pobre. Pode-se constatar que a ração calórica diária da população é, aliás, inferior à média dos países africanos (2010 contra 2330). Os esforços realizados ao nível das estruturas do SMI/PF e os programas internacionais de ajuda alimentar têm contribuído para reduzir os riscos neste domínio.

O sistema nacional de saúde é composto dum nível central (Ministério e Centro Hospitalar de São Tomé - CHST) e dum nível periférico organizado ele mesmo à volta de 3 escalões e sete distritos sanitários. No conjunto a cobertura da população em estruturas de saúde de base – centros de saúde e postos sanitários – é suficiente em termos de infra-estruturas físicas, excepção feita ao distrito de Cantagalo. O nível de cobertura em pessoal médico não é dos piores: em 1998 o país dispunha dum médico para 2300 habitantes, contra 1 para 18.000 em média nos países da África Subsahariana, e dum enfermeiro para 800 habitantes. Entretanto, o pessoal da saúde está mal repartido pelo conjunto do território e é composto por cerca de 40% de estrangeiros. É assim que 51% dos médicos nacionais e 92% de médicos cooperantes se concentram ao nível do CHST e da administração central.

A gestão do sistema de saúde conhece graves problemas, tais como:

¹⁴ O número de casos de doença no total da população multiplicado por mil.

- Ausência dum quadro de referência global (política nacional de saúde, plano de desenvolvimento sanitário, política nacional farmacêutica);
- Falta generalizada (Ministério, CHST, centros de saúde,...) de sistemas de informação e de gestão e mais geralmente de capacidades de gestão (recursos humanos, meios logísticos, meios financeiros);
- Falta de infra-estruturas e uma tendência pronunciada da degradação das instalações sanitárias;
- Recursos humanos mal repartidos e desmotivados pelas condições de remuneração e de trabalho;
- Ausência de especialização dos médicos nacionais em saúde pública e disciplinas clínicas de base;
- Hiper-concentração da procura no CHST;
- Fraca mobilização da comunidade à volta das questões de saúde pública e a sua fraca participação no financiamento do sistema;
- Fraqueza dos mecanismos de colaboração intra e inter-sectorial;
- Frequentes rupturas do “stock” de medicamentos e lentidão verificada na aplicação da reforma do sistema de aprovisionamento (criação do Fundo Nacional de Medicamentos);
- Falta de coordenação das ajudas externas.

Estes problemas são, em grande medida, ligados à insuficiência de meios financeiros, para garantir um salário digno ao pessoal, à manutenção dos equipamentos ou dos meios de funcionamento postos à disposição das unidades sanitárias. Resulta também duma má alocação de recursos disponíveis. Assim, o orçamento da saúde conheceu nos últimos tempos uma erosão importante, passando de 1,4 milhões de US\$ no início dos anos 90 a 0,5 milhões em 1995 e 1996 e 0,3 milhões em 1997, ou seja 2,2 US\$ por habitante. Apesar do orçamento da saúde representar aproximadamente 18% do Orçamento Geral do Estado (OGE) em 1990, o sector não contou com mais de 4,2 % do orçamento em 1997. Constata-se, por outro lado, que o Centro Hospitalar da capital (CHST) absorve sozinho 49% das despesas de funcionamento da saúde,

independentemente de ser beneficiário de importantes doações a título da ajuda externa (Portugal), contra 32% para a saúde primária.

3.1.7.4. Acesso à água e ao saneamento

Cerca de 80% da população total (mas somente 2/3 da população rural) tem acesso em princípio a água potável. Mais de 1/5 da população (22,5% em 1991) consome a água dos rios ou de outros cursos de água não controlados.

Para as aglomerações urbanas, as instalações de armazenagem de água potável, geridas pela EMAE, apresentam níveis de sobreutilização, devido à falta dum sistema de gestão e de manutenção adequado, com efeitos elevados de degradação: preço de venda da água artificialmente baixo e baseado numa tarifa “forfait”, gratuidade da água a um grande número de fontenários, falta de pessoal qualificado e motivado.

Um problema idêntico da degradação das infra-estruturas se põe ao nível da população rural residente nas antigas roças (cerca de 15%).¹⁵ Os sistemas autónomos de aprovisionamento aí instalados não têm manutenção alguma. O aprovisionamento por sistemas de fontenários, que serviam cerca de 50% da população em 1991, é igualmente problemático: as instalações estão fora de uso (30% no momento actual) ou não estão protegidas, e as câmaras municipais responsáveis pela sua gestão não têm competências nem meios financeiros para assegurar a sua manutenção.

Em matéria de **saneamento** a situação é muito mais crítica do que no aprovisionamento da água, pois o país tem enormes carências de sistema de drenagem de águas pluviais ou da evacuação de lixos, particularmente nas zonas urbanas. Estas contribuem, de certa forma, para a difusão de doenças infecciosas (paludismo particularmente) e parasitárias. Segundo o recenseamento, três quartos da população não dispunha em 1991 dum sistema adequado de evacuação de excrementos. Apesar dos investimentos realizados em matéria de protecção das fontes e construção de latrinas, é provável que a situação se tenha degradado ainda mais com o crescimento demográfico e a concentração crescente da população nas zonas periféricas urbanas. Quanto à evacuação dos lixos, só na cidade

¹⁵ A manutenção das infra-estruturas das Empresas Agrícolas eram asseguradas pelas respectivas Administrações. Na sequência da política de privatização e distribuição de terras, as empresas foram parceladas, mas não foram equacionados os problemas relativos às infra-estruturas colectivas. Como consequência, S. Tomé e Príncipe confronta-se hoje com uma situação em que se tem que redefinir a responsabilidade pela manutenção das ditas infra-estruturas.

de São Tomé (Câmara Distrital de Água Grande) se assegura uma recolha e tratamento rudimentar dos lixos domésticos, sem nenhuma participação financeira da população.

3.1.7.5. Alojamento

A população reparte-se hoje em quatro grandes “segmentos” em matéria de alojamento: complexos urbanos nas cidades capitais em cada uma das duas ilhas; número limitado de pequenos centros urbanos no interior do país; pólos de urbanização nas zonas costeiras geralmente ligados a actividades piscatórias; reagrupamentos na(s) proximidade(s) das “dependências” (ex-roças). As condições de alojamento para a maior parte da população não melhorou durante estes últimos anos.

As principais causas desta evolução são:

- Forte êxodo rural que se traduz por uma concentração crescente da população nos principais centros urbanos e a proliferação de zonas de construção espontânea ao longo das vias de acesso na periferia urbana;
- Dificuldades crescentes de aprovisionamento em materiais de construção (encarecimento dos custos dos materiais importados, tendo em conta a inflação e a depreciação da Dobra e a redução da capacidade local de produção de tijolos);
- Inexistência de mecanismos de crédito para estimular a oferta e facilitar a aquisição ou a construção de casas novas;
- Compressão dos investimentos públicos no sector da habitação e quase desaparecimento de programas estatais a favor da promoção de habitação;
- Fraca capacidade de gestão das instituições ou mecanismos a aplicar pelo Estado (Fundo e Comissão Nacional da Habitação e actualmente Instituto da Habitação).

Com mais de 60% da população concentrada num raio de 10 quilómetros à volta da cidade capital e uma gestão anárquica das infra-estruturas urbanas, a situação é hoje particularmente crítica e torna prioritária a adopção dum plano director integrando o conjunto da problemática do desenvolvimento urbano.

3.2. Agricultura, Pecuária e Florestas

3.2.1. Agricultura

A história agrícola de São Tomé e Príncipe é profundamente marcada por diferentes ciclos de monocultura praticados em 500 anos de colonização.

Primeiramente foi introduzido no arquipélago o cultivo da cana de açúcar com a consequente produção de açúcar através de engenhos, tendo como seu sustentáculo o trabalho escravo.

O ciclo do açúcar termina em meados do século XVII e o arquipélago, atormentado por crises raciais e assaltos piratas, passa a viver principalmente, quer do tráfego de escravos, o que aliás, se enquadra logicamente na política portuguesa virada para o desenvolvimento do Brasil, com base na mão de obra africana, quer de culturas alimentares. Cultiva-se milho, mandioca, banana, matabala¹⁶, etc. A palmeira, endémica, produzia os apreciados complementos alimentares de óleo de palma e vinho de palma.

No fim do século XVIII foi introduzida a cultura do café arábica¹⁷ vindo do Brasil. Os grandes cafezais ter-se-ão instalado, entre 1855 e 1875, em terras que hoje são típicas produtoras de cacau: Roça Monte Macaco, Santa Margarida, Água Izé e Bela Vista.

Em 1861 cria-se a Sociedade Agrícola das Terras de Monte Café¹⁸.

O ciclo do café deu-se praticamente por terminado em 1890, para ceder lugar ao ciclo do cacau.

O cacauero, cultivado primeiro no Príncipe, foi introduzido em São Tomé em 1855 e só depois de 1880 se começaram a plantar áreas extensas de cacauzal.

Com a introdução do cacau e do café nas ilhas, assistiu-se a novos fenómenos marcados por uma vida política, económica e social mais activa. O começo desta fase foi condicionado sobremaneira pela independência do Brasil e é a partir desta altura que, através de métodos de imposição e repressão e de contratos de compra e venda de voluntários, que se começa a expropriação de terras. Surgem as primeiras empresas

¹⁶ Tubérculo parecido com a batata.

¹⁷ Variedade de café mais consumido no mundo, conhecido especialmente por ter melhor sabor e forte aroma.

¹⁸ Empresa agrícola cuja produção principal foi o café.

designadas Roças, cuja actividade agrícola se encaminha para uma agricultura capitalista, orientada para exportação.

Em 1975, São Tomé e Príncipe recebeu do sistema colonial um conjunto de 5 dezenas de roças, de grande e de média dimensão, que constituíam a principal base económica do país.

Com a retirada dos colonos das roças, estas ficaram em regime de administração directa, o que levou o Governo a decretar, em 30 de Setembro de 1975, a nacionalização dessas propriedades que constituíam mais de 90% da superfície agrícola do país.

Após a nacionalização, agruparam-se em 15 grandes empresas agrícolas e o Governo teve que recorrer a quadros são-tomenses que ocupavam postos de auxiliares na administração dessas roças (feitores, auxiliares de contabilidade, condutores, enfermeiros, etc) e jovens quadros recém formados no exterior para preencherem e dirigirem essas roças, baseando-se num sistema de planeamento demasiado centralizado e burocrático.

Passada década e meia, o Governo começou a enfrentar alguns problemas de carácter estrutural que persistem na economia agrícola e cujos efeitos negativos se foram aprofundando com o decorrer dos anos, nomeadamente:

- Uma estrutura produtiva e um modelo de sociedade concentrados em grandes plantações de reduzida eficiência;
- Uma agricultura excessivamente dependente de uma só produção;
- Uma insuficiente capacidade de gestão, associada à ausência de quadros técnicos e de empresariado local;
- Um declínio brusco da produção de cacau, agravado pela baixa das cotações internacionais, e níveis extremamente baixos de produtividade.

Esta situação foi comum a todo continente africano que, nos anos 80, foi a única região de desenvolvimento mundial, onde a produtividade laboral na agricultura declinou. Para Kham¹⁹, entre 1980 e 1990 este declínio foi de 4 %/ano, enquanto que aumentou 2,7% no sul da Ásia e 3,9% no Médio Oriente e África do Norte.

¹⁹ Citado em Ali Abdel Gadir Ali e Erik Thorbecke, “The State of Rural Poverty, Income Distribution and Rural Development in Sub Saharan Africa”, paper preparado para a conferência sobre “African Economic

São complexas as causas deste declínio, mas a condição das infra-estruturas rurais são seguramente o factor primário.

A produção do **cacau** continua a jogar um papel essencial na agricultura e economia saotomense. Ela ocupa cerca de 24.000 ha (60% de superfície cultivável) e é responsável por 90% das receitas de exportação, constituindo assim a primeira fonte de divisas para o país (5,5 milhões de dólares em 1998)²⁰. A produção conheceu, durante longo período uma baixa considerável, devido principalmente à concorrência acrescida no mercado internacional, à evolução das cotações internacionais, ao envelhecimento e à não manutenção das plantações, à má gestão das empresas e à penúria em pessoal, criados pela partida dos operários agrícolas. Assim, a produção passou de 31.000 toneladas no princípio do século para 11.700 toneladas em 1973, para descer até 3.400 toneladas em 1984. Estes últimos anos, ela tem oscilado a volta de 3.000 a 4.000 toneladas, ou seja 1/3 dos níveis de produção dos anos 60–70. As exportações em 1998 foram de 4.500 toneladas. Com a reforma agrária, pode estimar-se em 10.500 ha a superfície plantada em cacaueros relevando a pequena agricultura familiar, 8.000 ha de plantações pertencentes as cinco grandes empresas restantes e aproximadamente 5.000 ha possuídas pela médias empresas agrícolas (ver Quadro 8).

Quadro 8: Evolução das superfícies cultiváveis e das explorações

	Antes de 1992				Fim de 1998			
	superfície (ha)			Nº de empres.	Superfície (ha)			Nº de empres.
	Total	Cultivável	cacau		Total	Cultivável	cacau	
Grandes empresas	66.000	37.000	22.000	15	20.000	18.960	8.000	8
Médias empresas		7.000	2.000	60		11.500	5.500	144
Empresas familiares				13.700		13.540	10.500	5.167
Glebas		5.000				5.000		13.700
TOTAL	100.000	49.000	24.000	13.775	100.000	49.000	24.000	19.019

Fonte: Ministério da Economia

Os investimentos públicos e a evolução dos métodos de gestão não demonstraram até ao presente efeitos manifestos sobre os níveis de produção. É, por enquanto, prematuro concluir-se sobre o impacto da privatização e dos programas de acompanhamento.

Segundo um inquérito de seguimento dos trabalhadores agrícolas durante o 2º semestre de 1999, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura

Research Consortium on Comparative Development Experiences in Asia and Africa”, Novembro 6, 1997 (versão revista, Abril 1998), p.10

²⁰ 1 US\$=217 PTE em Agosto de 2001.

Familiar (PNAPAF) para 400 chefes de explorações, constatam-se as seguintes evoluções de comportamento da agricultura familiar:

- Progrediram os indicadores de condição de vida relativos à posse de habitação individual (18% para os residentes e 66% para os não residentes), equipamento dos trabalhadores ou para o consumo de alimentos proteicos;
- O cacau é a cultura mais presente (93% das explorações familiares) e nenhum agricultor abandonou esta cultura nos últimos dois anos;
- A introdução recente (1998/1999) de novas culturas nas parcelas distribuídas tem sido muito generalizada (71% das explorações);
- A proporção de explorações que praticam a pequena criação de animais cresceu, testemunhando uma acumulação de capital;
- A acumulação de actividades económicas conexas pelos trabalhadores é cada vez mais frequente (38%) da mesma forma que uma exploração sobre dois efeitos apela a mão de obra assalariada;
- Está-se afirmando a inserção da agricultura no mercado (entre 70% e 100% dos produtos são comercializados);
- O cacau continua a jogar um papel económico essencial, proporcionando rendimentos para 73% das explorações e 72% dos beneficiários da redistribuição de terras têm replantado o cacau.

Quanto ao **café**, pode-se dizer que, nas vésperas da independência, a produção era um pouco mais de 100 toneladas anuais e nos anos seguintes têm-se verificados recaídas fortes, atingindo cifras muito insignificantes – 17 toneladas entre 1986 e 1990. Mesmo com os importantes investimentos realizados, nos últimos anos, pela antiga roça Monte Café, e com o apoio dos doadores a produção continua atingindo níveis marginais (36 toneladas tratadas em 1998).

Esta quebra constante de produção também se verifica em relação à produção de copra, óleo de palma e coconote, etc.

O **coqueiral**, com 8.000 ha plantados, constitui a segunda maior cultura em superfície, depois do cacau. Desenvolvido inicialmente para exportação, a sua produção está em forte regressão devido ao envelhecimento das plantações, à obsolescência das

instalações e às dificuldades de colocação do produto nos mercados estrangeiros. Ainda que a sua produção tenha atingido 4.000 toneladas nos anos 80, a produção de copra desceu a 680 toneladas em 1992 atingindo o seu nível mais baixo em 1997 (430 toneladas). Em 1996, as exportações de nozes de coco e de copra totalizaram 975 toneladas.

O **palmeiral de óleo**, que ocupa uma área de 3.500 ha, dá lugar principalmente à produção de óleo para o mercado interno pela empresa agrícola estatal EMOLVE. A produção do ano de 1998 foi de 980 toneladas não permitindo atingir a auto-suficiência (1.500 t/ano), o que fez com que parte dos consumidores preferissem o óleo refinado importado.

De tudo isto, pode concluir-se que as causas do declínio contínuo devem-se a :

- Passagem brusca de cerca de 5 dezenas de grandes e médias empresa para a gestão estatal;
- Aglomeração dessas roças sem critério, em apenas 15 grandes empresas estatais, com os consequentes problemas de gestão e de controlo;
- Inexperiência dos quadros técnicos e auxiliares que foram nomeados para gerir essas empresas;
- Baixa produtividade de trabalho, porquanto persistia na mente dos trabalhadores e de uma grande parte da população que essas empresas eram do povo e, assim, cada um poderia fazer o que delas quisesse;
- No momento da independência muitas plantações já careciam de renovação e de reabilitação, o que foi totalmente descurado, tendo as áreas sido reduzidas devido à fraca densidade de plantas por hectare;
- Êxodo rural para o principal centro urbano, o que provocou a carência contínua de mão de obra para os amanhos culturais, o tratamento fito-sanitário e a colheita;
- Reabilitação e renovação de cacau e de café mal conduzidas em 5 grandes empresas agrícolas. Nem sempre foram feitas nas melhores áreas e assim acabaram por ter um impacto quase nulo no aumento da produção, permanecendo praticamente com os mesmos níveis de produção de antes do período de investimento.

Perante a situação degradante do sector agrícola, o Governo, em cooperação com parceiros de desenvolvimento (BM, França, etc), vem introduzindo algumas reformas destacando-se:

- Criação duma nova base produtiva através de um Projecto de Privatização Agrícola e de Desenvolvimento Rural;
- Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar, visando ajudar os beneficiários da distribuição de terras sob a forma de acções de vulgarização e acompanhamento, experimentação e introdução de um sistema de crédito rural;
- Reabilitação de algumas grandes plantações de cacau;
- Criação de duas sociedades agro-comerciais, através dos quais se preconiza promover a recolha, valorização e escoamento dos produtos de exportação produzidos pelos pequenos beneficiários de terras e, em sentido inverso, fornecer-lhes os principais equipamentos e factores de produção;
- Vários projectos de apoio à formação técnica, experimentação, pesquisa, desenvolvimento e diversificação de culturas alimentares, etc;
- Projecto de apoio institucional na área de assessoria técnica e financeira em matéria de política agro-florestal (GTZ e ECOFAC)²¹.

Cabe realçar que foram investidos neste sector, durante os anos 1988 a 1997 cerca de 75 milhões de US\$, representando cerca de 41% do investimento total realizado no país.

Com a implementação do projecto de privatização de terras, foram entregues cerca de 15.000 hectares, sendo aproximadamente 11.500 ha para mais de 4.500 agricultores e suas famílias e 3.500 ha sob forma de médias parcelas.

Os programas de apoio descritos anteriormente tiveram um atraso de pelo menos 2 anos (1995) o que provocou sérios problemas na assistência e no enquadramento desses mesmos agricultores.

Por outro lado, à medida que se ia implementando o processo de privatização e de distribuição, notava-se uma corrida desenfreada por parte da direcção dessas empresas agrícolas, e não só, ao abate descontrolado de árvores para fins comerciais, afectando a produção de cacau e o meio ambiente.

²¹ Ver glossário

Como consequência, muitas parcelas foram transformadas em clareiras, expondo os cacauzeiros a uma maior insolação, o que provocou um grande surto da praga denominada “rubrocinctus” que tem dizimado muitas plantas.

O processo que prosseguiu com a entrega de títulos de posse de terra aos beneficiários, e cujo detentores se julgavam donos absolutos dessas parcelas, continuou com o abate de árvores como forma de sobrevivência, porquanto deixaram de ser assalariados por um lado, e por outro, tinham a necessidade de alguma receita imediata e não poderiam esperar até ao momento da produção do cacau, que, como se sabe, tem carácter sazonal.

Inicialmente muitos agricultores sentiram-se encorajados e animados e predispuseram-se a trabalhar as suas terras com afinco. Por isso, durante os primeiros tempos, registou-se um aumento da produtividade e da produção provocado pelo trabalho de manhãs culturais realizados, pela abertura das áreas semi-encapoeiradas com alguma plantação e pela colheita intensiva nestas parcelas.

Passado o período de euforia e de algum empenho inicial, tem-se vindo a constatar algum desânimo dos agricultores pela falta acentuada de medidas de apoio por parte do Estado, pela falta de incentivos como o crédito, meios materiais, acompanhamento técnico, etc, o que tem provocado o abandono de parcelas, a venda ou o aluguer a terceiros, com graves consequências no processo de produção.

3.2.2. Pecuária

A pecuária conheceu um declínio importante depois de 1975 apesar de terem existido à data da independência 7.000 a 8.000 bovinos e mais de 30.000 porcos, o que constituía a fonte de proteínas animais.

Em 1980, com o apoio dos Países Baixos, iniciou-se uma cooperação para a criação de um centro leiteiro, mediante a importação de um lote de animais (cerca de 100 cabeças) de raça “frisian”, tendo constituído um fracasso devido à escolha errada da referida espécie para o país, à inexistência e indefinição de uma política clara para o desenvolvimento da bovinicultura e a um ambiente mal adaptado ao desenvolvimento da bovinicultura leiteira.

Quanto à suinicultura, em 1972 existia no país um efectivo de cerca de 3.342 cabeças que eram criadas em pequenas propriedades, nalguns casos vivendo praticamente ao

abandono. O surgimento do surto da peste suína africana em 1979 levou ao abate de quase todo o efectivo na ilha de São Tomé.

Perante tal situação, em 1982 procedeu-se à importação de um lote de reprodutores da raça “Large White” para o cruzamento com raças locais, fazendo-se vir os animais do Príncipe, que não tinham sido atingidos pelo surto. Foram-se assim reconstituindo os efectivos, tanto nas empresas estatais como ao nível da população. Foram feitos enormes investimentos, nomeadamente nas pocilgas de Ribeira Peixe, Água Izé, Generosa, Ponta Furada e Campo Grande, hoje votadas ao abandono e vítimas de vandalismo e pilhagem.

A construção destas pocilgas, segundo informações de especialistas da Direcção Geral da Agricultura, constituíram um erro crasso, porquanto se punham problemas com elevados custos de manutenção, de dificuldade de aquisição de produtos, quer locais, quer importados e o fraco interesse demonstrado pelos trabalhadores, levando à redução dos efectivos até ao encerramento das pocilgas.

Após a independência, desenvolveu-se também a avicultura para a obtenção de carnes e ovos, com vista ao abastecimento das populações. Procedeu-se, entre os finais dos anos 70 e início dos anos 80, com o apoio técnico e material de Angola, à construção de enormes pavilhões para a produção de carne de aves (10 em Canavial/Fernão Dias), poedeiras (2 em Guadalupe) e reprodutores (3 em Pinheira).

Em 1982, com vista à produção interna de pintos do dia, foi construído um enorme edifício na zona de Santo Amaro para sala de incubação, equipada com modernos equipamentos existentes na altura. Criou-se uma empresa avícola – EMAVE, que passou a gerir todos esses bens e equipamentos e continuou a proceder à importação de pintos do dia provenientes de Europa, matérias primas para o fabrico de rações concentradas e medicamentos veterinários.

Por diversas razões, entre as quais a má gestão e a escassez de divisas, a fim de fazer face à importação de matérias primas e pintos do dia, a referida empresa entrou em falência e teve que ser encerrada.

Relativamente aos pequenos ruminantes, existiam em 1972, 134 ovinos e 625 caprinos, arrolados em grandes e médias propriedades.

Com vista a melhorar as raças locais procedeu-se em 1980 à importação de um lote de animais reprodutores, tendo-se importado 3 raças de cabras e 2 de ovelhas de Inglaterra.

Por dificuldades de adaptação às condições climatéricas, foram sendo dizimadas por doenças, deficiente alimentação e manejo, baixa fertilidade, não se tendo atingido os objectivos preconizados.

A tendência verificada após 1990 no Sector da Pecuária é de paralisia das suas estruturas funcionais. Procedeu-se à entrega a privados das cabeças de gado que ainda existiam, bem como das instalações pecuárias para exploração.

Os avicultores privados surgidos na sequência do encerramento da EMAVE, continuam lutando com imensas dificuldades, sem qualquer apoio do Estado – pelo menos a isenção de impostos e taxas aduaneiras na importação dos pintos do dia, concentrados vitamínicos e produtos veterinários.

Resumindo as razões deste declínio, pode-se verificar que são múltiplas: doenças (tuberculose, peste porcina de 1979 - 1980), falta de serviços veterinários, alimentação animal pouco apropriada e abates incontrolados. Se os projectos de produção industrial não deram qualquer resultado, a produção familiar continua a ser uma actividade importante para os pequenos agricultores. Avalia-se que o sector pecuário tenha actualmente 48.000 cabeças onde 36.000 são pequenos ruminantes, 12.000 porcos e 250 bovinos. A produção de frangos é inferior a 4 kg/habitante/ano e o défice ronda em 315 toneladas para a carne e de 2.500 toneladas para o leite.

3.2.3. Floresta

Relativamente à floresta, pode dizer-se que o país possui uma floresta densamente húmida, de baixa altitude, do nível do mar a 800 metros de altitude, destruída pela actividade agrícola, uma floresta húmida de montanha, de 800 metros a 1400 metros, caracterizada pela diminuição da temperatura mínima e aumento da pluviometria e da humidade e florestas densas de altitude ou florestas de nevoeiro, de 1400 metros a 2024 metros, caracterizada por baixas temperaturas.

Dados existentes, ainda do período colonial, indicam que em 1975 existiam em São Tomé 33.017 ha de Ôbô¹⁰ e 10.010 de capoeira¹¹ para um total de 43.027 ha e no Príncipe 4.609 ha de Ôbô e 2.257 ha de capoeira para um total de 6.863 ha.

¹⁰ Zona de floresta primária não explorada pelo homem.

¹¹ Zona de floresta secundária pouco explorada pelo homem e em estado de abandono.

Nunca existiu uma exploração florestal ordenada em São Tomé e Príncipe, nem a existência dum plano de exploração e de repovoamento florestal, mas sim o aproveitamento das capoeiras para exploração de algumas espécies, visando a protecção e a utilização racional das espécies de interesse económico e ecológico.

As espécies que na altura se revestiam de maior interesse na exploração da madeira eram a amoreira, marapião, cidrela, gôgô, jaqueira, etc.

À altura da independência confirmou-se a existência de 37.626 ha de Ôbô ou floresta primária e 12.267 ha de capoeira ou florestas secundárias. Nos primeiros anos, após a independência, não houve a preocupação em organizar os serviços florestais. Assim, para satisfazer as necessidades quer para a obtenção de lenha, quer para a construção de casas, as árvores eram abatidas de uma forma desorganizada, tendências que prevalecem até recentemente.

Em 1988, foi criada a Comissão Florestal, com carácter de serviço autónomo e separado da Direcção das Florestas. As actividades tiveram início em 1990 com o inventário florestal, bem como o estudo do mercado de produtos lenhosos, tendo chegado aos seguintes resultados:

Quadro 9: Inventário florestal

Designação	Natural ou Virgem	Secundário	De sombra
Superfície	28.418 ha	30.11 ha	32.289 ha
Capacidade produtiva anual	139 m ³ /ha	106 m ³ /ha	132 m ³ /ha

Fonte: Direcção das Florestas

Este inventário indicou ainda, que existe uma disponibilidade total em madeira comercial no país de cerca de 11,5 milhões de m³, incluindo todas as categorias de florestas, e o consumo anual é de 170.000 m³.

O mesmo inventário estima o potencial de corte, ou seja a quantidade que poderá ser cortada anualmente numa base sustentada, tendo-se considerado duas alternativas:

Quadro 10: Potencial de corte de madeira comercial (1000m³/ano)

Designação	Alternativa 1	Alternativa 2
Toras(Construção e marcenaria)	105	70
Lenha	65	43
TOTAL	170	113

Fonte: Direcção das Florestas

Estes números quando comparados com o actual nível de consumo e com a procura estimada para os próximos anos, sugerem a existência de um potencial não negligenciável em madeira para as serrações.

Quadro 11: Inventário da procura de madeira para serração em S. Tomé e Príncipe (em m³)

Ano / Designação	1994	2000	2010
Cenário alto	4.500	12.00	16.000
Cenário baixo	4.500	5.000	4.000

Fonte: Inventário Florestal Nacional

Porém, em 1994 a oferta foi inferior à procura.

Os factores condicionantes do desenvolvimento desta fileira são:

- Inexistência de inventários sobre as espécies e a sua localização, por forma a permitir uma exploração racional e a evitar danos irreparáveis no património ecológico. Veja-se , p.e., que a exploração actual tende a concentrar-se na amoreira;
- Dificuldade de acesso às zonas florestais. Vem-se assistindo a uma exploração intensiva e sem controle das zonas de fácil acesso;
- Faltas de dados silvo-culturais sobre as espécies existentes (crescimento, rendimento, adaptação, etc);
- Ausência de capacidade de controlo e de fiscalização;
- A não replantação sistemática por forma a garantir uma exploração sustentada dos recursos florestais.

3.3. Indústria

Na estrutura da economia colonial, São Tomé e Príncipe desempenhava o papel de fornecedor de matéria prima de origem agrícola. A economia do país, como se viu, dominada pelo cacau, não deixou espaço ao surgimento da indústria.

No entanto, foram instaladas nos últimos anos do período colonial actividades transformadoras tais como: engarrafamento de vinhos, produção de artigos de materiais plásticos, de sabão, de rações de gado, de bebidas, de produtos cerâmicos destinados à construção civil, salinas e outros. Destas unidades só existem hoje as fábricas de sabão e de rações de gado.

Com a independência, em 1975, o Estado decidiu lançar as bases do desenvolvimento industrial. Mas não havia tradição industrial nem empresários. Como único promotor, o Estado lançou-se na criação de algumas unidades industriais.

Mas nem sempre as escolhas feitas estavam de acordo com a realidade nacional, quer em termos de tecnologia, quer em termos de capacidade de produção (geralmente sobredimensionadas e tecnologicamente inadequadas).

Com vista a dinamizar este plano de desenvolvimento industrial, o Governo autorizou a concessão de benefícios fiscais à novas unidades industriais, e às já existentes se fossem ampliadas, reorganizadas ou convertidas. Só que este incentivo e encorajamento ao investimento na indústria não foi suficientemente atractivo para motivar potenciais investidores. A dependência externa é grande, no que respeita ao fornecimento de “inputs” incluindo tecnologias.

A partir da segunda metade dos anos 80, as dificuldades foram-se avolumando para estas unidades. O sector funcionava mal, as empresas estavam descapitalizadas e algumas unidades cessaram as suas actividades.

Com o objectivo de melhorar a eficiência das empresas, o Estado decidiu, em 1986 – 1987, a privatização das empresa públicas. Um programa de privatizações foi estabelecido com o apoio da ONUDI e do PNUD.

Hoje, para além do grande complexo agro-industrial de produção de óleo de palma, (presentemente é a única empresa industrial detida pelo Estado) financiado pela União Europeia, prevalecem algumas indústrias artesanais e, sobretudo, de produção irregular (sabão, olaria, tijolos, confecções e outras). Verifica-se que as unidades, tanto públicas

como privadas, continuam no seu estado débil de laboração, devido à falta de matérias primas, fornecimento irregular de energia eléctrica, falta de crédito à indústria, ausência de capacidade profissional, entre outros.

Na verdade, a ausência de uma política coerente de desenvolvimento industrial, a degradação das infra-estruturas, a pouca tradição industrial, a falta de financiamentos, o isolamento geográfico, a débil qualificação da força de trabalho, o fraco nível de desenvolvimento das tecnologias de transformação, a ausência de “know how”, a reduzida dimensão do mercado nacional, constituem, segundo o autor, os principais constrangimentos ao desenvolvimento industrial

Para explicar melhor esta situação, pode-se dizer que a indústria transformadora tem uma fraca expressão na economia de São Tomé e Príncipe, tendo a sua contribuição para o PIB estabilizado à volta dos 6%. Dos dados existentes, pode-se afirmar, de acordo com o Quadro 12, excluindo-se a produção de energia eléctrica, a contribuição da indústria para a formação do PIB tem-se reduzido gradualmente, estimando-se que tenha atingindo, nos últimos anos, valores de 4%.

Quadro 12: Evolução do PIB da Indústria Transformadora a preços do mercado (milhões de Dobras)

Designação	1990	1991	1992	1993
1. PIB total	7.750	10.813	13.832	16.851
2. PIB Ind. Transformadora	435	689	933	1.326
3. 2/1 (%)	5,6	6,4	6,7	7,9
4. PIB Ind. Transf. s/ energia	368	590	828	976
5. 4/1 (%)	4,7	5,5	6	5,8

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Analisando a estrutura da indústria transformadora, pode-se mesmo dizer que ela reflecte o carácter embrionário do sector em São Tomé e Príncipe. Apenas alguns poucos sectores estão representados, o que diz bem da fraca coesão e densidade do tecido industrial, que é pouco desenvolvido, frágil e que trabalha abaixo das capacidades instaladas. No geral, uma área de actividade não tem mais do que uma ou duas empresas. As indústrias “industrializantes”, com efeitos de indução na economia

estão ausentes, não se tendo registado alterações significativas da estrutura ao longo dos últimos anos, o que é sintomático do marasmo em que se encontra o sector.

Hoje, pode-se dizer que o sector está limitado a uma vintena de Pequenas e Médias Empresas (PME) concentradas nas actividades de bebidas (com apenas uma empresa, as cervejas e refrigerantes representaram cerca de 26% do Valor Bruto da Produção (VBP) em 1994), transformação de peixe, produção de sabão, edição gráfica, reparação auto, transformação de madeiras e marcenaria, a que convém juntar uma quarentena de padarias.

Segundo dados disponíveis, o VBP manufacturada atingiu em 1994 2.378 milhões de Dobras ou seja o equivalente a 3,5 milhões de US\$, o que reflecte, uma vez mais, a pouca expressão que a indústria tem na economia nacional.

Por outro lado, pelos dados disponíveis, em 1994, o sector empregava cerca de 2.640 trabalhadores, ou seja um pouco mais de 6% do volume do emprego.

De tudo isto e das características da estrutura já descrita (baixa densificação da malha industrial) resulta que sejam fracas as relações intra e inter-sectoriais: estas resumem-se no fornecimento pela agricultura de alguns “inputs” para a indústria (palma, copra, toras de madeira, etc) mas em quantidade diminuta e para utilizações muito restritas, “desprezando” elevadas potencialidades noutros nós das respectivas fileiras.

Ao lado da indústria dita moderna, ou melhor dizendo, à margem, funciona um sub-sector de produção artesanal relativamente desenvolvido de grande importância na economia.

Um inquérito realizado em 1990²², identificou cerca de 564 micro e pequenas empresas artesanais. Dessas unidades, 354 dedicavam-se à produção de bens e 76 aos serviços associados à indústria. As principais áreas de actuação eram a confecção de vestuário, reparação de calçado, mecânica e bate-chapa, produção de farinhas, etc.

Grande parte dessas unidades fazem parte do sector não estruturado da economia, que tem conhecido um dinamismo importante nos últimos anos. Esta situação explica-se pelo facto de este sector constituir resposta mais próxima da capacidade financeira e técnica dos são-tomenses à abertura da economia privada. Demonstra, igualmente, uma

²² Woillet J.C. e Espírito Santo J.: Pour une promotion des micro et petites entreprises artisanales à São Tomé e Príncipe. BIT, 1991.

maior capacidade de adaptação de micro e pequenas empresas a ambientes económicos desfavoráveis.

O inquérito demonstra ainda que o nível de escolarização dos chefes/proprietários das micro e pequenas actividades é bastante elevado: 61% tinham o ensino primário e 27% o ensino secundário e superior. Mas a formação profissional é fraca: apenas 1,3% dos chefes das unidades tinham recebido formação. Este quadro de base parece indicar que o sector artesanal pode constituir em São Tomé e Príncipe um viveiro de empresários, desde que estejam criadas condições para que as unidades artesanais/informais evoluam para um nível de produção e organização superior.

3.4. Comércio

Relativamente ao sector do comércio, pode-se destacar que, durante o período colonial e logo após a independência nacional, os circuitos comerciais, quer externos quer internos eram totalmente dominados por privados, muito dos quais roceiros ou proprietários de pequenas indústrias, que agiam com total liberdade.

Numa primeira fase, o Governo começou por submeter a importação de determinados produtos considerados essenciais a autorização prévia, atribuindo ao Fundo de Comercialização poderes para importar directamente alguns produtos, e introduziu a política de subvenção de preços nos produtos de primeira necessidade garantindo, desta forma, uma certa regularidade nos abastecimentos e a estabilidade de preços.

Com vista a melhorar o circuito interno de distribuição, foram criadas “lojas do povo” e aumentado, substancialmente, o número de cantinas nas empresas agro-pecuárias.

A primeira Assembleia do Movimento de Libertação de STP (MLSTP) (partido que permaneceu no poder durante 15 anos após a independência) realizada em 1978, viria a marcar o ponto de viragem no processo de desprivatização do comércio, tendo-se adoptado as resoluções seguintes:

- A nacionalização do comércio externo e a organização do comércio interno em colaboração com o sector privado;
- A fixação de preços dos produtos importados e locais por um organismo estatal.

Na prossecução dos referidos objectivos, o Governo em 1980 decidiu:

- Conferir ao Estado o monopólio sobre a importação de produtos e materiais essenciais para o desenvolvimento da economia nacional;
- Conferir igualmente ao Estado o monopólio sobre a comercialização interna de equipamentos, acessórios, materiais e produtos para a agricultura, indústria, pescas e construção;
- Determinar que a importação por comerciantes privados só poderia ser realizada através da Associação Comercial que os representasse junto ao Governo;
- Restringir o exercício da actividades comerciais apenas àqueles que fossem detentores de capital e instalações próprias e que tivessem contabilidade organizada;
- Considerar em estado de falência os comerciantes que tinham dívidas incobráveis.

A aplicação rigorosa dessas medidas viria a promover a decadência acelerada do sector privado comercial e em 1985, com a ruptura constante do abastecimento do mercado, acompanhado de bichas intermináveis e do surgimento do sector informal, o Governo foi obrigado a adoptar uma política mais flexível, concedendo aos comerciantes privados algumas possibilidades de intervenção, quer no comércio interno quer no externo.

A partir de então começa um período em que se vão introduzindo reformas com vista a estimular a iniciativa privada, culminando com a actual liberalização do comércio.

3.5. Turismo, Meio Ambiente e Gestão dos Recursos Naturais

3.5.1. Turismo

São Tomé e Príncipe conta com grandes potencialidades turísticas:

- A localização em pleno Equador;
- Beleza natural e exótica;
- Rica biodiversidade;
- Diversos tipos de praias;
- As roças, com as suas peculiaridades e riquezas arquitectónicas;
- A hospitalidade e tranquilidade do povo.

Até hoje, o arquipélago não tem valorizado as suas potencialidades turísticas devido, entre outros factores, ao fraco desenvolvimento das infra-estruturas e à degradação das existentes, à existência duma forte taxa de paludismo, à insalubridade do meio ambiente e a uma inadequada ou inexistente política do turismo.

Por isso, torna-se difícil promover o desenvolvimento do turismo gerador de altos rendimentos, o que pressupõe a necessidade de uma maior atenção virada ao sector.

Apesar do Estado sempre considerar o sector do turismo como importante e altamente prioritário, no quadro da diversificação das actividades económicas, com os operadores turísticos e parceiros de desenvolvimento a desencadearem actividades e projectos com vista ao desenvolvimento do sector, a tendência verificada nos últimos anos é que o turismo vem funcionando à mercê da sua própria sorte, sem política e sem estratégia.

Assiste-se a uma ausência de planeamento e ordenamento turístico do território e à inexistência de uma legislação específica actualizada sobre o turismo. Não obstante, assiste-se ao aumento do número de camas e de actividades turísticas e à proliferação das unidades petisqueiras²³ em várias zonas do país. Não existe, no entanto, um plano director de desenvolvimento turístico para enquadramento destas iniciativas.

Por isso, o sector continua a ser marginal, com uma participação no PIB de apenas 2%. O seu desenvolvimento, está bloqueado por diversos factores: ausência de imagem e promoção de São Tomé e Príncipe no mercado internacional, capacidade de hospedagem que responda aos “standards” internacionais, custos elevados de aproximação (transportes aéreos) e de serviços (água, electricidade, telecomunicações), fraqueza dos serviços de apoio (troca, aluguer de veículos, centros de lazer, ...). Apesar das afirmações repetidas do carácter prioritário do sector turístico e apesar do relativo crescimento da capacidade de oferta nestes últimos anos²⁴, nenhuma dinâmica verdadeira aparece no sector. Quanto às receitas públicas directas elas são, por assim dizer, inexistentes dada a ausência duma taxa ou imposto sobre actividades turísticas.

²³ Pequenas unidades de vendas de bebidas e petiscos sem um mínimo de condições.

²⁴ Entre 1990 e 1995, o número de estabelecimentos hoteleiros passou de 7 a 15 e o número de camas de 111 à 404.

3.5.2. Meio ambiente e gestão dos recursos naturais

A problemática do meio ambiente e a gestão dos recursos naturais na sociedade são-tomense contemporânea deve ter em conta a singularidade destas duas ilhas e privilegiar uma abordagem espacial das transformações económicas ocorridas ao longo do tempo.

Assiste-se hoje à desintegração do mundo rural e ao empobrecimento efectivo das camadas mais vulneráveis da população. Esta situação, associada ao ritmo de crescimento demográfico acelerado, tem provocado uma forte pressão sobre a exploração dos recursos florestais com problemas ambientais daí decorrentes, embora ainda não muito graves nem generalizados.

A erosão costeira devido à extracção de areias tem sido uma preocupação ecológica, porque provoca ruptura dos “habitats” e constitui uma ameaça ao desenvolvimento do turismo. O cultivo de legumes nas encostas íngremes, constitui uma ameaça para a estabilidade das encostas e leva a alteração das florestas secundárias, à erosão dos solos e à perda de diversidade de espécies. O abate indiscriminado de árvores tem levado a algumas situações anómalas como, por exemplo, ao cultivo em locais impróprios, à penetração e desmatamento abusiva de áreas destinadas à protecção florestal, ao abate de árvores nas encostas marítimas, provocando erosão, etc.

A problemática de exploração dos recursos naturais deve estar em constante inter-relação com a preservação do meio ambiente.

É necessário haver uma exploração racional e planificada, para não se correr o risco do empobrecimento generalizado da população. Os esforços encaminhados para superar a pobreza não podem negligenciar o aspecto ambiental, devido à relação estreita entre a vulnerabilidade económica e a degradação do meio ambiente, o que explica o interesse da comunidade internacional neste domínio. A qualidade deficiente da água, a degradação das florestas, as ameaças às florestas primárias e à biodiversidade, a erosão das áreas em forte declive causadas pelo cultivo de leguminosas, a perda de recursos piscatórios, o manuseamento impróprio de substâncias tóxicas e perigosas, a erosão costeira devido à exploração abusiva de areia, tudo isto, já do domínio público, tem levado a uma nova tendência virada para a protecção do ambiente e para a preservação dos recursos naturais, apesar da questão da “qualidade de vida” estar pouco presente no seio das camadas sociais mais desfavorecidas da população.

3.6. Pescas

O sector pesqueiro sempre constituiu um componente essencial da economia do arquipélago. Na época colonial, a Capitania dos Portos e a Casa dos Pescadores eram as duas instituições que administravam as pescas em São Tomé e Príncipe. A Capitania dos Portos representavam a autoridade colonial e a sua administração era feita pelos chefes de praia.

A actividade pesqueira nunca teve desenvolvimento substancial devido à fraca abundância de pescado nas águas de STP.

A pesca industrial não era praticada devido à fraca produtividade do pescado nas águas são-tomenses, também decorrente do relevo marítimo muito acidentado e desnivelado, impróprio para uma pesca de arrasto de fundo.

A pesca artesanal, feita em pirogas monoaxiais, isto é, elaboradas a partir dum único tronco de árvore talhado, com dimensões que vão de 4 e 12 metros e com um calado de 50 ou 60 cm, utilizava fracos meios técnicos de captura moderna e eram destinadas ao abastecimento da população e à subsistência dos pescadores. A utilização na maior parte do país destes tipos de embarcações explicam claramente a marginalidade que a pesca, como sector, tem em relação à agricultura.

Desenvolveu-se também a pesca semi-industrial para fornecimento regular de pescado fresco à população, inicialmente com uma traineira de pesca à linha, denominada “Maria Luísa” e posteriormente nos anos 60 e 70 foi efectuada por uma empresa privada denominada “António Paula”, que possuía 3 barcos e dirigia a sua actividade de pesca de fundo (pargos e chernes) na ilha do Príncipe.

Após a independência, criou-se a Direcção das Pescas e a atenção do Estado foi dirigida ao desenvolvimento da pesca semi-industrial, praticada por pequenas embarcações de fibra de 12 a 16 metros de comprimento - cerqueiros, a linha e cariocos, exploradas por privados que pescam nas nossas águas e na costa gabonesa com uma capacidade de produção de 200 toneladas ao ano.

Foi também criada legislação ao abrigo do Decreto-Lei Nº 63/81 e Decreto-Lei Nº 2/84 que estabelecem as normas jurídicas necessárias à protecção, exploração e gestão dos recursos marinhos na zona económica exclusiva, que cobre cerca de 160.000 km². Mas a verdade, é que esta lei se mostra muito limitada, carecendo de ajustamentos à necessidade socio-económicas e ambientais do país.

Dada a diminuição considerável do pescado fresco, o Ministério das Pescas decidiu em 1986 efectuar contactos de cooperação com o Japão para a aquisição de alguns materiais e equipamentos de pesca, com o objectivo de promover e rentabilizar o abastecimento do mercado interno, apoiando desta forma os pescadores artesanais.

Apesar de não existir uma política de desenvolvimento ao nível do sector, a pesca industrial conheceu o seu início com a aquisição, pelo Estado, de duas embarcações (arrastões), denominadas respectivamente “30 de Setembro” (data da nacionalização das empresas agrícolas) e “Rei Amador” (herói nacional que lutou pelos direitos do povo das ilhas) de 45 e 55 metros de comprimento, e com uma capacidade de produção de 2.500 toneladas ao ano, apetrechadas com redes de arrasto de fundo.

Estas embarcações, adquiridas em 1978, foram privatizadas em 1986, devidos aos elevados custos de manutenção e operação, sendo a exploração das mesmas feita nas águas angolanas devido às características da nossa plataforma muito acidentada que não permitem o arrasto de fundo.

Entretanto, este tipo de pesca é praticado por frotas estrangeiras na captura do atum, na base de acordos assinados entre São Tomé e Príncipe e a União Europeia, que fixam a produção anual em 9.000 toneladas, a serem capturados por 40 atuneiros congeladores e 8 navios de pesca a cana. Regista-se a ausência de dados fiáveis sobre a captura, bem como, do número exacto de navios de pesca, devido ao facto dos navios não tocarem os portos de São Tomé, nem desembarcarem capturas no país, dada a ausência de portos de águas profundas, que permitam a atracação de grandes congeladores europeus. Por isso, a captura foi estimada em 3.324 toneladas, em 1997.

Tendo em conta a situação supracitada, foi elaborada legislação que pretende substituir o actual que, para além de ser mais abrangente, faz referência à dotação de um Fundo de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (fundo cuja finalidade é criar linhas de créditos de apoio a pesca, aos pescadores e palaiês²⁵), institucionalizada no Decreto-Lei N° 4/94 que, para além de outras fontes de financiamento, também multas e taxas arrecadadas no âmbito dos navios que operam na Zona Económica Exclusiva.

No entanto, torna-se impossível qualquer operação de fiscalização por falta de meios humanos e de navegação.

²⁵ Vendedoras de peixe que na grande maioria são mulheres dos pescadores.

De salientar que a contribuição do sector das pescas para o orçamento do Estado ronda 1.000.000 US\$ por ano, proveniente de contrapartidas financeiras pela concessão de licenças de pesca a navios estrangeiros. Entretanto, devido à gestão deficiente (afecção “desviada” dos meios financeiros) que o sector vem conhecendo ao longo destas duas décadas, a referida soma não tem contribuído para o seu desenvolvimento e, assim, vem-se assistindo a uma degradação das infra-estruturas existentes.

Relativamente ao circuito de distribuição, este é efectuado pelas palaiês, tanto para os mercados urbanos como para as zonas rurais. Apesar de existirem várias câmaras frigoríficas no perímetro do país, fruto da cooperação com alguns países, muitas encontram-se encerradas, salvo as da vila da Trindade e Santana, mas em estado de degradação.

No âmbito da “política de desenvolvimento” do sector das pescas têm-se realizado com o apoio da cooperação estrangeira alguns estudos científicos sobre as potencialidades dos recursos existentes nas nossas águas como o Projecto de Avaliação dos recursos Haliêuticos nomeadamente no que respeita aos crustáceos (caranguejos e lagostas).

Ademais, foram concedidas pela cooperação estrangeira lotes de materiais e equipamentos de pesca, com vista a apoiar os pescadores artesanais e desenvolver a pesca semi-industrial. Recorde-se, que estes materiais foram vendidos a preços subvencionados, destacando-se 6 cerqueiros, 400 motores, 26 cariocos a motor interno, 10 barcos à linha, materiais de pesca, etc, os quais foram distribuídos a crédito a pessoas amigas e sem nenhum critério, não se tendo recuperado o equivalente fundo de contrapartida.

No último censo de frotas, realizado em 1995, determinou-se a existência de 1086 pirogas impulsionadas a remo ou à vela e de 754 pirogas que operavam com motor fora de bordo. As bases destas frotas distribuía-se entre 23 praias principais e 12 praias secundárias. Segundo os técnicos da Direcção das Pescas, na actualidade a imensa maioria dos motores encontram-se deteriorados e os pescadores não têm possibilidades económicas para importar as caríssimas peças de reposição. Ademais, ficou comprovada que actualmente não são operativas mais que 12 praias. A desvalorização da Dobra e a enorme inflação que caracteriza a economia do país, as subidas constantes dos preços de combustíveis durante os últimos anos, levaram à crise do sector da pesca artesanal, sendo os pescadores obrigados a utilizar a vela ou a remar, a não mais que 3 milhas

naúticas da costa. Por outro lado, nunca foi possível a aplicação do supramencionado decreto relativo ao Fundo de Desenvolvimento da Pesca Artesanal.

Outros financiamentos foram obtidos para a reconstrução de centros comunitários, para apoiar as comunidades piscatórias na assistência médica e medicamentosa, entre outras.

Se todos estes financiamentos foram efectuados, cabe dizer que os resultados obtidos não foram os melhores, devido à não participação e integração das comunidades directamente na execução de algumas actividades, como por exemplo no aproveitamento dos centros comunitários que, uma vez acabados, são subaproveitados e abandonados; na ausência quase permanente de materiais de pesca no mercado, no não funcionamento das associações dos pescadores organizadas pelo Projecto de Pesca Artesanal. Também é de destacar, a instalação dos Dispositivos de Concentração de Pescado (DCP)²⁶ o que permitiu que a captura de pescado atingisse em São Tomé uma saída por canoa de 20 a 45 kgs. No Príncipe, a captura média de cada saída ronda os 15 a 35 kgs por canoa.

Estudos realizados entre 1983 e 1986 estimam que a biomassa disponível na Zona Económica Exclusiva é de 17.000 toneladas anuais de atum (tunídeos) e 6.000 toneladas anuais de cefalópodes (lulas), cujo potencial explorável, quer dizer a captura total admissível, que garanta a renovação e manutenção do recursos, corresponde a 6.000 toneladas, segundo os técnicos. Para os recursos pelágicos e demersais, estimam-se respectivamente em 8.500 e 3.500 toneladas, sendo um total de 12.000 toneladas anuais²⁷, o que representa uma grande potencialidade destes recursos. Este potencial, encontra-se desigualmente distribuído entre as duas ilhas, pois a ilha do Príncipe, com maior plataforma continental, conta com uma biomassa estimada em 9.000 toneladas, enquanto que à de São Tomé corresponde uma biomassa de 3.000 toneladas. Apesar destas informações, pôde-se constatar que os recursos pesqueiros são-tomenses estão desigualmente explorados e carecem de estudos suficientes que nos permitam conhecer o estado real da sua perdurabilidade e sustentabilidade.

Por isto, chega-se à conclusão que a pesca ocupa um lugar muito modesto na nossa economia. A sua contribuição para o PIB tem tendência a reduzir-se, pois não representa mais que 2 % do PIB actualmente, contra 4 % no início dos anos 90. A pesca continua, no entanto, a ser um sector importante em termos de alimentação,

²⁶ Equipamentos que permitem a concentração dos peixes por meios sonoros ou luminosos.

assegurando 85% do consumo de proteínas (o seu consumo ascende a 23 kgs/ano per/capita) e 5.000 empregos, dos quais 2.000 são pescadores.

3.7. Zonas Francas e Petróleo

É verdade que as Zonas Francas podem constituir um instrumento mais rápido e eficaz de transferência de tecnologia e “know how” empresarial dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos.

É neste âmbito, e aproveitando-se da posição geo-estratégica, da estabilidade política, da forma pacífica de resolução de conflitos, da não existência de problemas tribais que afectam a maioria dos países africanos, do grande número de consumidores africanos e que, possuindo grandes riquezas minerais, importam todo tipo de produtos do ocidente, que STP decidiu, no início dos anos 90, criar zonas francas associando-se, para tal, ao consórcio francês denominado TAGE FINANCIAL COMPANY .

As negociações entre as partes fracassaram devido ao modelo de desenvolvimento de zonas francas que se pretendia na altura, e só em Dezembro de 1995 foi adoptada legislação autorizando a criação de zonas francas com os Decretos-Leis Nº 61/95 (Lei sobre Zonas Francas), 62/95 (Lei sobre as actividades bancárias “off-shore”) e 70/95 (Lei sobre Sociedade Anónimas “off-shore”). Assim, um acordo foi desta vez assinado em Maio de 1997 entre o Governo e a sociedade sul africana WADCO, com vista à criação de zonas de actividades “off-shore” na zona da Baía das Agulhas, na ilha do Príncipe. Entretanto, outros projectos sobre pontos francos²⁸ estavam sendo estudados para São Tomé. Por outro lado, um decreto aprovado em Outubro de 1998 estabelecia um quadro operacional de intervenção necessária à política de zonas francas.

Este assenta (i) na criação, duma autoridade de Zonas Francas, entidade fundada sobre os princípios dum guiché único e centralizando todas as actividades ligadas à administração e ao controle das actividades francas e “off-shore”, (ii) na constituição dum Fundo para a Promoção da Formação, (iii) na implementação de uma Sociedade Nacional de Desenvolvimento, empresa pública destinada a gerir as participações e interesses do Estado ao nível de empresas francas. Um Código das actividades francas e de serviços “off-shore”, bem como uma grelha de tarifas foram anexados ao decreto.

²⁷ Estudos realizados pela OSTROM entre Abril e Outubro de 1982.

O projecto muito ambicioso, que apontava fazer de São Tomé e Príncipe uma Hong Kong em África, não teve o seguimento desejado e como que foi posto de lado, tendo-se entretanto priorizado as iniciativas em torno do petróleo. A mesma sociedade – WADCO-West African Development Corporation, pretendia associar o desenvolvimento das zonas francas ao processo de pesquisa e exploração do petróleo.

Depois dos primeiros estudos sísmicos encorajadores em 1971, as sondagens realizadas em 1992 permitiram visualizar a possibilidade de existência de petróleo – de boa qualidade, mas a uma grande profundidade – nas águas territoriais da STP.

Por isso, um acordo foi assinado em Maio de 1997 entre o Governo e a empresa americana ERHC – fazia também parte desta empresa a WADCO. Assim, uma sociedade de capitais mistos, São Tomé and Príncipe National Petroleum (STPETRO) foi constituída em 1998, onde a ERHC detinha 49% e o Estado Sãotomense 51%.

Devido a algumas discordâncias, o Governo rompeu o contrato com a ERHC e um novo acordo foi assinado com a sociedade Mobil New Exploration Ventures Group que realizou uma prospeccção sísmica em Janeiro de 1999.

Par tal, uma comissão técnica do petróleo foi constituída, com vista a estudar o “dossier” e preparar as discussões técnicas com a contraparte.

Entretanto, e na hipótese da confirmação dum potencial de exploração rentável, a exploração não deverá decorrer nos próximos dois anos. Nesta hipótese, a fase de investimentos traduzir-se-á pelo impacto orçamental, ainda débil, mas, tendo efeitos significativamente rápidos na procura (forte aumento dos investimentos privados).

No quadro da negociação da Zona Económica Exclusiva, foi acordado com a Nigéria a exploração conjunta de alguns blocos que se situam na fronteira marítima entre os dois Estados.

3.8. Sector privado

O quadro ideológico e a opção da política económica do regime colonial favorecia claramente a propriedade privada dos meios de produção constituindo-se, portanto, a riqueza da então província com uma importante contribuição do sector privado. Porém, a natureza colonial do regime não favorecia o acesso a actividades económicas de

²⁸ Zonas específicas autorizadas para a instalação de uma ou outra empresa em regime franco.

importância para os nativos, ficando reservadas aos metropolitanos e eventualmente à outros cidadãos. A actividade privada estava presente nos diversos sectores da actividade económica (agricultura, comércio e pequenas indústrias).

Posteriormente, no período após a independência, foi definido pelo Estado sãotomense da primeira República o estatuto constitucional do sector privado nacional, regulamentando que “ é permitida a propriedade privada, desde que a sua existência não vá contra os interesses gerais definidos pela política económica do Estado, autorizando desta forma a circulação do capital estrangeiro no país”.

A independência introduziu uma certa ruptura no desenvolvimento da actividade privada, devido à opção socializante implementada pelo Estado, que veio abafar a actividade privada no país.

A nacionalização das roças pôs fim a quase toda actividade privada agro-pecuária, tendo restado apenas algumas médias empresas e pequenas glebas, propriedade de nacionais, viradas principalmente para a produção de subsistência

Na agricultura, assistiu-se à nacionalização de mais de 90% das terras e à respectiva organização em empresas estatais agro-pecuárias e, como consequência, a falta de capacidade técnica e de gestão da elite dirigente conduziu o sector agrícola a uma inviabilização total.

Nas pescas a situação evoluiu de maneira idêntica. A empresa de pesca existente denominada “Paula”, foi nacionalizada e, anos mais tarde, substituída por uma empresa estatal dotada de arrastões modernos mas que se viriam a revelar inadequados para as nossas águas. A actividade privada no sector viria a ficar confinada a inúmeros pescadores artesanais que demandam os mares em pequenas canoas, movidas a remos e munidas de apetrechos de pesca rudimentares.

No sector das indústrias foram nacionalizadas a fábrica de Enchidos e Banha Nortenha, a Torrefacção e Moagem de café e a Empresa Industrial de Cerâmica. É de destacar, que a fábrica de refrigerantes Flêbê e a de sabão nunca foram nacionalizadas.

Iniciativas empresariais de origem privada com certo sucesso depois da independência são os casos de Carpintaria Mecânica e da fábrica de Confecções Água Grande.

Com a política de liberalização económica implementada no país, desde 1987, verifica-se que é no comércio e, posteriormente, na agricultura e no turismo que o sector privado começa a desenvolver-se.

Com esta liberalização, surge o embrião de uma classe empresarial proveniente dos descendentes dos antigos comerciantes.

Paralelamente, aparece uma classe proveniente do sector informal que, pouco a pouco, se vai desenvolvendo.

3.9. Energia

No primeiro quinquénio dos anos de 1970, isto é, nos últimos anos do período colonial, a produção e a distribuição de energia eléctrica vinha sendo efectuada pela Câmara Municipal do concelho de São Tomé e pela Comissão Administrativa do Concelho do Príncipe .

Após a independência, as referidas instituições, órgãos autónomos dos mencionados Concelhos foram extintos e criou-se em 1977 a Direcção dos Serviços de Água e Electricidade, que passou a assegurar a gestão dos serviços de água e electricidade.

Esta Direcção, movida pela euforia da época que consistia em pretender satisfazer as necessidades de maior número possível de habitantes em bens de primeira necessidade como a energia e a água, adoptou uma política de energia que pode ser caracterizada da seguinte maneira:

- Extensão da rede de distribuição, sem respeitar as normas técnicas;
- Concessão de contratos, sem ter em conta a capacidade disponível;
- Incapacidade de aumentar a produção de modo a fazer face ao crescimento da procura e às perspectivas de desenvolvimento;
- Incapacidade de adoptar uma política tarifária equilibrada e de pôr em prática um programa de manutenção das centrais e da unidade de produção de energia;
- Uma contabilidade de tipo administrativo aplicada sem rigor.

Em 1979 foi criada a Empresa de Água e Electricidade (EMAE) gozando de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, cujo objectivo era responsabilizar-se por todo o

sistema de energia eléctrica, incluindo a produção, transporte e distribuição em todos o país.

O custo elevado de produção, a perda de energia no transporte devido ao envelhecimento das redes, a diminuta disponibilidade em relação ao consumo, levaram a empresa a já não poder assegurar a iluminação pública na cidade capital e distritais a partir do primeiro quinquénio de 1980, sem cortes frequentes de energia.

Tais situações fazem com que no presente as deficiências no abastecimento de energia, particularmente da energia eléctrica, se afigure como um dos mais graves problemas de desenvolvimento sócio-económico de São Tomé e Príncipe.

Para além do facto da energia ser insuficiente em termos de qualidade e de regularidade, a taxa do seu fornecimento aos clientes tornou-se incompatível com o poder de compra do sãotomense, em geral confrontando-se o referido custo com o salário quase estagnado e sujeito à depreciação da moeda nacional.

O custo de produção de energia, que pôde manter-se baixo nos anos de 1970 e 1980 devido ao fornecimento do combustível pela Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO) em condições de quase gratuidade, veio tornar-se elevado nos anos 90, levando a EMAE a actualizar constantemente a facturação aos clientes.

Durante o período colonial o país foi dominado por fontes de produção de energia hidroeléctrica e térmica, com predomínio para a produção hidroeléctrica, enquanto que actualmente a situação reverteu-se, tendo como predomínio a produção térmica devido ao envelhecimento das infra-estruturas da barragem e a diminuição do caudal de água nos rios que a alimentam.

Em 1975, a potência instalada da energia de origem térmica e hidroeléctrica era como se segue:

Quadro 13: Potência instalada (em KVA) em 1975

São Tomé				Príncipe	
Central térmica		Central hidroeléctrica		Central térmica	
G14	1.250	Contador	2x1.200	MWM	50
Deutz	2x350	Guêgue	160	Deutz	70
Mirelles	2x125			Pertrines	35
TOTAL:	2.200	TOTAL:	2.560	TOTAL:	155

Fonte: Direcção dos Recursos Naturais e Energia

Isto demonstra que a política energética priorizava a energia hidroeléctrica, tanto mais, que o grupo térmico só foi adquirido após o 25 de Abril de 1974 para fazer face à

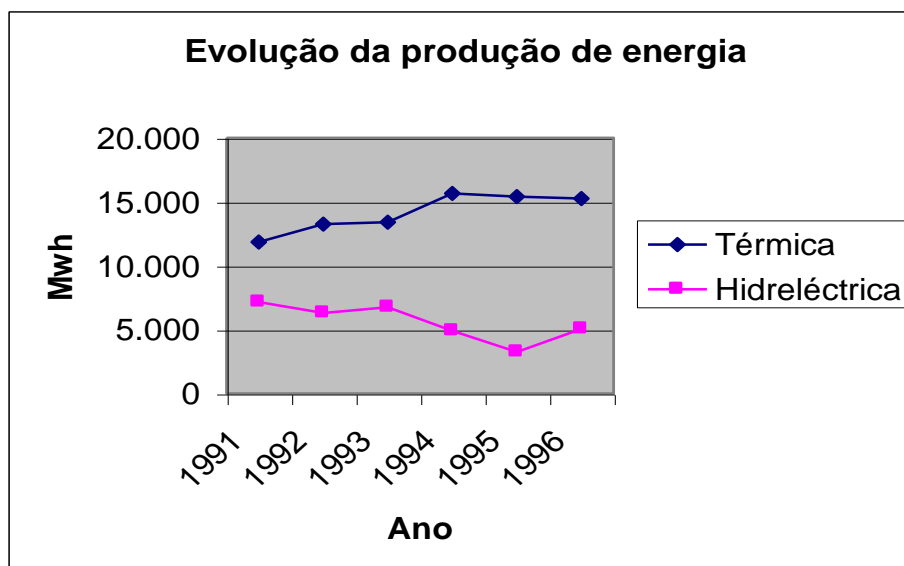
situação de emergência, devido a derrocada do Rebordelo, que tornou inoperante a Central Hidroeléctrica do Contador.

Após a independência, a produção de energia hidroeléctrica manteve-se estacionária e o aumento potencial de energia focalizou-se na térmica como se poderá ver no quadro seguinte:

Quadro 14: Evolução da produção de energia (em Mwh)

Produção	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Térmica	11.852	13.265	13.412	15.670	15.401	15.272
Hidreléctrica	7.146	6.286	6.768	4.894	3.263	5.056
TOTAL	18.998	19.551	20.180	20.564	18.664	20.328

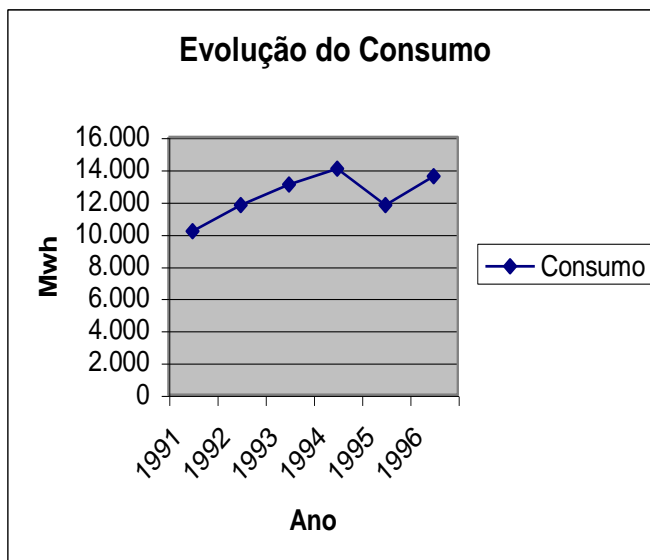
Fonte: Direcção dos Recursos naturais e Energia



Quadro 15: Evolução do consumo de energia (em Mwh)

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Consumo	10.176	11.788	13.036	14.035	11.791	13.580

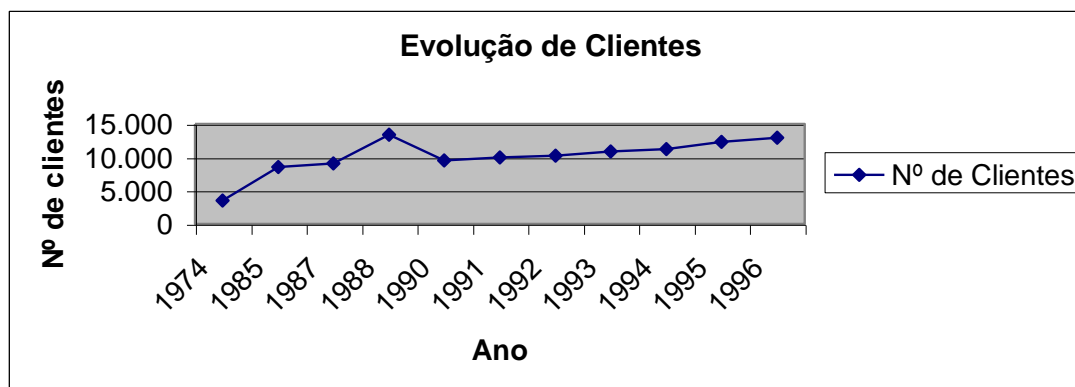
Fonte: Direcção dos Recursos Naturais e Energia



Quadro 16: Evolução de clientes

Ano	1974	1985	1987	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Cientes	3.500	8.528	9.080	13.363	9.500	9.953	10.241	10.867	11.190	12.281	12.970

Fonte: Empresa de Água e Electricidade



À luz dos quadros acima apresentados, depreende-se que a produção de energia tem vindo a crescer a um ritmo mais elevado que o consumo. Verifica-se também que o número de clientes tem aumentado rapidamente, passando de 3.500 em 1975 para 12.979 em 1996. No entanto, têm-se enfrentado crises sistemáticas de energia devido a cortes frequentes. As perdas técnicas e comerciais, quer devido, à vulnerabilidade das redes e ao roubo, atingem montantes de cerca de 40%, levando o sector de produção de

energia a confrontar-se com problemas sérios na sua rentabilidade e no fornecimento de energia de qualidade.

Assim, a taxa de cobertura de energia, em termos de acesso ao nível nacional, situa-se por volta de 75 %. Em termos de rede de interligação ela cobre aproximadamente 1/3 do país, nas zonas de maior concentração populacional.

Por outro lado, pode-se constatar que a evolução da produção tem incidido mais na térmica, não obstante saber-se que as potencialidades hidroeléctricas de São Tomé e Príncipe, permitiriam, segundo estudos, a possibilidade de utilização de 31 centrais hidroeléctricas nos rios do país, podendo vir a produzir no total 53.014 Kw de potência instalada.

Resta, no entanto, que seja solucionada a questão de financiamento, de rentabilidade e de pontos alternativos de energia.

Em resumo, pode-se concluir que houve uma massificação do consumo, o que consequentemente levou à degradação das redes. Esta triplicação de consumidores fez com que a base de produção passasse a ser térmica, sendo de 2.200 Kva em 1975 e passando para 8.240 Kva em 1990. Entretanto, a potência hídrica manteve-se estável, ou seja, 2.560 Kva ao longo destes anos, devido aos altos custos de construção de barragens, cujos financiamentos não se tem conseguido por questões de rentabilidade.

A EMAE, apesar das melhorias comerciais, tem envidado esforços no sentido de mobilizar recursos necessários à implementação dos projectos de reabilitação, estando neste momento a realizar-se a reabilitação da rede de baixa tensão.

Em 1993 foi elaborado um Plano Director de Electricidade para São Tomé, ocupando-se somente do desenvolvimento da rede pública sob responsabilidade da EMAE, ficando por fazer um estudo global para o país, incluindo as localidades isoladas. Por outro lado, ficou por definir uma política clara para o sector, incluindo os diferentes tipos de energia que poderiam concorrer de forma equilibrada para o desenvolvimento do país.

3.10. Potencial hídrico

Uma das grandes riquezas de São Tomé e Príncipe é a abundância de água. Composta por uma rede hidrográfica com cerca de 233 cursos de água identificados e uma rede fluvial que conta com mais de 50 rios, o país possui cerca de 2,1 Km³ de água

superficial disponível por ano, o que faz com que a população tenham um consumo anual de água per capita de 18.000 m³, um valor significativo, tendo em conta que as médias africanas são de 12.000 m³/hab./ano e a mundial é de 9.855 m³/habitante/dia.

Embora recurso abundante, pode-se assinalar a presença de algumas fraquezas, como por exemplo a irregularidade dos regimes de cursos de água e a distribuição irregular das chuvas, registando-se caudais muito abaixo das médias mensais no período da gravana²⁹ o que constitui um “handicap” para a real utilização dos mesmos.

Num país de natureza essencialmente agrícola, a água constitui uma componente de peso para a actividade humana. No período colonial existiam estruturas que se ocupavam de estudos meteorológicos e hidrológicos. Entre os anos de 1970/1974 ainda havia cerca de 104 estações meteorológicas e 4 estações hidrométricas em funcionamento, afim de procederem aos registos de precipitações, temperaturas, potencialidades de alguns rios, etc. Estas estações deixaram de funcionar um ano após a independência.

Em 1979, o Governo solicitou apoio à URSS para efectuar o levantamento dos seus recursos hídricos. Foram instalados 7 estações hidrométricas, o que permitiu avaliar a real potencialidade desses recursos.

Após pouco tempo, as estações foram destruídas pela população e pelas cheias, pelo que o país voltou a não dispor de meios técnicos para acompanhar a evolução dos recursos mencionados anteriormente.

O país também conta com grandes potencialidades em águas subterrâneas e algumas delas, dependendo da região onde se armazenam, apresentam grande índice de mineralização, constituindo as chamadas águas minerais. Existem 12 nascentes de águas minerais em vários pontos do país de acordo com um levantamento efectuado em 1990/1991.

No período colonial, duas dessas fontes foram utilizadas para o engarrafamento de água mineral com a marca “Flêbê”, tendo funcionado ainda uns anos após a independência. Existiu também na ilha do Príncipe o engarrafamento da água “Telélé”. Embora consumidos pela população local, pode-se considerar que os recursos hídricos subterrâneos são pouco utilizados tendo em conta a quantidade disponível de recursos superficiais.

Se é verdade que os recursos hídricos, tanto em superfície como subterrâneos, representam uma potencialidade no país, não é menos verdade que existam ainda grandes constrangimentos no que concerne ao uso e utilização destes mesmos recursos em prol do desenvolvimento. Existem constrangimentos de ordem natural associados às irregularidades dos caudais no período seco, à geografia do terreno e à distribuição espacial da população, o que faz com que estes recursos estejam distribuídos de forma desproporcional. Segundo informações da Direcção dos Recursos Naturais e Energia, mais de 60% dos recursos hídricos, ou seja, mais de 1,1 Km³ estão localizados na região sudoeste da ilha, ocupando 20% (200 Km²) do território nacional correspondente à parte menos povoada, enquanto que, a maior parte das actividades agrícolas e aproximadamente 60% da população encontram-se concentrados no norte e noroeste da ilha, onde a precipitação não é tão abundante como no sul.

Existem também constrangimentos de natureza humana e técnica. Senão como explicar a existência de uma central térmica para o fornecimento de energia num país onde os recursos hídricos são tão abundantes? Porquê não aproveitar estes recursos para o fornecimento de energia hidroeléctrica? Segundo os responsáveis da EMAE, os caudais dos rios não são suficientes em termos de rentabilidade para produzir uma energia que venha a beneficiar simultaneamente as empresas e o consumidor.

Por outro lado, existe o problema da qualidade da água consumível. O facto de existir grande quantidade de água, e não haver poluição por fábricas, não significa que seja toda ela própria para o consumo humano, porquanto estudos demonstram que grande parte dos cursos de água em São Tomé e Príncipe estão sujeitos a serem poluídos facilmente devido às infiltrações no subsolo dos químicos utilizados na agricultura e à não utilização de casas de banho pela maioria da população.

Relativamente à cobertura da rede, em 1975 o sector contava, ao nível urbano, com 11 sistemas de abastecimento de água potável. De modo a fornecer as áreas suburbanas, os sistemas instalados na era colonial foram ampliados sem qualquer estudo prévio de redimensionamento, ficando sobredimensionados e saturados.

Por outro lado, a falta de manutenção das infra-estruturas depois da independência, levou a que as mesmas se encontrem hoje num estado degradado, cujos sistemas de condução de água têm perdas na ordem de 60%.

²⁹ Período entre Junho e Agosto em que as chuvas são de menor intensidade.

De acordo com os dados do recenseamento em 1981, 9% da população tinha água em casa, 17,5 % dispunha de água no quintal e 52,6 % ia ao fontenário público, totalizando 79,1 % a população servida pelos sistemas, e ficando cerca de 10,9 % as que se abasteciam através de fontes, 9,7 % nos rios e 0,3 % de outras formas.

Em 1991, 7,5 % dispunha de ligações domiciliárias, 19,8 % de torneira à porta, 50,5 % abastecia-se através de fontenários públicos, com 22,2 % a abastecer-se através de rios, nascentes, etc.

3.11. Transportes e comunicações

Com o desaparecimento da cabotagem e dos caminhos-de-ferro no interior das plantações na época colonial, a estrada tornou-se a via de transporte interno quase exclusiva.

A rede rodoviária de São Tomé abarca a rede pública (alcatroada e com piso de terra) e as vias das explorações agrícolas.

A rede pública alcatroada compreende cerca de 200 Kms (para além da cercania da capital) e cerca de 100 Km para as vias públicas com piso de terra batida.

A rede primária é composta por 3 estradas nacionais – EN1: São Tomé/Neves, Santa Catarina e Ponta Furada com 48 Km; EN2: São Tomé/Porto Alegre com 71,6 Km; EN3: São Tomé/Trindade/Boa Vista com 15,3 Km o que totaliza 138 Km. A secundária alcatroada concentra-se nos distritos de Água Grande (capital) e Mé Zochi – com cerca de 67 Km.

A ilha do Príncipe contém 20 Km de estradas em terra batida, mantidas de forma muito rudimentar.

No período colonial estas estradas encontravam-se em bom estado. Após a independência, construíram-se poucas estradas novas e as existentes entraram em estado de degradação.

Com a implementação da política de liberalização o país beneficiou de vários créditos e donativos dos parceiros de desenvolvimento para a recuperação da rede primária e secundária.

Por outro lado, foi ampliada a pista do Aeroporto Internacional de São Tomé com vista a melhorar o acesso aéreo ao país.

Na ilha do Príncipe foi ampliada a pista local para garantir as condições de segurança e a exploração mínima das ligações internas.

No domínio portuário, ampliou-se o porto de São Tomé e melhorou-se o estado das instalações, para que a sua exploração se realize de forma económica.

Ao nível das telecomunicações, em 1989 foi dissolvida a empresa estatal de telecomunicações e criada a Companhia Sãotomense de Telecomunicações (CST), uma empresa mista, com 49% do capital do Estado sãotomense e 51% de uma empresa portuguesa.

Esta empresa tem realizado investimentos significativos e a comunicação quer interna e externa tende a expandir-se com boa qualidade.

3.12. Constrangimentos Estruturais e riscos a médio prazo

O engajamento de São Tomé e Príncipe na via do crescimento durável está condicionado pelo alívio ou a supressão de numerosos constrangimentos que entram o desenvolvimento nacional. Estes constrangimentos formam um conjunto complexo de forças que se entrelaçam e tomam forma de acordo com a estrutura histórica dos problemas sociais.

Podem distinguir-se em São Tomé e Príncipe quatro grupos de constrangimentos: (i) os constrangimentos ligados ao desequilíbrio macro-económico e à fraca “performance” da gestão económica e financeira; (ii) os constrangimentos estruturais que pesam sobre a produção e a troca; (iii) os constrangimentos de população e de saúde; (iv) os constrangimentos exógenos.

3.12.1. Constrangimentos ligados ao desequilíbrios macro-económicos e à gestão económica e financeira

3.12.1.1. Fraqueza estrutural dos recursos do Estado

A fraqueza estrutural dos recursos próprios do Estado constitui um dos maiores “handicaps” ao desenvolvimento, pois impede o país de ter poupança pública para

financiar as despesas de desenvolvimento. A ajuda externa – sem a qual, entre outros, os investimentos públicos seriam irrisórios e os serviços de educação e de saúde não poderiam funcionar – não pode constituir um substituto permanente à fraqueza da poupança pública interna. Estes constrangimentos exprimem-se particularmente ao nível das receitas fiscais que não atingiram em média 10% do previsto, durante os períodos de 1996-1998. Vários factores contribuem para que isto ocorra:

- em primeiro lugar, a fraqueza da actividade económica e das transacções;
- em seguida, a inadaptação do sistema fiscal actual tanto ao nível das tabelas de taxas como do desleixo em matéria de isenção, em particular sobre as importações;
- em terceiro lugar, o nível elevado de fraudes nos despachos aduaneiros;
- finalmente, a ineficácia dos serviços fiscais nas actividades de colecta e controle das pessoas impostas.

3.12.1.2. Peso da dívida externa

O “stock” da dívida actual de São Tomé e Príncipe representa uma ameaça tanto para as finanças públicas (o peso actual do serviço da dívida atinge já um nível dificilmente sustentável, representando cerca de metade das despesas correntes inscritas no Orçamento do Estado) como para a balança de pagamentos. Existe consenso entre os decisores sobre a política de relançamento da economia através do reescalonamento da dívida pública sãotomense. No entanto, poucos progressos foram realizados neste domínio. As primeiras negociações para entrar na iniciativa HIPC³⁰ foram frustradas; as responsabilidades entre o Ministério das Finanças e o BCSTP ficaram ainda por clarificar; a base de dados sobre a dívida pública não está, até agora, completa e nenhuma estratégia foi elaborada que levasse a uma renegociação da dívida actual, da política de novos empréstimos ou de regras a aplicar na escolha dos credores a privilegiar no serviço da dívida.

³⁰ Iniciativa que visa o alívio da dívida externa dos países pobres altamente endividados desde que cumpram um conjunto de critérios definidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

3.12.1.3. Inflação e taxa de câmbio

A estabilidade dos preços constitui uma condição indispensável para um crescimento durável e cria um enquadramento macroeconómico mais favorável à tomada de decisão racional pelos agentes económicos. Os níveis do crescimento dos preços em São Tomé e Príncipe nestes últimos anos têm tido um impacto desastroso tanto no poder de compra como na actividade produtiva favorecendo comportamentos especulativos. Têm igualmente um efeito perverso sobre o Orçamento do Estado contribuindo particularmente para o funcionamento defeituoso do mecanismo automático de revisão das tarifas públicas, nomeadamente na ENCO. Quanto à depreciação da Dobra, se ela favorece uma certa modificação da procura alimentar em proveito de bens produzidos localmente, por outro lado tem um impacto muito negativo na produção – dependente de “inputs” importados – ao mesmo tempo que contribui para a generalização de fenómenos especulativos.

3.12.1.4. Ausência duma utilização racional de recursos

A má utilização dos meios financeiros é manifesta ao nível das ajudas externas. O país vem beneficiando duma ajuda internacional importante depois da independência, e mesmo tendo diminuído nos últimos anos, representava em 1995 cerca de 450 US\$ por habitante, contra 30 US\$ em média para o conjunto da África Sub-Sahariana. Entretanto, passados vinte anos de ajuda financeira e assistência técnica, não se constata nenhuma modificação relevante no aparelho produtivo nem na atenuação da pobreza. Pode mesmo considerar-se que a ajuda, da forma como foi entregue e utilizada, foi acompanhada de efeitos perversos, nomeadamente no desenvolvimento de comportamentos de dependência, e na “reexportação” duma fracção dos recursos da ajuda (pagamento dos salários aos expatriados, aquisição de equipamentos, materiais ou serviços importados).

A falta de mecanismos eficazes de coordenação e o estado actual do sistema de programação dos investimentos públicos testemunham a ausência de racionalização das escolhas orçamentais em matéria de despesas de desenvolvimento.

Ao nível das despesas correntes, uma constatação idêntica poderá ser feita. As afectações de créditos que necessitam duma repartição por sectores, tipos de despesas (salários, viagens, meios de funcionamento dos serviços,...) ou áreas de aplicação intra-

sectoriais (ensino primário, secundário, etc), não responderam às necessidades, como foi sublinhado anteriormente, para a educação e saúde.

3.12.2. Constrangimentos que entram o desenvolvimento da produção e da troca

3.12.2.1. Constrangimentos ligados às estruturas e à organização da produção

Uma das constantes observadas durante o século XX, foi a ausência duma dinâmica endógena de desenvolvimento, em particular na esfera produtiva. A despeito das reafirmações sucessivas de objectivos de diversificação nos documentos oficiais dos anos 80, a estrutura produtiva evoluiu pouco ao longo destes anos. A ausência de voluntarismo político, a fraqueza das capacidades de gestão pública, mas igualmente os modos de organização sócio-económico (protagonismo do Estado na esfera produtiva, comportamento dominador e monopolista dos comerciantes,...) explicam muito bem esta situação. O sector agrícola está, assim, “fechado” num modelo assente na cultura do cacau, utilizando tecnologias rudimentares e pouco propícias a criar os efeitos catalizadores no sector da transformação. Para os outros sectores, durante muito tempo dominados pelo Estado, depois da liberalização económica, ainda não foram reunidas condições para gerar uma dinâmica real ao nível dos operadores privados.

As dinâmicas observadas nalguns sectores (transformação, pecuária, turismo,...) foram “alcançadas” por iniciativas externas - realizadas ou não pelo Estado - quer seja, por organismos de cooperação, no quadro de projectos de desenvolvimento, ou por investidores privados estrangeiros. Só recentemente, começaram a aparecer organizações profissionais, como por exemplo, as federações das explorações agrícolas, dos pescadores ou dos transportadores, cujos chefes de empresas, se encontram motivados pela constituição de estruturas modernas, autónomas, efectivamente representativas dos diferentes escalões do sector privado - que não é a actual Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura (CCIA) - aptos a dialogar com o poder público e a propor, neste quadro, serviços mínimos a favor do desenvolvimento das empresas.

Os constrangimentos ligados ao sistema produtivo - particularmente na agricultura - só poderão ser ultrapassados com a melhoria do ambiente e um reforço das estruturas de apoio (formação, informação dos operadores, vulgarização tecnológica, crédito,...) e isso exigirá muito tempo.

3.12.2.2. Enquadramento legal das actividades económicas

Em todos os sectores, as ausências de enquadramento legal são citadas como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento das actividades económicas em São Tomé e Príncipe. Isto explica-se pela lentidão do sistema da administração pública a adaptar-se às novas regras de intervenção pública e a codificar as reformas necessárias. Mas, o bloqueio provém igualmente dos processos de decisão pública. Um grande número de textos de leis ou regulamentos precisam duma discussão, uma aprovação e/ou uma promulgação ao nível do Governo ou da Assembleia Nacional. Como exemplo destes bloqueios, temos, na agricultura, a preparação de textos para fixar o modo de obtenção de terras distribuídas, as atribuições das casas das ex-roças ou as condições de gestão das infra-estruturas sociais colectivas; na saúde, a adopção de textos regulamentando a aplicação da iniciativa de Bamako³¹, da legislação do sector farmacêutico, e da criação do Fundo Nacional de Medicamentos, e no ambiente, a adopção de diferentes leis sobre a protecção do meio.

3.12.2.3. Fiscalidade e sistema de financiamento

A fiscalidade aplicada actualmente continua a penalizar a actividade produtiva nacional, particularmente agrícola: fiscalidade de exportação dissuasiva, numerosas derrogações às importações comerciais de produtos alimentares que vêm reforçar o efeito já penalizante da ajuda alimentar. Simultaneamente, as vantagens acordadas no âmbito do Código de Investimentos e da legislação sobre zonas francas não tiveram, até agora, grande impacto no investimento privado.

Quanto ao sistema bancário actual, ele está completamente inadaptado às necessidades dos operadores económicos, necessitando mobilizar as poupanças privadas ou apoiar, por créditos a longo prazo, a realização de projectos de investimentos. Deste ponto de vista, a constituição recente duma dezena de caixas de poupança e de crédito (pequenos agricultores, pescadores e operadores informais do meio urbano) representa uma iniciativa muito positiva. Entretanto, ela ainda está muito dependente da ajuda externa – através do crédito a projectos de desenvolvimento. Apesar disso, ele continua a ser

³¹ Iniciativa no domínio da saúde, visando a recuperação dos custos dos medicamentos essenciais junto das comunidades para a viabilização da sua participação na aquisição continua dos medicamentos necessários.

insuficiente para responder às necessidades, e resolver os problemas periféricos, tais como a caução financeira.

Esta fraqueza do sistema financeiro é reforçada pela preferência dos detentores de capitais na utilização não produtiva dos seus recursos. A maior parte da população saotomense, reserva geralmente as suas poupanças para outros fins, que não sejam o do investimento produtivo local (deslocação ao estrangeiro, financiamento dos estudos universitários dos filhos,...). Os investimentos nacionais realizados localmente limitam-se praticamente à construção, destinada a alojar estrangeiros.

3.12.2.4. Infra-estruturas de transporte

País de pequena dimensão (1000 Km²), insular e isolado geograficamente, STP é penalizado pelos custos elevados de transportes internacionais, que se repercutem nos custos da indústria (importação dos produtos primários, equipamentos e peças de reposição) e dos serviços; e a penalização é tanto maior quando o país se situa fora dos grandes eixos marítimos e aéreos e não dispõe de um porto de águas profundas.

Estima-se em cerca de 20% do valor das importações o sobrecusto gerado pelos fretes suplementares e pelas imobilizações devido ao isolamento do país.

A ligação aérea é limitada a cinco voos semanais com o continente africano (Libreville, Luanda) e um voo por semana com a Europa (Lisboa). A ENASA, encarregada da gestão dos aeroportos, apresenta por isso uma fraca rentabilidade, tendo as receitas representado apenas 70 milhões de Dobras em 1996 e 1997.

Por outro lado, a ausência dum porto de águas profundas faz com que o transporte marítimo sofra da capacidade operacional insuficiente do porto de São Tomé e do défice de meios para assegurar a segurança e o controlo marítimo. O sector privado está pouco presente neste sub-sector.

Relativamente ao transporte rodoviário, STP beneficia dum troço de estrada na ordem dos 300 Kms, dos quais 250 Kms são asfaltados, dando um rácio de 3 Kms/1000 habitantes, ou seja um nível médio superior à média dos países da África Sub-Sahariana. As infra-estruturas rodoviárias sofrem, no entanto, duma fraqueza crónica de manutenção. Para os produtores agrícolas o estado das estradas, particularmente as estradas rurais, e o carácter pouco organizado dos sectores de transportes levam a

rupturas de aprovisionamento nos mercados urbanos, gerando importantes variações nos preços e o desenvolvimento de fenómenos especulativos prejudiciais aos produtores. Apesar da instituição em 1994, dum Serviço Nacional de Estradas (SENAE) e dum Fundo rodoviário (o Decreto-Lei 19/94 que constituiu o Fundo rodoviário, fixou, entre outras, uma taxa de 10 Dbs por litro de combustível vendido). Esta taxa conheceu uma forte queda em termos reais, devido à desvalorização rápida da moeda nacional. Entretanto, em 1997 foi fixada pelo Decreto 25/97 uma nova taxa de 3,8 % sobre o preço CIF do combustível. O montante anualmente recebido (atinge cerca de 50.000 US\$) para a gestão e a manutenção das estradas, não levou a que este último evoluísse o suficiente. As despesas de manutenção efectuadas com o Orçamento do Estado continuam a representar somas irrisórias, correndo-se o risco de pôr em causa investimentos importantes realizados nas estradas durante os últimos anos (cerca de 10 milhões de US\$ no período compreendido entre 1991–1996).

A manutenção das estradas rurais era assegurada pelas respectivas empresas (roças) em cujo perímetro se integravam. A privatização de parte destas empresas agrícolas não cuidou de definir, nem para o Estado nem para as Câmaras qualquer modalidade de manutenção e de financiamento tendo daí resultado uma situação de abandono por manifesta indisponibilidade de meios por parte dos pequenos agricultores.

3.12.2.5. Aprovisionamento em energia

O fornecimento de electricidade constitui um outro constrangimento, sobretudo para os artesãos e as PME industriais. O sector que na sequência de uma reunião sectorial com os doadores internacionais em 1992 tem beneficiado de importantes investimentos nos últimos anos, não tem conseguido garantir um fornecimento regular às empresas e à população.

As rupturas periódicas no fornecimento de electricidade estão associadas também ao próprio aprovisionamento das centrais em produtos petrolíferos. Se a capacidade de “stockagem” for melhorada, as modalidades de fornecimento serão mais favoráveis. Por outro lado, a capacidade instalada no país não ultrapassa 70% da procura de energia e o mau estado da central hidroeléctrica de Contador, que assegura 1/3 de fornecimento a São Tomé, dá lugar a frequentes cortes. As perdas são elevadas (37% da energia produzida em 1997 para a rede) devido à obsolescência de uma parte dos grupos e das

redes, das deficiências de manutenção e protecção inadequada das centrais. Um outro problema é o combustível utilizado: 70% da energia produzida é de origem diesel em vez do “fuel”, cujo custo representa metade. Por outro lado, o sistema de tarifas está inadapitado à realidade, o que conduz o sector a uma situação crítica, não assegurando o aprovisionamento em energia, nem reduzindo os custos de fornecimento.

3.12.2.6. Acesso aos “inputs”, à tecnologia e à informação

O país não dispõe praticamente de nenhum recurso mineral comprovado. O desenvolvimento das capacidades de produção na agricultura e na indústria está condicionado pelo fornecimento de “inputs” importados, que são evidentemente difíceis de adquirir por razões que têm a ver com a exiguidade dos recursos financeiros dos operadores, as dificuldades de acesso a divisas, a fraca informação dos produtores sobre os produtos existentes e os seus respectivos preços. A adaptação tecnológica é igualmente difícil, devido a ausência ou insuficiência de uma instituição local capaz de assegurar a promoção (informação profissional, vulgarização, protecção vegetal ou zoonitário,...) ou a manutenção (conselhos e serviços de manutenção/reparação) dos equipamentos.

3.12.2.7. Mercado

Com uma população total na ordem dos 130.000 habitantes (o segundo país mais pequeno do continente africano depois de Seychelles), o sector produtivo dispõe dum mercado de consumo local tanto mais limitado quanto o rendimento nacional é globalmente baixo, com tendência descendente e, sobretudo, mal repartido. Esta estreiteza do mercado interno é extremamente prejudicial ao desenvolvimento dos sectores de transformação. Tendo em conta a ausência de recursos minerais e considerando os elevados custos dos transportes, e a falta de acções adequadas de promoção e de informação, a exploração de novos produtos de exportação será difícil, mesmo que existam, em teoria, um mercado regional considerável.

3.12.2.8. Recursos humanos

O problema dos recursos humanos é do ponto de vista do autor um constrangimento pesado e, por natureza, difícil de superar a curto prazo. Apesar de STP possuir uma taxa de alfabetização relativamente elevada, a força de trabalho dispõe duma fraca qualificação profissional.

Na agricultura, a ausência de tradição ao nível dos agricultores individuais em práticas produtivas viradas para o mercado, representa um constrangimento particular ao país.

Mas a falta de formação adequada, bem como o fecho ao exterior, fazem com que os operadores mostrem fraca capacidade para adquirir tecnologias, desenvolver os seus mercados, organizar os seus aprovisionamentos ou gerir financeiramente as suas empresas. Este facto explica-se pelas razões históricas, para os micro-operadores do sector primário. Pode-se igualmente observá-lo nas empresas formais dos sectores secundário e terciário. Os agentes destes últimos, estão raramente em condições de responder às exigências duma gestão moderna (formação técnica da mão de obra, gestão administrativa e financeira das empresas, informação sobre as tecnologias e os mercados, parcerias,...).

Este problema atinge evidentemente também a administração pública.

3.12.3. Constrangimentos de população e da sociedade

3.12.3.1. Pressão crescente da procura social

De acordo com o último recenseamento (1991), a população residente de STP atingia 117.500 pessoas. As projecções demográficas realizadas pela Direcção de Estatísticas em 1996 e baseadas na hipótese duma redução da fecundidade (de -10% a -20% segundo as variantes) e dum saldo migratório nulo, conduziam a um ritmo elevado de crescimento. A taxa projectada para os próximos 10 anos (+3,4% para o período de 1996-2006) não baixará até meados da próxima década, mantendo-se todavia muito elevada (cerca de +3% para o período de 2006-2016). A população sãotomense deverá, assim, passar de 139.000 habitantes (estimação de 1996) para 165.000 em 2001 transpondo o nível dos 200.000 em 2007. Quer dizer, em vinte anos (1996-2016), a população deverá ser o dobro.

A primeira lição que se pode tirar desta situação é que, em vez dum crescimento muito sustentado, o rendimento médio por habitante não poderá conhecer qualquer evolução. Nesta hipótese, será necessário adoptar uma política voluntarista de redistribuição de terras, se se quiser lutar contra a pobreza.

A segunda lição, está relacionada com a pressão que será exercida sobre a procura dos serviços sociais, sobretudo ao nível de quatro “populações-alvo”:

- Jovens em idade de escolarização. A população dos 6 aos 14 anos passou de 33.800 em 1996 para 36.400 em 2000, e prevê-se que atinja 46.000 e 65.000 em 2005 e 2016, respectivamente, ou seja um aumento de 92 % em vinte anos. Como consequência, o sistema educativo deverá adaptar-se a uma procura teórica de escolarização, aumentando cerca de 1.400 jovens dos 6 aos 14 anos suplementares cada ano para os próximos 10 anos.
- População activa. A população adulta em idade de trabalhar (15–64 anos) passou de 70.200 em 1996 a 85.000 em 2001 e prevê-se que atinja 98.800 em 2006, ou seja, para os próximos dez anos haverá 3.000 suplementares por ano, na idade de trabalhar.
- Mulheres em idade de fecundidade. As mulheres na idade dos 15 aos 49 anos vão conhecer um crescimento rápido, passando de 31.200 em 1996 a 38.500 em 2001 e prevê-se que atinjam 44.500 em 2006. Este aumento deverá traduzir-se por uma pressão muito importante sobre estruturas da saúde, particularmente nos centros de Protecção Materno Infantil/Planeamento Familiar (PMI/PF).
- População da idade dos 65 anos e mais. O crescimento do número de pessoas correspondente a esta classe deverá ser moderado, pois passará de 5.700 em 1996 para 6.800 em 2006.

Um outro elemento importante da evolução demográfica é a prossecução do fenómeno da urbanização, cuja densidade arrisca atingir níveis difíceis de gerir nas zonas periféricas da capital.

Entretanto, e duma maneira geral, a evolução dos comportamentos da fecundidade constitui uma variável chave no futuro, pois ela determinará a importância da pressão demográfica sobre o sistema social. O seu impacto será sobretudo sensível a longo prazo e não se podem actualmente avançar mais que hipóteses aleatórias sobre o ritmo de fecundidade no horizonte duma geração. A melhoria das condições sanitárias, do

nível de educação e dos rendimentos é aqui determinante. Por isso, ela deverá considerar como prioritária a política de população e a sua integração nas políticas sociais.

3.12.3.2. População e ambiente

O crescimento da população deverá igualmente traduzir-se por uma pressão crescente sobre o ambiente. Neste últimos anos, sérios riscos foram aparecendo em três domínios principais. O corte anárquico de árvores multiplicou-se. Esta aceleração da desflorestação está associada ao surgimento de novos proprietários, beneficiários da privatização, que viram nesta alternativa a forma de conseguir capacidade e tesouraria inicial para a suas explorações. Ela favorece, a erosão do solo e constitui uma ameaça para as culturas de sombra, como é o cacau. O segundo problema está na poluição dos cursos de água (utilização de pesticidas nas plantações) que tornam impróprio o consumo em certas captações utilizadas pela população. Enfim, observa-se uma degradação inquietante das praias nas quais as areias para utilização na construção são extraídas sem nenhum controlo.

3.12.4. Constrangimentos exógenos e outros factores de incerteza

3.12.4.1. Mercados internacionais

O carácter parcialmente aberto da economia são-tomense, com o peso das exportações assente no cacau e um elevado grau de dependência das importações, faz com que o país seja sensível à evolução da cotação mundial do cacau, do petróleo, de certos produtos alimentares de base e dos “inputs” mais utilizados na agricultura e nalgumas indústrias locais.

Uma nova caída do preço do cacau, terá um impacto macro-económico, com efeitos sociais consideráveis na dinâmica em curso na agricultura.

3.12.4.2. Situação continental e na sub-região

A evolução da situação no continente, sobretudo na sub-região da África Central, constitui outro factor de incerteza para São Tomé e Príncipe, podendo ser portadora de

alguns trunfos (integração económica e monetária) e de alguns perigos (imagem duma região globalmente desestabilizada, fuga de quadros e de mão-de-obra especializada para o continente).

A estabilização da situação política em Angola poderá ter consequências importantes na economia são-tomense. Um dos efeitos possíveis é a exportação de determinados produtos para o mercado de Luanda (1,7 milhões de consumidores), e o outro, a possibilidade dela poder induzir uma emigração da elite são-tomense que dispõe duma formação superior. Perante tal hipótese, o problema da capacidade nacional de gestão será agravada, nomeadamente ao nível dos serviços-chave da administração. A emigração duma parte da mão-de-obra, mesmo ajudando a diminuir o problema do emprego, poderá ter consequências negativas, particularmente no sector primário.

A evolução da situação sócio-económico do conjunto da região constitui outro factor crucial. O desenvolvimento das trocas, os níveis de crescimento elevados nos países do Golfo da Guiné e uma melhor integração destes países na economia mundial reforçam a ideia de implantação duma política de desenvolvimento de zonas francas, com consequências positivas para o desenvolvimento do turismo.

4. Aspirações nacionais

A identificação dos problemas e aspirações de um país constituem elementos fundamentais na busca de soluções que possam conduzir ao desenvolvimento socio-económico do mesmo. No quadro do Estudo das Perspectivas Nacionais ao Longo Prazo (NLTPS) realizado em S. Tomé e Príncipe com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e conduzido por um grupo de nacionais tomou em conta os principais problemas e aspirações dos saotomenses³². Foram identificados a partir de “encontros-debates” com grupos sectoriais, regionais e nacionais, bem como, entrevistas com personalidades influentes na vida pública santomense.

Esse aturado exercício de auscultação e discussão dos problemas permitiu a listagem das principais aspirações seguintes:

- Consolidação do Estado de direito democrático e estabilidade política;
- Boa governação;

³² As Aspirações dos são-tomenses, 1997.

- Implantação e/ou melhoria das infra-estruturas de desenvolvimento;
- Melhoria do nível e da qualidade de vida e salário condigno;
- Desenvolvimento integrado do meio rural;
- Valorização da identidade cultural e moralização da sociedade;
- Maior participação da mulher nos postos de decisão e na vida pública;
- Aumento da produção e da produtividade de bens materiais para consumo e exportação e exploração de fontes alternativas de riqueza, (...).

A implementação de uma estratégia de desenvolvimento numa sociedade em plena mutação implica a articulação com as aspirações fundamentais das populações, o que determinará os objectivos socio-económicos e culturais a atingir, não se devendo descurar, sobretudo, as possibilidades e constrangimentos que se podem pôr a realização das mesmas.

4.1. Possibilidades e constrangimentos à realização das aspirações dos são-tomenses

Sendo São Tomé e Príncipe um país de reduzida dimensão territorial e populacional possui, no entanto, recursos humanos e potencialidades agrícolas, piscatórias e turísticas, bem como uma localização privilegiada, em pleno Equador, potencialidades que, devidamente valorizadas, poderão permitir a concretização das aspirações dos são-tomenses.

Assim, necessário se torna tomar em consideração as principais tendências e incertezas, os acontecimentos fundamentais que determinam o futuro e os respectivos actores, assim como as forças e fraquezas, ameaças e oportunidades para São Tomé e Príncipe.

4.1.1. Tendências, incertezas e acontecimentos fundamentais para o futuro

4.1.1.1. Tendências

Consideram-se tendências os processos que produzem determinados resultados e que, com início em conjunturas específicas, podem perdurar por muito tempo, produzindo forças e fraquezas. Dado que interessa para o caso em estudo conhecer as tendências

que podem influenciar a determinação das opções estratégicas de desenvolvimento, destacam-se as seguintes:

- Perda da autoridade do Estado, fragilidade das instituições e aumento generalizado da corrupção
- Liberalização da economia e a desvalorização deslizando da Dobra
- Diminuição da ajuda externa e a sua descentralização
- Degradação das infra-estruturas económicas e sociais e baixa da produção e da produtividade
- Mundialização
- Degradação do sistema educativo e aumento da consciência da necessidade da sua reforma
- Degradação do nível e qualidade de vida da população e alastramento da pobreza
- Aumento do fluxo migratório
- Crescimento acelerado da população
- Degradação dos eco-sistemas
- Baixa atenção às actividades culturais
- Proliferação de seitas religiosas
- Aumento da informatização

Destas tendências, tratar-se-ão apenas algumas que se consideram fundamentais no âmbito deste trabalho.

A ausência de prestação de contas por parte dos responsáveis, o mau funcionamento dos tribunais, a não aplicação das leis e o seu incumprimento e a indisciplina generalizada dando lugar a um “... crescente esvaziamento do papel do Estado, enquanto poder regulador, ordenador, protector dos direitos elementares da pessoa humana e promotor da solidariedade e de um sistema equitativo de acesso à satisfação das necessidades básicas dos cidadão”.³³

Relativamente à liberalização da economia, as marcas que mais tipificam esta reforma estrutural estão no afastamento progressivo do Estado do sector produtivo, liberalização

do comércio e dos preços e a supressão das subvenções aos produtos alimentares considerados estratégicos, privatização das empresas estatais não agrícolas, distribuição de terras aos pequenos e médios produtores visando a diversificação da agricultura para responder à necessidade de auto-suficiência alimentar e aumento da capacidade de exportação do país, etc.

A diminuição da ajuda externa é outra tendência a considerar. A ajuda externa representou em 1996, 200 US\$ per capita, que serviu para financiar o PIP, o sector produtivo, apoiar a balança de pagamentos e a assistência técnica. Entretanto, a deficiente coordenação e a má gestão colocou o país em descrédito total tendo a comunidade doadora reduzido drasticamente essa ajuda. Os outros elementos que ilustram esta diminuição estão na suspensão das ajudas do Programa de Alimentar Mundial (PAM), redução das bolsas de estudo e redução de cooperantes no domínio da assistência técnica.

A mundialização, é outra tendência que não pode ser descurada pois ela é fundamental no relacionamento e aprofundamento das relações económicas internacionais. Vários são os elementos que caracterizam esta tendência, sendo as principais, o surgimento de mercados regionais com acordos de livre troca, transição do GATT para a OMC, desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, movimentação do capital, internacionalização dos conflitos, desaparecimento da bipolarização do mundo, expansão das comunicações e telecomunicações com particular destaque para a INTERNET e para o fácil acesso de STP aos media, etc.

Outro aspecto importante, está na deficiente formação dos professores, degradação do parque escolar, massificação do ensino e escassez de materiais didácticos que demonstram a tendência para a degradação do sistema educativo.

Quanto à degradação do nível e qualidade de vida e alastramento da pobreza, representam uma tendência resultante da fraca evolução da taxa salarial, desemprego crescente, urbanização desorganizada e êxodo rural. Por outro lado, existe uma desmotivação dos jovens causada pela diminuição das bolsas de estudo aliada à falta de oportunidade de formação interna, factores aos quais se juntam a falta de ocupação dos tempos livres e a grande dificuldade de encontrar o primeiro emprego.

³³ Vide Programa de Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe 1999-2002, pág. 3.

A falta de uma política de planeamento familiar e a existência de uma mentalidade favorável à presença de muitos filhos³⁴ dão lugar ao crescimento acelerado da população do país a um ritmo actual de 2,5% ao ano.

O abate desorganizado das árvores, a erosão costeira, a falta do saneamento do meio e a destruição de espécies marinhas, são outras das tendências que têm suscitado o aparecimento de Organizações Não Governamentais (ONG) ligadas ao problema ambiental.

4.1.1.2. Incertezas

As incertezas constituem fenómenos que têm uma influência na configuração do futuro, não sendo controlável nem influenciável. Existe incerteza quando não se sabe ao certo o que acontecerá. Deste ponto de vista identificaram-se as seguintes incertezas:

- Evolução da cotação dos produtos agrícolas, evolução do valor da moeda
- Fontes alternativas de recursos
- Controlo do paludismo e das principais endemias
- Descoberta da vacina contra o SIDA
- Boa governação e estabilidade política
- Equilíbrio entre o crescimento demográfico e a evolução das condições ambientais, nível de aculturação e identidade sãotomense
- Capacidade de absorção das novas tecnologias e capacidade de inovação

Da mesma forma que o ponto anterior, destacaremos apenas algumas incertezas

O cacau como principal produto de exportação e a evolução do seu preço no mercado internacional constituem uma grande incerteza, na medida em que depende das regras da oferta e da procura ditadas por estes mercados sem que haja qualquer possibilidade de controlo por parte do país. Esta incerteza é acentuada pelo facto das novas tecnologias de transformação estarem a lançar no mercado produtos industriais susceptíveis de virem a competir com as matérias primas agrícolas.

³⁴ É comum ouvir-se dizer entre os sãotomenses: “Mina sa liqueza poble” (Os filhos são a riqueza dos pobres).

Quanto à ajuda externa, STP tem um elevado peso da dívida, revelando uma má “performance” na gestão económica o que dificulta a negociação da dívida e o saneamento da gestão financeira.

No plano internacional, verifica-se que os países industrializados da Europa e da América estão a canalizar os seus financiamentos para os países de Europa do Leste em detrimento de África em geral, num contexto em que o crescimento económico é estacionário e as dificuldades dos países industrializados os leva a rever os seus pacotes de ajuda.

Até à presente data não foram exploradas em STP as fontes alternativas de recursos, cuja descoberta e exploração, num futuro próximo poderiam resolver, em grande medida, os problemas mais prementes com que se debate quotidianamente a população. Esta descoberta seria importante e permitiria atenuar as consequências da intensa utilização da terra, uma vez que o país foi sempre explorado no plano agrícola, tanto de forma intensiva como extensiva.

O paludismo é a principal causa de morte e morbilidade. Tendo em conta a localização geográfica do país em região de forte pluviometria, a natureza insular do território e a inexistência de uma vacina, a evolução desta doença constitui uma incerteza. Por razões idênticas, a evolução de outras endemias constituem também incerteza.

Embora a boa governação e a estabilidade política sejam as condições mais importantes para a viabilidade do país, existem incertezas quanto às mesmas dada a realidade dos últimos anos caracterizada pelo mau funcionamento das instituições e pela fraca capacidade institucional. Sem boa governação será difícil gerir a coisa pública e harmonizar a sociedade, sobretudo no contexto de debilidade de recursos financeiros e elevado nível de endividamento. Na verdade, desde finais de 1991 que o país vive uma situação de sucessiva instabilidade política, com constantes quedas de Governo (6 Governos de 1991 a 1996) e com a conseqüente interrupção dos respectivos programas.

Outra tendência importante está no facto do país não ter definido uma política explícita de população. Tendo em conta o seu crescimento demográfico acelerado (2,5%) essa população irá exercer uma grande pressão sobre o ambiente em função de algumas necessidades como madeira para a construção de habitações, madeira para lenha, água potável e terras aráveis para a agricultura.

A capacidade de absorção das novas tecnologias e a capacidade de inovação é outra das incertezas, pois a ausência e/ou não formação dos recursos humanos, bem como a falta de especialização e a escassez de recursos financeiros limitarão a capacidade de absorção das novas tecnologias: Verifica-se, ainda, uma taxa razoável de emigração de quadros formados, o que faz reduzir, com efeito, as possibilidades de absorção das tecnologias modernas.

4.1.1.3. Acontecimentos fundamentais para o futuro

Sendo aqueles que se registaram no passado e que, pela sua importância ou especificidade, são susceptíveis de influenciar o futuro, identificaram-se alguns como:

- Independência nacional
- Nacionalizações
- Adopção do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)
- Liberalização da medicina
- Aprovação da lei de greve, da livre associação sindical
- Multipartidarismo
- Golpe de Estado de 15 de Agosto de 1995
- Surgimento de imprensa privada
- Instalação de companhias de comunicação social e telecomunicações, etc.

Sendo todos eles acontecimentos fundamentais para o futuro de São Tomé e Príncipe, abordar-se-á apenas um, por se considerar fundamental para este trabalho de tese.

A criação da Companhia Sãotomense de Telecomunicações em 1990 permitiu modernizar os serviços de telecomunicações do país. Por outro lado, e complementarmente o centro emissor da Voz de América (VOA) foi inaugurado em São Tomé em 1993.

Desde de 1995 começaram a captar-se em STP, as emissões radiofónicas da Rádio França Internacional (RFI) e, em 1996, as da Rádio Difusão Portuguesa (RDPi), bem como as de Rádio Televisão Portuguesa Internacional (RTPi), propiciando assim o acesso a informações de todo o mundo.

4.1.2. Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades

4.1.2.1. Forças

As forças de que dispõe o país para a promoção do seu desenvolvimento são:

- Insularidade e a pequenez das ilhas
- Extensão significativa da ZEE
- A fertilidade do solo, a biodiversidade e a diversidade de microclimas
- A existência de grandes potencialidades turísticas
- A ausência de conflitos armados
- A posição geo-estratégica privilegiada
- A homogeneidade linguística
- A existência considerável de potencial humano e a elevada taxa de alfabetização e escolarização

A insularidade e pequenez são forças com as quais o país poderá contar tendo em conta as suas especificidades do ponto de vista ecológico e cultural. Estando a aumentar o grau de interesse pela problemática dos pequenos estados insulares do mundo, países como STP podem mobilizar recursos para apoiar acções no domínio do turismo, da agricultura, ciência, etc, à semelhança do que sucede nos estados insulares do Pacífico e das Caraíbas.

Por outro lado, a extensa ZEE constitui outra força potencial para o desenvolvimento do país como fonte de captação de divisas (existência de peixe de espécies variadas e mariscos e possibilidade de grandes reservas de petróleo), para aumentar as receitas de exportação.

A biodiversidade, a existência de diferentes praias e recantos naturais, as roças e as tecnologias da cultura do cacau, a orografia muito acentuada, a disposição arquitectónica, são alguns elementos que demonstram grandes potencialidades turísticas do país.

São Tomé e Príncipe dispõe de uma posição geo-estratégica, historicamente reconhecida, na encruzilhada do Oceano Atlântico, ligando a Europa, a África e a América. A sua localização no Golfo da Guiné e na sub-região da África Central é uma

grande força, pois esta é uma das zonas mais ricas do mundo em recursos minerais e com grandes potencialidades agrícolas

A existência de uma população jovem, com elevada taxa de alfabetização e de escolarização são também forças a ter em conta na promoção do país, tendo em conta a sua capacidade criativa no domínio do artesanato e tecnologias específicas. Com formação técnica adequada seria potenciada a sua organização em micro e médias empresas.

4.1.2.2. Fraquezas

Ao contrário das forças, as fraquezas constituem obstáculos que se opõem ao cumprimento de qualquer objectivo, ou se levantam à concretização das estratégias. Apesar de fraquezas serem imensas, destacam-se:

- Isolamento, pequenez e exiguidade do mercado nacional
- Dependência excessiva em relação ao exterior e mentalidade de assistido
- Fraco nível industrial e tecnológico
- Sector privado descapitalizado e embrionário
- Funcionamento deficiente das instituições
- Inexistência de uma tradição camponesa e sub-aproveitamento das terras
- Elevado índice de paludismo e outras endemias
- Ausência de ensino universitário e ineficiente sistema de formação profissional
- Ausência generalizada de políticas
- Sobre-dimensionamento do aparelho de Estado, de órgãos locais e regionais

O isolamento, a pequenez do mercado interno, a deseconomia de mercado de escala, a falta de infra-estruturas e de capital humano adequados e a base limitada de recursos humanos constituem um conjunto de constrangimentos. De facto, STP é um país isolado e pequeno, com grandes dificuldades de ligação ao continente e a outros países por falta de transportes aéreos e marítimos, o que provoca a saturação ou a carência quase total de produtos de primeira necessidade. Por outro lado, o isolamento dificulta a chegada

rápida de informações sobre a mobilidade no mercado internacional, o que dificulta a tomada de decisões rápidas e estratégicas.

O fraco nível industrial e tecnológico do país faz com que a dependência externa seja grande, tanto no que respeita ao fornecimento de tecnologias, como no abastecimento de equipamentos e “inputs”. Destacam-se também alguns factores de constrangimento ao desenvolvimento industrial como a ausência duma política coerente de desenvolvimento industrial, destacando-se, a reduzida dimensão do mercado nacional, ausência de “know-how”, fraco nível de desenvolvimento da tecnologia de transformação e a ausência de uma política coerente de desenvolvimento industrial e respectivo financiamento.

Recorde-se que na economia do país o sector industrial é quase inexistente, constituindo apenas 8% do PIB em 1995. As empresas existentes são ligeiras e, sobretudo, de produção irregular.

Outra fraqueza a ter em conta, é a descapitalização do sector privado, como consequência da política de nacionalização da terra e dos outros meios de produção e a consequente estatização da economia, que deixaram, desde a independência até meados dos anos 80, uma diminuta margem de manobra aos empresários. Por isso, assiste-se hoje a um atraso considerável do sector privado nacional caracterizado por forte descapitalização, dependência excessiva do crédito e da ajuda internacional.

4.1.2.3. Ameaças

As ameaças são fenómenos ou acontecimentos externos sobre os quais se tem pouca influência e que obstaculizam a concretização dos objectivos fixados para o desenvolvimentos global do país. Dentre as principais, destacam-se:

- Deterioração dos termos de troca
- Crise económica mundial, poluição do ambiente
- Recrudescimento dos conflitos sub-regionais, regionais e internacionais
- Expansão de doenças endémicas
- Surgimento de outros concorrentes com vantagens comparativas.

Relativamente à deterioração dos termos de troca, pode-se destacar a constante oscilação dos preços dos produtos agrícolas no mercado internacional, podendo constituir uma grande ameaça à economia do país, tendo em conta o carácter pouco diversificado das exportações. Por outro lado, o aumento relativo das cotações dos “inputs” de produção de bens de consumo, assim, como dos combustíveis poderão constituir um grande obstáculo ao desenvolvimento do país, dado os fracos recursos disponíveis e a insustentabilidade da dívida externa.

A crise económica mundial é outra das ameaças, na medida em que a deterioração dos termos de troca provoca uma diminuição da ajuda externa, a redução dos fluxos financeiros para investimentos, em suma, contribui para o agravamento da situação sócio-económica já de “per si” débil de países como STP.

STP, enquanto país insular, localizado no continente africano, nas proximidades de densas florestas tropicais está vulnerável à penetração e expansão de doenças endémicas. A permeabilidade das suas costas e a debilidade do sistema de controlo sanitário facilitam as condições de contágio, constituindo um sério problema de saúde pública.

O surgimento de concorrentes com vantagens comparativas, é uma grande ameaça para o país, pois os produtos e serviços que se podem oferecer no quadro das relações comerciais com o resto do mundo, tais como matérias primas agrícolas, produtos turísticos, serviços de zonas francas, bancos “off shore”, são susceptíveis de serem também fornecidos por outros países mesmo da sub-região constituindo, portanto, uma ameaça se os concorrentes puderem apresentar melhores vantagens comparativas em termos de qualidade, produtividade e agressividade concorrencial.

4.1.2.4.Oportunidades

As oportunidades são acontecimentos que ao nível mundial poderão ter influência benéfica no futuro do país e dos quais se deverá tirar partido. Das análises feitas, foram identificadas e consideradas relevantes:

- Mundialização e integração regional
- Participação dos emigrantes no esforço de desenvolvimento
- Redução da ajuda externa

- Paz em Angola e estabilidade política na sub-região
- Maior atenção da comunidade internacional à problemática dos pequenos estados insulares e a luta contra a pobreza
- Existência de comunidades linguísticas e aproveitamento do espaço da CPLP
- Diversidade biológica.

A mundialização e integração regional podem constituir uma grande oportunidade na medida em que o país poderá beneficiar de prerrogativas atribuídas pelos parceiros de desenvolvimento no âmbito de determinados acordos, entre os quais, acesso aos mercados regionais e internacionais, novas tecnologias e transmissão de informações. Daí que de uma lógica centrada no mercado nacional assiste-se, hoje, à passagem progressiva a uma outra, focalizada no espaço dos mercados sub-regionais e mundial.

Tendo em conta o número relativamente elevado dos emigrantes são-tomenses, a integração dos mesmos no processo de desenvolvimento pode ser uma oportunidade, na medida em que poderão servir de elo de transmissão de valores positivos do país, por um lado, e por outro, pelo facto de poderem contribuir com o seu conhecimento e experiência, como também com o seu apoio económico .

Apesar da sua inquestionável importância para o desenvolvimento do país, a redução da ajuda externa poderá constituir uma oportunidade, uma vez que poderá levar os são-tomenses a contar com as suas disponibilidades internas e com as suas próprias potencialidades, tendo em conta que possui recursos humanos e naturais por explorar.

A paz em Angola e a estabilidade política na sub-região, constituem uma oportunidade, uma vez que ultrapassadas estas situações, poderá haver uma maior cooperação sul-sul, proporcionando investimentos e abrindo novos mercados para o escoamento dos produtos e a aquisição de bens e serviços.

A existência de comunidades linguísticas, entre as quais a CPLP, é também uma oportunidade, pois permite o reforço da afirmação e da expansão da língua portuguesa no contexto internacional e constitui um meio privilegiado de difusão cultural entre os povos, bem como a projecção internacional dos seus valores culturais.

4.2. Cenários

Tendo em conta os factores supracitados podem construir-se alguns cenários, devendo os mesmos ser feitos com base nas incertezas, pois constituem fenómenos que têm influência na configuração do futuro, não se sabendo ao certo o que há-de acontecer, pois as incertezas não são controláveis, nem influenciáveis.

Os cenários, neste trabalho, são considerados como um conjunto coerente formado pela descrição de acontecimentos que permitem passar da situação presente à situação futura, obedecendo a 4 critérios: pertinência, coerência, verosimilhança e transparência.

Esta definição ajuda-nos a compreender melhor a utilidade do cenário como um bom instrumento de reflexão estratégica sobre o futuro, um meio de construção de um consenso sobre as estratégias e políticas, um instrumento catalisador da emergência do realismo e voluntarismo, um instrumento de informação sobre os mais variados desafios que devem ser enfrentados e sobre as oportunidades e ameaças respeitantes aos projectos futuros, e um instrumento de orientação para a planificação estratégica.

Com base na combinação das diferentes hipóteses associadas às “incertezas chave” decidiu-se apresentar três cenários, considerando as seguintes incertezas:

- Boa governação
- Estabilidade política
- Evolução dos preços dos produtos importados e exportados por STP.

A boa governação, como incerteza-chave, implica a melhoria da eficácia da administração, o funcionamento eficiente das instituições, a criação de postos de emprego, a melhoria das condições de trabalho e o combate à corrupção.

A evolução da situação actual indica que é inevitável a resolução dos problemas atrás mencionados.

A segunda incerteza-chave é a estabilidade política, factor que condiciona o desenvolvimento dos domínios económicos, social e político.

Por último, temos a evolução dos preços e cotação dos produtos agrícolas de exportação no mercado externo.

Assumiram-se estas três, pois sabe-se que a evolução de tais factores é incerta, e assim, não passam de simples hipóteses. Podem, no entanto, inflectir ou reforçar as tendências

actuais do país, ajudar a corrigir as fraquezas, consolidar as forças, facilitar ou dificultar as respostas às questões-chave.

Essas hipóteses referem-se a factores internos e externos cuja evolução (boa ou má) é susceptível de condicionar fortemente o destino de São Tomé e Príncipe. Com base nas incertezas acima referenciadas, apresentam-se os seguintes eixos dos cenários:

Quadro 17: Combinação das incertezas e os respectivos cenários

Estabilidade Política e boa Governação	Evolução da ajuda Externa	Preço dos produtos de exportação	INCERTEZAS CENÁRIOS
Boa	Favorável	Favorável	TLABÁ SÓ CÁ ³⁵ DÁ TÊ
Boa	Desfavorável	Desfavorável	DGING' UBUÊ ³⁶
Má	Desfavorável	Desfavorável	CAD' HOMÉ ³⁷

4.2.1. Contexto dos cenários

No momento da elaboração deste trabalho o contexto interno e externo dos cenários são os seguintes:

- **No plano interno**

ECONOMIA

- Baixa da produção e de produtividade
- Desemprego
- Dívida pública
- Degradação das infra-estruturas sócio-económicas

SOCIEDADE

- Degradação do nível e da qualidade de vida e alastramento da pobreza

³⁵ Máxima popular segundo a qual só com o trabalho se pode criar riqueza e promover o progresso individual e social.

³⁶ Aforismo popular através do qual se exorta à acção, à iniciativa, ao espírito empreendedor.

³⁷ Dito popular que em crioulo forro exprime a ideia do “salve-se quem puder”.

- Degradação da qualidade do ensino
- Êxodo rural
 - **No plano regional**
- Instabilidade política na sub-região
- Insucesso da política de integração regional
- Retoma do crescimento económico em África
- Perspectiva de cooperação entre os países lusófonos no quadro da CPLP
 - **No plano internacional**
- Interdependência
- Globalização
- Construção europeia com a adopção da moeda única
- Avanço das tecnologias de informação

A partir destes eixos de cenários seleccionaram-se três cenários:

1. TLABÁ SÓ CA DÁ TÊ (cenário optimista),
2. DJING' UBUÊ (cenário de referência),
3. CAD' HOMÉ/VIG' UBUÊ (cenário pessimista).

O primeiro cenário baseou-se na hipótese de que todas as incertezas evoluirão positivamente.

No que respeita ao segundo, as hipóteses de trabalho consideram que a governação e a estabilidade política poderão evoluir positivamente, enquanto que a evolução dos preços e a cotação dos produtos agrícolas no mercado internacional serão desfavoráveis.

O cenário pessimista – CAD'HOMÉ parte-se da hipótese de que todas as incertezas evoluirão desfavoravelmente, ou seja, que haverá má governação, instabilidade política e evolução desfavorável dos preços e da cotação dos produtos agrícolas no mercado internacional.

4.3. Cenários para o futuro de São Tomé e Príncipe

4.3.1. Cenário I – Oásis Equatorial “TLABÁ SÓ CÁ DÁ TÊ”

Segundo este cenário a visão do país é optimista e pressupõe abnegação, seriedade e perseverança dos são-tomenses para construir um futuro radiante e condigno.

O conteúdo deste cenário corresponde ao sentido do provérbio popular, cuja mensagem dominante é que, com trabalho se podem alcançar os objectivos desejados.

A partir deste quadro tão adverso existe uma forte convicção de que é possível transformar São Tomé e Príncipe num oásis. Os três eixos do cenário considerado baseam-se em hipóteses positivas de boa governação, estabilidade política no plano interno e externo e evolução positiva dos preços e da cotação dos produtos agrícolas no mercado internacional.

Neste cenário assumiu-se que estão criadas as condições mínimas para que o país seja bem governado e tenha estabilidade política.

Com adopção de medidas de políticas concretas no que toca a formação dos recursos humanos, utilização racional dos recursos financeiros e materiais os quadros da administração terão melhores condições de trabalho e de salário, estarão motivados, regras transparentes serão adoptadas e cumpridas, haverá disciplina, menos corrupção, respeito pela hierarquia, prestação de contas e os resultados visivelmente bons. Será feito um esforço de despolitização da administração com a implementação de novos estatutos.

No domínio económico, inicia-se neste período um crescimento económico sustentado. Alcança-se o ajustamento macro-económico através da aplicação efectiva de um Programa de Ajustamento Estrutural, do reforço da capacidade de gestão e organização e da melhoria do sistema estatístico de informação económica. Enquanto isso, com a implementação e exploração de zonas francas, a exploração do petróleo e a introdução de um novo código de investimentos iniciar-se-á um processo de modernização das empresas e de estímulo à iniciativa privada na medida em que a economia estará mais activa, organizada e os empresários sérios serão bem sucedidos.

Até lá, haverá uma estratégia nacional de desenvolvimento e o Governo mobilizará esforços para a existência de infra-estruturas básicas e criará condições para um

ambiente favorável ao desenvolvimento da pesca e à diversificação da produção para exportação.

Neste cenário o desenvolvimento humano é um objectivo permanente. A melhoria do sistema educativo torna-se fundamental com a reformulação da política educativa com vista ao reforço do ensino básico para todos, criação do ensino politécnico e universitário e promoção do ensino privado. O sistema de saúde terá duas grandes missões, sendo: o saneamento do meio e o controlo do paludismo e de outras endemias.

A resolução do problema do desemprego será principalmente com a criação de postos de emprego através da promoção do sector privado da economia e do auto-emprego. Tal só será possível com a dinamização de um amplo programa de formação profissional para responder às necessidades do mercado de trabalho.

Num segundo período de desenvolvimento, o esforço deverá ser no sentido de garantir o reforço e a consolidação dos resultados alcançados. A administração funciona eficazmente com recursos humanos motivados, bem formados e bem enquadrados. No domínio económico observa-se um forte crescimento e o desenvolvimento da indústria. Verifica-se, por outro lado, a manutenção dos grandes equilíbrios macro-económicos, aumento da poupança interna e um significativo aumento dos investimentos directos e o aumento da produção e da exportação.

O desenvolvimento das zonas francas, das pescas, da agro-indústria, dos sectores de serviços, das telecomunicações e do turismo contribuirão também para o forte crescimento económico.

O país começa, assim, a ter uma segurança alimentar, e o desenvolvimento humano será uma realidade e estará associado a um crescimento do PIB per capita.

4.3.2. Cenário II – “DJING’ UBUÊ”

Este cenário caracteriza-se pelos seguintes eixos:

- Boa governação
- Estabilidade política
- Evolução desfavorável dos preços e da cotação dos produtos agrícolas no mercado externo

Este cenário reflecte bem o seu título metafórico, isto é, agir com destreza e habilidade utilizando estratégias apropriadas.

Aqui a boa governação é caracterizada pela credibilidade do Estado no plano interno e externo e por uma sociedade civil organizada. Esta credibilidade começa com a implantação do Tribunal de Contas que deve assegurar a eficiência do sistema judiciário. A função pública será dimensionada com vista à sua organização e eficácia, ao mesmo tempo que se cria um novo estatuto da função pública.

A constituição política, revista e transparente, regulamentará a separação nítida de poderes estatuídos.

No domínio económico, as medidas já tomadas anteriormente contribuirão para a melhoria das infra-estruturas, e serão ao mesmo tempo reconstruídas as barragens do Contador e do Rio Papagaio, o que melhorará sobremaneira a distribuição de energia, ao mesmo tempo que se constroem novas barragens. Por outro lado, serão construídas novas vias de acesso e implementadas medidas com vista à sua conservação e manutenção. Também será construído um porto de águas profundas e ampliado o aeroporto, proporcionando um maior desenvolvimento das actividades de importação e exportação no país.

Neste mesmo período, serão tomadas medidas para o aumento do volume de exportação dos produtos agrícolas, apesar dos preços baixos praticados no mercado externo. Tendo em conta, que o Estado ainda continua a exercer um grande controlo sobre a economia, com repercursão na balança de pagamentos e a ausência de receitas, acelerar-se-á o processo de privatização e continuar-se-á com a distribuição de terras aos pequenos agricultores. Ao mesmo tempo proceder-se-á à institucionalização e ao aperfeiçoamento do sistema de apoio a pequenas e médias iniciativas, nomeadamente pela concessão de crédito, assistência técnica e apoio à vulgarização e comercialização.

Em seguida serão tomadas medidas com vista à estruturação e modernização do tecido empresarial, surgindo empresas agro-industriais, instituições financeiras credíveis e sólidas, e será desenvolvido o sector do turismo.

Consequentemente, verificar-se-á o abastecimento satisfatório do mercado com produtos alimentares nacionais, com a consequente diminuição das importações.

Serão também adoptadas algumas políticas com vista ao desenvolvimento de zonas francas, turismo e exploração do petróleo, incluindo, a formação de quadros especializados, com uma distribuição mais equitativa de rendimentos.

Ao nível do desenvolvimento humano, ter-se-á conseguido controlar o paludismo e outras endemias, e haverá uma redução da taxa de mortalidade infantil e de mortalidade materna, em relação aos índices actuais. O nível de vida tornar-se-á sustentado e haverá um crescimento demográfico compatível com o crescimento económico, graças a uma correcta política de população.

No contexto regional e internacional, a presença do país ver-se-á reforçada, com a consolidação do processo de integração na região africana.

4.3.3. Cenário III – “ CAD’HOMÊ/VIJ’UBUÊ”

Este cenário pessimista sobre a evolução do país resulta da combinação das hipóteses de má governação, instabilidade política e evolução desfavorável dos preços e da cotação dos produtos agrícolas no mercado externo.

O cenário traduz uma situação crítica em que a população enfrenta enormes dificuldades para subsistir. Cada família deve estar alerta para não sucumbir perante as vicissitudes do dia-a-dia.

A representação imaginária deste cenário é a de um pomar com muitas árvores de frutos, que em tempos eram devidamente tratadas e actualmente abandonadas à sua sorte. As árvores deixaram de ser tratadas, a fertilidade do solo vai diminuindo, chegando-se finalmente a uma situação de ôbô completamente abandonado e dominado por mata cerrada.

Numa primeira fase, apesar do pomar estar semi-abandonado, as árvores ainda produzem frutos, mas a qualidade dos mesmos começa a diminuir, sem que a população, mesmo consciente da situação, não toma medidas para revigorá-lo. Este período é caracterizado pela desestabilização, com instabilidade política e institucional permanente, crise económica e informalização da economia, frustração e empobrecimento da população.

Após as eleições presidenciais de Julho do corrente ano, cujos resultados não foram pacíficos, segue-se um período de instabilidade, com a consequente dissolução da Assembleia Nacional, o que leva a eleições antecipadas.

No domínio económico, verifica-se um baixo poder de compra acentuado pela depreciação da Dobra. À baixa de produção e de produtividade associa-se a baixa de cotação dos produtos agrícolas de exportação no mercado externo. Deterioram-se, portanto, os termos de troca. Por outro lado, verifica-se uma excessiva interferência do poder político na gestão das finanças públicas e da política monetária, e os parceiros de desenvolvimento, insatisfeitos com o desempenho do poder político e económico do país, diminuem a ajuda externa.

Ademais, verifica-se a informalização acentuada e o desregramento da economia (Feira do Ponto)³⁸. A corrupção instala-se a todos os níveis e aumenta-se o fosso entre os ricos e os pobres. Há uma forte redução dos investimentos estrangeiros, bem como uma desorganização do sistema produtivo com a redução drástica da produção para exportação. As importações caem drasticamente e acentua-se a economia de subsistência.

No que respeita ao desenvolvimento humano, devido à frustração e ao empobrecimento da população, surgem greves sectoriais, em suma, a situação caracteriza-se pelo “desenrascanço” geral. O êxodo rural persiste e, com ele, aumenta a marginalidade, a criminalidade e a degradação das condições ambientais. Enfim, a situação é de miséria e desespero e a população só subsiste graças à ajuda humanitária das Nações Unidas e da Cruz Vermelha Internacional.

³⁸ Um dos mercados de S.Tomé onde mais se desenvolve o comércio informal.

5. Opções Estratégicas de Desenvolvimento

Não se pode afirmar categoricamente se o declínio ou a estagnação do desenvolvimento de STP se deveu aos choques externos, à política nacional ou a medidas de ajustamento. Não há dúvidas, porém, que o choque externo foi extremamente importante para numerosos países, e que, regra geral, as medidas de ajustamento não contribuíram para que os países africanos tivessem um desenvolvimento satisfatório.

A política de austeridade adoptada em S. Tomé e Príncipe no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural não produziu grandes resultados, pois não introduziu mudanças na estrutura económica que pudessem provocar um aumento da produção alimentar multisectorial, nem determinou a diversificação da economia, em particular, dos sectores agrícola e industrial, ou o desenvolvimento das capacidades humanas e crescimento sustentado da exportação não tradicional. As reformas introduzidas, embora tenham permitido alguma evolução positiva ao nível do controlo da inflação e da estabilização da taxa de câmbio, por exemplo, ainda não se traduziram em resultados prometedores.

As exportações continuam largamente dependentes dos produtos de base, a desigualdade de rendimentos e a diferenciação do mundo rural são também manifestas, ao mesmo tempo que a agricultura e as infra-estruturas sociais se degradam. Nesse contexto o “déficit” geral de mudanças estruturais e o fraco progresso no desenvolvimento das capacidades humanas fazem com que as estratégias de desenvolvimento orientadas para os objectivos de longo prazo não tenham sucesso.

Mas a verdade é que a descolagem económica não é um fenómeno aleatório. Ela é influenciada de forma decisiva pelas políticas e atitudes dos governos, mas também pela conjuntura internacional. Ao analisarem-se os factores que podem contribuir para a criação de um ambiente favorável ao arranque económico, não se pode esperar que as políticas públicas assumidas no país, por si só, possam orientar de modo decisivo o processo de desenvolvimento. A descolagem depende também de factores históricos, geopolíticos e humanos.

A história económica do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial provou que uma descolagem é possível, mesmo a partir de situações inicialmente críticas, contrariando o prognóstico pessimista feito no passado.

A penúria de recursos naturais e a superpopulação foram factores que levaram autores como Myrdal³⁹ a qualificar de “drama asiático” as perspectivas de crescimento naquela região. Apesar de tudo, as economias da região asiática revelam um grande crescimento, comparativamente a regiões mais ricas em recursos naturais, como a América Latina, a África ou o Médio Oriente, que não conseguiram descolar.

Pondo de parte o caso do Japão, por ser particular, pois já conhecia algum crescimento industrial entre as duas grandes guerras, outros países da Ásia do Leste, como a Coreia⁴⁰ e a China Taipei⁴¹ tinham um nível de PIB por habitante comparável ou inferior ao da Costa do Marfim e do Gana em 1950, tendo actualmente ultrapassado esses países em cerca de dez vezes no início dos anos 90 e também a Argentina em meados dos anos 80 e situando-se nos anos 90 a 50% do nível americano. Descolagens mais recentes são as da Tunísia e Tailândia, que tiveram um nível do PIB por habitante comparável à Costa do Marfim e ao Gana em 1950, mas que em 1990 apresentaram valores 3 a 4 vezes superiores, comprovando que as suas experiências podem reproduzir-se noutros países. O recurso aos mecanismos de mercado e a vontade política de promover a prosperidade económica parecem ser os ingredientes decisivos para o arranque económico.

Alguns desses países estiveram envolvidos nas duas guerras mundiais. Determinados países da América Latina, no entanto, representam casos particulares, pois não estiveram directamente implicados nos dois conflitos e mantêm a mesma posição verificada na primeira metade do século, devido a políticas económicas erradas.

Outros países da África, da Ásia do Leste, incluindo a China, conheceram igualmente uma estagnação económica em 1970, mas continuam a apresentar um forte crescimento. Por outro lado, é espantoso o caso de alguns países de África, como Côte d’Ivoire, Zimbabwe, que tendo inicialmente conhecido um certo nível de rendimento, hoje acusam uma regressão absoluta.

Depreende-se que uma grande parte do crescimento observado em alguns países, não se explica nem pela acumulação do capital, nem pelo crescimento da população activa, mas sim, pelo progresso na produtividade dos factores, o que conduz a longo prazo ao crescimento do produto per capita.

³⁹ Vide Myrdal, G (1968), *Asian Drama : An Inquiry into the *poverty of Nations*, Pantheon, New York.

⁴⁰ Vide Lee, C.H. (1995), *La transformation économique de la Corée du Sud : leçons pour les économies en transition*, Centre de Développement de L’OCDE, Paris.

⁴¹ Vide Dessus, S., J.-D. Shea e M.-S. Shi (1995), *Le Taipei chinois : les origines du « miracle » économique, série «croissance à long terme»*, Centre de Développement de L’OCDE, Paris.

Mas é preciso que os países adotem a tempo políticas de desenvolvimento, pois são precisos em média 3 décadas para que um país pobre em fase de descolagem possa percorrer a metade do caminho que o separa dos países mais avançados. O motor de crescimento observado nestes últimos vinte e cinco anos em São Tomé e Príncipe poderá não residir simplesmente no esforço de investimentos efectuados, mas antes nas políticas específicas que conduzam a ganhos de produtividade. As condições de transposição de experiências de crescimento de outros países para São Tomé e Príncipe poderão ser facilmente identificáveis.

Alguns autores têm provocado sérios debates sobre a concepção das políticas de ajustamento e desenvolvimento em África, tendo mesmo concluído que “... foram registados poucos progressos na concepção de políticas económicas. Importa, no entanto, manter vivo um debate que poderá, por um lado, contestar políticas mal adaptadas no combate aos males económicos de que sofre a África, e por outro lado, promover o recomeço tendo em conta os elementos de consenso existentes.”⁴²

Se há autores que consideram que o problema está na má concepção das políticas públicas, outros como Nicolas Van de Walle vão mais longe e consideram que as “reformas são incómodas para a classe política, que receiam as suas consequências ao nível da estabilidade política”⁴³.

Este mesmo autor concluiu que o problema está associado a grupos de interesses que dominam as elites estatais nos países africanos e cujas reformas são insignificantes e menos bem organizadas comparativamente às das suas contrapartes na América Latina ou na Europa do Leste”⁴⁴.

Na mesma linha de pensamento, Jeffrey Frieden, partilha da mesma teoria, reforçando a ideia de que “as reformas económicas continuam a ter a influência dos grupos de interesses na forma como é feita a política económica no terceiro mundo”⁴⁵.

Nas várias discussões contemporâneas sobre políticas públicas em África, é o Estado que é visto como o responsável por todos os reveses dessas políticas. Pior ainda,

⁴² Cf. Giovanni Andrea Cornia, Rolph van der Hoeven e Thandika Mkandawire, “L’Afrique vers la reprise économique. Capítulo VII – Vue d’ensemble sur une stratégie de développement à long terme, 1992.

⁴³ Cf. Nicolas van de Walle, Junho 2000, Economic Reform in Africa, 1980-2000, Patterns and Constraints, documento preparado para o Workshop sobre Democracia e Desenvolvimento em África, Fundação Calouste Gulbenkian.

⁴⁴ Idem 28.

declaram que o Estado está “ (...) socialmente conformado, de tal forma que não poderá levar a bem as reformas necessárias, porque se alienará do núcleo da sua base social que é constituído de coligações de grupos de interesses que ganham com «as rendas da situação» engendrada pela distorção introduzida pelas políticas governamentais”⁴⁶.

Nicolas Van de Walle no seu trabalho sobre Reformas Económicas em África 1980–2000, considerou que, ao nível interno, existem 3 obstáculos para as políticas públicas dentro dos aparelhos de Estado em África:

1. O interesse material das elites seniores do Estado;
2. Os obstáculos ideológicos;
3. A fraca capacidade do Estado.

Esse autor, acrescenta aos outros o problema da fraca capacidade do Estado em conceber e executar políticas, argumentando que estes factores estão inter-relacionados através de sinergias negativas. Essa fraca capacidade reforça a tendência neopatrimonial dentro do Estado, levando a que o interesse político das elites estatais seja muitas vezes pactuante com a tendência para a intervenção do Estado na economia.

Esse professor da Michigan State University acrescenta ainda que “(...) a natureza do poder político, o baixo rendimento dos países de África constituem a chave para entender o curso das reformas políticas tentadas na região”.

Há também contribuições analíticas africanas que teorizam e descrevem estas práticas, argumentando que o exercício do poder opera-se essencialmente através das políticas de clientelismo e pela lógica do neopatrimonialismo.

Esse neopatrimonialismo põe em causa a reforma das políticas na África contemporânea, porque o clientelismo é baseado no uso extensivo e abusivo dos recursos do Estado, o que inevitavelmente produz grandes intervencionismos nas políticas económicas.

Por outro lado, as reformas económicas são concebidas em função daquilo que as elites políticas africanas entendem e não pelos fundamentos conceptuais que deveriam estar subjacentes às opções de políticas públicas. Como diz Nicolas van de Walle “a

⁴⁵ Jeffrey Frieden, “Classes, Sectors and Foreign Debt in Latin America, in Comparative Politics, Vol. 21 (Outubro 1988).

⁴⁶ Giovanni Andrea Cornia, Rolph van der Hoeven e Thandika Mkandawire, “L’Afrique vers la reprise économique. Capítulo VII-Vue d’ensemble sur une stratégie de développement à long terme », 1992.

liberalização económica é impopular, não porque tenha implicações políticas, mas porque tira ao Governo africano instrumentos-chave de estabilidade política”⁴⁷.

Entretanto, a África tem testemunhado um incremento no número de indivíduos com aptidões e formação. Mesmo assim, e por paradoxal que pareça, alguns observadores constataam que a capacidade do Estado não está melhorando e actualmente pode-se mesmo considerar que está em declínio. Essa é também a opinião dos Governadores Africanos do Banco Mundial, expressa por ocasião da apresentação do seu relatório em 1996, em que se relatam que “quase todos os países africanos têm testemunhado uma regressão sistemática das suas competências nos últimos 30 anos”.⁴⁸

Investir na educação é, portanto, uma recomendação importante, se se pretende um crescimento a longo prazo. Alguns países, como é caso da China Taipei adoptaram políticas nessa matéria, dando prioridade sucessivamente ao ensino primário, depois ao secundário, e depois ao superior. Graças a essas políticas voluntaristas e bem orientadas, a educação contribuiu para 9% do crescimento e 23% do acréscimo da produtividade entre 1951 e 1991.

Mas, para o caso particular de STP, é preciso ter em conta a inadequação entre a oferta e a procura de qualificações, que pode resultar também dum ambiente económico desfavorável à utilização eficaz do trabalho qualificado disponível, de tal forma que este seja desperdiçado. É preciso que as políticas que possam influenciar a estrutura económica condicionem consequentemente a utilização eficiente das qualificações oferecidas, não incorrendo em erros semelhantes aos do período pós independência.

Neste âmbito, o continente africano tem debatido nos últimos 40 anos estratégias e vias de desenvolvimento e, mesmo assim, persistem ainda desacordos consideráveis sobre a concepção das políticas públicas e do desenvolvimento.

No entanto, face a este conjunto de questões, considera-se que uma estratégia para STP, neste novo século, deverá inspirar-se em 3 grandes constatações que emergiram dos debates nestes últimos anos:

- A incapacidade de introduzir modificações nas estruturas de produção e de trocas e de modernizar a produção alimentar;

⁴⁷ Idem 46

⁴⁸ African Governors of the World Bank, Partnership for Capacity Building in Africa: Strategy and Program of Action: a Report to Mr. James D. Wolfensohn, President of the World Bank Group, Washington, Setembro 1996.

- A negligência do “factor humano” no desenvolvimento e o agravamento dos problemas do emprego, da pobreza e do bem estar durante os anos 80;
- A vulnerabilidade persistente do crescimento, do ponto de vista da balança de pagamentos, e a necessidade de aumentar as exportações (não tradicionais).

Concretamente STP nunca teve uma política de desenvolvimento consequente. Podem-se registar ao longo da sua história recente três gerações de políticas. No início, uma política de ajustamento visando, sobretudo, estabilizar a economia com medidas de gestão da procura a curto prazo. Foi evidente que estas políticas levaram à perdas consideráveis de produção sem, no entanto, ter suprimido as causas fundamentais do desequilíbrio na balança de pagamentos. Posteriormente, estas políticas deram lugar à geração dum conjunto de medidas mais completas visando reproduzir um ajustamento estrutural. Os efeitos sociais destas duas primeiras gerações de políticas foram nulas. As políticas de ajustamento tiveram consequências negativas, em particular para as classes mais desfavorecidas, a classe média e os pequenos produtores agrícolas. Por isso, abre-se caminho para uma terceira geração de políticas de ajustamento que reconhecem abertamente a importância de factores sociais paralelamente à necessidade dum mudança estrutural e dum crescimento viável a longo prazo. É devido a isto que a política de ajustamento estrutural se deveria inscrever numa estratégia de longo prazo, visando objectivos bem identificados e compatíveis com as estratégias.

É também verdade que muitas das políticas de ajustamento, contemplando a redução das despesas públicas, a restrição do crédito, o desenvolvimento das exportações dos produtos de base e a liberalização rápida das importações, entram, segundo o ponto de vista de alguns autores, em conflito com a necessidade de se atingir os objectivos de longo prazo.

STP precisa adoptar uma outra via, de forma a conciliar explicitamente, por um lado, a necessidade de curto prazo dum estabilização não deflacionista e centrada nos problemas humanos e sociais, e por outro, a supressão progressiva das distorções e fraquezas estruturais, assim como objectivos realistas a atingir com o desenvolvimento a longo prazo, pois a verdade é que “(..) as políticas introduzidas nos países de África Subsahariana pelo FMI e BM foram pouco diferenciadas segundo os países”.⁴⁹

⁴⁹ Idem 46

O país necessita conceber da melhor forma as suas políticas perspectivando um desenvolvimento a longo prazo, já que os seus maus resultados parecem estar associados a políticas inadequadas, degradação da situação externa e contradições e incoerências nas medidas adoptadas durante a concepção do programa de ajustamento.

Convém, no entanto, que essas observações sejam examinadas com cuidado, já que a coerência de estratégias a empreender, pressupõe ter em conta a história. Como foi posto à luz em numerosos escritos relativos ao capital humano, as despesas consagradas às actividades pertinentes e eficazes nos domínios da saúde, da educação e da formação reforçam o crescimento e caracterizam-se, de facto, por taxas sociais de rendimento mais elevadas e por períodos de gestação mais curtos do que todos ou quase todos os investimentos em infra-estruturas e nas indústrias.

Deve-se ter em conta que uma nova política para a descolagem do desenvolvimento está na redistribuição dos activos e de outros meios de produção que têm sido efectuados e são relativamente eficazes. Por um lado, transferem-se recursos para os produtores onde a produtividade total dos factores é mais elevada, enquanto, por outro, mobiliza-se a mão-de-obra de forma mais intensiva. Agora, a curto prazo, estas medidas exigem que o preço do capital e da mão-de-obra seja fixado conforme a sua raridade, tudo para que os pequenos agricultores possam beneficiar duma parte dos recursos em capital limitado a longo prazo, e a substituição das exportações não se realize sem um investimento prévio em capital humano. Apesar deste último não ser uma condição **suficiente** para conseguir um crescimento das exportações fazendo intensivamente apelo a mão-de-obra, é uma condição **necessária** de êxito.

Alguns países como a China Taipei (Fei e outros 1979)⁵⁰, Costa Rica (Mata e Rosero 1988)⁵¹ e mais recentemente Tailândia (Kiranandana e Tontisirin 1992)⁵², (Robinson e outros 1991)⁵³, conseguiram grandes êxitos no processo da redistribuição dos activos (particularmente na agricultura), nos investimentos públicos em capital humano e no

⁵⁰ Fei J., Ranis G. e Kuo S., Growth with Equit: The Taiwam Case (Nova York: Oxford University Press, 1979)

⁵¹ Mata L. E Rosero L., National Health and Social Development in Costa Rica: Estudo de Caso de Acção Intersectorial, Paper nº13 (Washington, DC: Organização Pan Americana da Saúde, 1988)

⁵² Kiranandana T. E Tontisirin K., «Thailand Estudo de Caso sobre o Financiamento da Saúde/Serviços de Nutrição durante os anos 80 e Opções para a Próxima Década» Paper nº23 (Florence: Centro de Desenvolvimento Internacional para Crianças, UNICEF, 1982).

⁵³ Robinson D., Byeon Y. e Teja R. em colaboração com Tseng W., «Thailand: Adjusting to Success-Current Policy Issues», Paper nº 85 (Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Outubro, 1991).

encorajamento das exportações de bens e serviços, onde a produção faz apelo ao uso de mão-de-obra intensiva.

No entanto, esta estratégia de desenvolvimento pode ser censurada, por depender, para ter êxito, dum fluxo substancial de recursos externos.

Por isso o país terá de adoptar uma nova estratégia assente num “motor de crescimento” com base na criação de pequenas explorações agrícolas e em pequenas e médias empresas industriais que possuam vínculos efectivos com a pequena agricultura ou que produzam bens e serviços procurados pela grande massa da população. A impulsão desse motor de crescimento exige, por conseguinte, uma **redistribuição** substancial da propriedade dos activos, nomeadamente da terra, assim como o acesso ao crédito, às divisas estrangeiras, à educação, à formação e aos serviços de apoio industrial e agrícola a favor dos pequenos agricultores, dos pequenos produtores industriais e dos produtores industriais do sector informal.

As acções empreendidas nesse sentido terão como resultado a **melhoria da repartição do rendimento** no sector urbano e no sector rural e, conseqüentemente, uma atenuação da pobreza em geral. É de se ter em conta nesse quadro que nas economias como a de STP, “(...) onde a terra, o capital e as divisas são raras, os pequenos exploradores agrícolas, as pequenas e médias indústrias e os produtores do sector informal tendem a maximizar a produtividade dos factores de produção mais raros.” (Berry e Cline 1979⁵⁴, Lele e Agarwal 1989⁵⁵, Pack 1982, Liedholm e Mead 1985⁵⁶).

É de se ter ainda em conta que, não havendo indícios de resistência política e posicionamentos em função de interesses adquiridos, a redistribuição dos recursos em proveito dos pequenos e médios produtores tenderá a engendrar um **crescimento da produção mais rápido e assente numa base temporariamente mais alargada**.

Embora a produção do interior jogue um papel predominante na revitalização do mercado urbano, tradicionalmente abastecido a partir das grandes empresas, a nova dinâmica das pequenas produções atenderão prioritariamente o consumo local antes de permitir um contínuo abastecimento dos mercados urbanos.

⁵⁴ Berry R. A e Cline W. R., *Agrarian Structure and Productivity in Developing Countries* Baltimore, Md, e Londres: Johns Hopkins University Press, 1979).

⁵⁵ Lele U. e Agarwal M., *Smallholder and Large-Scale Agriculture: Are There Trade-Offs in Growth and Equity?* (Washington, DC: Banco Mundial, 1989).

⁵⁶ Liedholm C. e Mead D., «Small-Scale Industry in Africa», Documentos para a Assembleia de Estudos Africanos, New Orleans, 1985.

Portanto, numa primeira fase, permitirá a STP acelerar a produção e assegurar a auto-suficiência alimentar, ainda que a curto prazo possa haver uma diminuição das quantidades de produtos alimentares vendidos nas zonas urbanas do país.

Mas estas políticas só serão passíveis de êxito se houver uma política macro-económica com impacto sobre o comportamento dos investidores. A fraqueza da poupança interna numa economia como a de STP está sempre associada à poupança do sector público e, por consequência, uma política orçamental sã é condição prévia para todo crescimento sustentado a longo prazo.

Como mostra um estudo do Banco Mundial sobre o “milagre asiático”, as políticas macro-económicas sãs constituem um elemento-chave das economias daquela região. Ao contrário, o revés do crescimento em África é atribuído pelo Banco Mundial à gestão deficiente das políticas macro-económicas⁵⁷.

O progresso requer também a supressão dos obstáculos associados aos preços, nomeadamente as infra-estruturas medíocres ou uma I&D insuficiente. Torna-se necessário evitar a subida dos preços dos produtos de exportação (obtidos devido a desvalorização) que não acompanharam as altas comparáveis das culturas agrícolas, pois, uma tal política conduzirá a um aumento das importações e à aceleração da inflação.⁵⁸

Esta estratégia aliviará a pressão sobre a balança de pagamentos e permitirá, a curto prazo, a redução das importações alimentares, e a médio prazo, será benéfica para o conjunto da economia santomense, já que a importação alimentar em STP representa 20 a 25% das importações anuais.

Ademais, o aumento dos ganhos das famílias rurais de baixo rendimento levará a um aumento da procura de produtos alimentares e bens e serviços não alimentares de produção local, contrariamente à fisionomia da procura dos grandes centros urbanos que tendem a comprar proporcionalmente mais bens de luxo e produtos importados⁵⁹. Esta mudança de estrutura é, por si só, um estimulador para a expansão das **indústrias rurais** e para uma melhoria de ligação entre a agricultura e os outros sectores.

⁵⁷ Banco Mundial, L'Adjustment en Afrique, réformes, résultats et chemin à parcourir, Washington, DC, 1994.

⁵⁸ Loxley J., The African Framework for Structural Adjustment: In Alternative Approach», mimeó (preparado para a Organização da Unidade Africana e a Comissão da Nações Unidas para a África, 1988).

⁵⁹ Van der Hoeven R., Planning for Basic Needs: A Soft Option or a Solid Policy? (Aldershot: Gower, 1988).

Nalguns países, a acumulação do capital tem servido para o relançamento do crescimento, mas noutros, como é o caso de São Tomé e Príncipe, o mesmo pode não se verificar.

Como mostra o exemplo da China Taipei⁶⁰ durante muitos anos verificou-se um aumento regular da produtividade global dos factores, tendo-se mesmo, em meados dos anos 80, verificado uma aceleração, com o aparecimento de ganhos de produtividade mais rápidos, devido aos fortes investimentos em investigação e desenvolvimento e na educação superior.

Ao contrário, os países africanos e a maioria dos países latino americanos⁶¹ conheceram, em geral, uma deterioração da produtividade global dos factores, o que quer dizer que não operaram qualquer recuperação tecnológica durante este período.

A abertura ao mercado externo permite tirar partido dos progressos tecnológicos realizados nos países mais avançados, quer seja através de importações de bens e equipamentos e de “intrans”, ou através da familiarização com os novos produtos oferecidos nos mercados internacionais.

Para uma economia de pequena dimensão como a de STP, a abertura ao exterior é também o único meio das empresas acederem a um mercado de grande dimensão, o que constitui uma necessidade para melhorar a eficácia técnica da produção em benefício dos efeitos das economias de escala. Por outro lado, a abertura ao exterior é igualmente indispensável para assegurar/reforçar o desenvolvimento de comportamentos concorrenciais por parte das empresas. Os estudos de Sachs e Warner (1995)⁶², que propõem um indicador compósito de abertura comercial, confirmam a tese segundo a qual, uma economia fechada ao exterior não poderá desenvolver-se rapidamente. Maddison (1995)⁶³ chegou à mesma conclusão, depois do exame da evolução do crescimento mundial depois de 1820.

Mas a abertura ao exterior deve ser acompanhada por um conjunto de medidas e de políticas que assegurem um ambiente propício a um crescimento baseado na integração na economia regional e mundial.

⁶⁰ Idem 41

⁶¹ Com excepção do Brasil, Chile e Colômbia.

⁶² Sachs, J. D. e Warner, “Economic Reform and the Process of Global Integration”, Brookings Papers on Economic Activity, nº 1, 1995.

⁶³ Maddison, A., L’Economie mondiale 1820-1992, Analyse et statistiques, Centro do Desenvolvimento da OCDE, Paris, 1995.

Devido aos constrangimentos já apresentados, particularmente a pequena dimensão e isolamento do território e, conseqüentemente, do mercado de consumo, o mercado regional poderá e deverá ser uma saída para os excedentes de produção, pois com a criação de pequenas indústrias, os “(...) crescimentos a médio e longo prazo, **da especialização e das trocas na sub-região da África Central**, poderão arrastar para um alargamento e uma diferenciação considerável da estrutura da produção em África e contribuir ainda, para a redução do défice comercial da região”⁶⁴.

Sabemos que a racionalização da indústria numa base regional permitirá rectificar os erros anteriores de planificação e aumentar as trocas inter-africanas (que não passam hoje de 3% do total) e levar a uma melhor integração dos Estados africanos nesse processo de globalização das economias.

Mas para tal é preciso que as organizações regionais funcionem devendo, no entanto, reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias intra-africanas e criando infra-estruturas materiais e monetárias exigidas para o desenvolvimento das trocas. É necessário durante determinados períodos instaurar o aumento das taxas aduaneiras para o exterior com vista à protecção das “indústria nascente”, uma **protecção selectiva** contra as importações provenientes do exterior da região, susceptíveis de fazer concorrência à sua produção. Mas são também precisas políticas que garantam uma verdadeira concorrência no plano nacional e regional.

Apesar da necessidade de substituição das importações de modo a reduzir o défice comercial e economizar divisas estrangeiras que são escassas, as exportações destinadas ao resto do mundo deverão aumentar em proporções consideráveis. As divisas suplementares necessárias deverão, no entanto, vir da substituição das exportações de produtos de base na agricultura e na indústria. A experiência de alguns países como as Ilhas Maurícias e a China demonstraram que é possível fazer crescer rapidamente as exportações de artigos manufacturados não tradicionais produzidos nos sectores de pequenas indústrias de mão-de-obra intensiva, desde que haja capacidade humana adequada e que sejam introduzidas políticas de incentivo e criadas instituições eficazes de suporte.

Para além dos incentivos gerais à exportação, já fornecidos pelos ajustamentos consideráveis das taxas de câmbio, é necessário, por outro lado, a introdução de

⁶⁴ Ranis G., «Asian and Latin American Experience: Lessons for Africa», Documento apresentado no

incentivos específicos às “indústrias exportadoras nascentes” cujos produtos possuem vantagens comparativas.

Como a grande parte destes produtos são sazonais e produzidas em pequenas explorações através de parcelas de terras concedidas pelo Estado, o sucesso das exportações primárias dependerá dos mecanismos que permitam proporcionar aos pequenos agricultores o acesso à terra, à irrigação e a intermediários comerciais e financeiros adequados.

Esta nova estratégia de crescimento aqui apresentada exige, sem dúvida nenhuma, um forte investimento na capacidade humana. É um fim em si, mas também uma condição indispensável, se quisermos melhorar a longo prazo a produtividade agrícola e industrial, captar e adoptar o saber fazer necessário a alguma autonomia tecnológica, e reduzir progressivamente as taxas de mortalidade, de morbilidade e de fecundidade que persistem muito elevadas.

Por outro lado, é preciso aumentar as despesas públicas consagradas à saúde, à planificação familiar, à educação, à formação profissional e à nutrição, ao mesmo tempo que continuam a ser feitos esforços visando melhorar a pertinência e a eficácia em relação aos custos dos serviços sociais.

Mas isto só não resolverá seguramente os graves problemas de São Tomé e Príncipe. É preciso aumentar os investimentos a favor dos pequenos exploradores agrícolas, das infra-estruturas rurais, da formação do capital humano, a favor também das pequenas e médias empresas e de grandes projectos regionais cuja viabilidade seja comprovada. Tudo isto tem que ser uma característica importante da nova estratégia.

Os investimentos públicos nas infra-estruturas rurais e de desenvolvimento da capacidade humana poderão ser financiadas no quadro de uma revisão das prioridades em matéria das despesas públicas e através de um aumento da poupança pública e privada, por um lado, e, por outro, através da redução das despesas com a defesa e dos juros sobre a dívida externa. Para acompanhar todo este processo, é preciso uma reforma fiscal profunda que vise o crescimento das receitas, a melhoria da eficácia e a equidade da fiscalidade, alargando a base tributária.

Cornia e Stewart 1990⁶⁵ diziam que, era preciso em África uma “reforma fiscal que evitasse a diminuição a curto prazo das receitas fiscais ...”, e que deveria haver um “(...) aumento das receitas fiscais e não uma compressão das despesas públicas consagradas aos «bens colectivos» indispensáveis”.

Mas que políticas serão necessárias para a descolagem económica de São Tomé e Príncipe?

Até ao presente vimos seguindo um raciocínio segundo o qual há uma relação intrínseca entre as políticas públicas e as “performances” da economia. É de se reconhecer, no entanto, que determinadas políticas públicas podem produzir um efeito retardador e a tal ponto que inviabilizam as possibilidades de inversão.

As políticas intervencionistas de “repressão financeira”⁶⁶, por exemplo, são muito nocivas, quer sejam numa economia inicialmente pobre ou rica. Estas políticas podem destruir total ou parcialmente o sistema financeiro, podendo tornar a sua inversão inoperante. Com efeito, logo que uma economia entra numa “armadilha de pobreza” é extremamente difícil sair dela. Só uma política voluntarista de grandes dimensões, destinada a recriar todas as peças dum sector financeiro viável, poderá acabar com o processo cumulativo de regressão simultânea na esfera real e financeira da actividade económica. Por isso, se é fácil destruir um sistema financeiro com políticas tradicionais de “repressão financeira”, a sua inversão, que constitui a liberalização financeira, será difícil de conduzir.

Outro aspecto importante é o desenvolvimento da educação, que se deve associar também numa interacção recíproca com o crescimento, dando origem a equilíbrios múltiplos. Com efeito, a acumulação do capital humano depende, por várias razões, do nível de desenvolvimento atingido pela economia. Em primeiro lugar, a eficácia do sistema educativo pode depender da quantidade de capital humano já disponível na economia, de tal modo, que a procura da educação seja tanto mais elevada quanto o nível já atingido. Em segundo lugar, o financiamento das despesas com a educação, que é na maior parte dos países assegurado pelas autoridades públicas, será mais restringida quando a economia é mais pobre.

⁶⁵ Cornia G. A. e Stewart F., «The Fiscal System, Adjustment and Poor», Recherche Economic, vol. XLIV, nº 2-3 (Abril-Setembro 1990).

⁶⁶ Medidas administrativas que podem bloqueiar o desenvolvimento do sector financeiro.

Numa economia pobre, como é o caso de STP, é muito difícil reunir receitas fiscais necessárias ao financiamento das políticas de despesas públicas. Por isso, a oferta da educação será por si só mais fraca quando a economia é mais pobre. A fraqueza do capital humano e a pobreza da economia reforçam-se mutuamente, de tal forma que a economia pode alternativamente ver-se bloqueada numa armadilha de pobreza ou, ao contrário, entrar num processo de crescimento sustentado, conforme o seu capital humano.

Por isso, a interferência das políticas públicas pode ser determinante. Uma política de subvenção da educação, assente na prioridade dada à educação nas despesas públicas, pode revelar-se indispensável para a saída da economia dum situação de subdesenvolvimento inicial. Da mesma forma, as políticas que podem afectar a eficácia do capital humano, como a política comercial, terão um impacto potencialmente importante na descolagem económica.

O mesmo pode acontecer com outros tipos de despesas públicas, como as despesas com a infra-estrutura que podem ser a fonte de crescimento devido a externalidades que geram, principalmente através da redução dos custos de transacção. Pode-se mesmo concluir que os investimentos públicos exercem uma influência notável no crescimento.

A ilação que se pode tirar deste raciocínio, é que há uma circularidade entre o crescimento e as despesas públicas portadora de crescimento, mas não implica que não seja possível pôr em pratica as políticas de despesas públicas. As despesas realizadas têm uma influência significativa nas condições que determinam a existência dum armadilha da pobreza, e a qualidade das políticas públicas influenciam o volume das despesas e determinam em grande medida a capacidade dum economia de garantir ou não a sua descolagem para sair da armadilha da pobreza inicial.

A eficiência das despesas públicas não é possível se a utilização dos fundos públicos for mal controlada; deste ponto de vista, é essencial que os Governos prestem contas, seguindo os procedimentos que assegurem uma grande transparência. Ora, todas estas condições podem ser particularmente difíceis de reunir numa economia pobre.

Neste estágio, verificam-se também fenómenos, cuja presença interfere na garantia da transparência, como está explanado na literatura sobre a corrupção: se poucos agentes são corrompidos, as incitações à corrupção serão fracas, contrariamente ao que se passa

num sistema onde a corrupção é generalizada⁶⁷. Consequentemente, o progresso neste domínio implica reformas radicais, mais do que acções graduais. Em última instância, é a vontade política dos dirigentes dum país em favorecer o progresso económico e social que determina a qualidade das políticas assumidas e as chances de sucesso.

Alguns dos factores determinantes do crescimento têm de ser analisados, tendo em conta a dimensão de São Tomé e Príncipe, para se passar às recomendações de políticas concretas que permitam eliminar os obstáculos.

Em primeiro lugar, o crescimento demográfico é difícil de dominar. O número de crianças em idade escolar ultrapassa a capacidade existente em matéria de financiamento da educação não sendo, portanto, possível um crescimento do desenvolvimento rápido do capital humano.

Em segundo lugar, o país tem falta, não somente de mão-de-obra qualificada nas actividades de produção de bens e serviços, como também de quadros competentes e em número suficiente para conceber e administrar a política económica. Isto faz com que não seja possível pôr em prática uma estratégia de crescimento elaborada, que exija um seguimento detalhado por parte do poder público.

Em terceiro lugar, uma estratégia de crescimento não poderá ser seriamente objectivada num clima de forte incerteza do quadro político e das instituições nacionais. A credibilidade das políticas previstas deverá ser estabelecida de modo a que sejam eficazes, o que não poderá acontecer com Governos fracos ou sem uma visão clara do futuro.

Em quarto lugar, o país conhece algumas situações de instabilidade política e de má gestão dos negócios públicos. É claro que estas situações, constituem um pesado passivo para os governantes actuais, mesmo que não sejam responsáveis por esses erros.

Mesmo tendo uma situação política estabilizada e um Governo verdadeiramente decidido a incentivar o progresso económico e social a longo prazo, é necessário estabelecer uma visão clara a longo prazo. Mas para isso, são necessários quadros competentes, em quantidade e especialidade, já que o país geriu durante muitos anos a sua política económica sem continuidade nem uma verdadeira estratégia. A fase de ajustamento dos anos 80 trouxe uma certa coerência no manejo das políticas, mas estas

⁶⁷ Bardhan, P. Le rôle de la bonne gestion des affaires publiques dans le développement: une approche d'économie politique, Centro do Desenvolvimento da OCDE, Paris.

foram concebidas mais por instituições financeiras internacionais do que pelo próprio país. Por este facto, resultou numa política que não foi verdadeiramente internalizada pelos que a aplicam. Estas políticas tiveram como horizonte programas de ajustamentos, concebidos para alguns anos e não para longo prazo.

Uma visão de longo prazo deve evidentemente basear-se na experiência adquirida por outros países em matéria de impacto das políticas públicas no crescimento e, deste ponto de vista, não se deverão negligenciar as recomendações feitas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Por outro lado, é preciso ter em conta as fraquezas e forças nacionais e permitir que debates em torno de políticas públicas visando obter consensos, sem os quais a sua aplicação se revelará a prazo, politicamente insustentável e economicamente irrealista.

As experiências adquiridas mostram que as estratégias de crescimento ganhadoras são aquelas que se apoiam, na medida do possível, nas forças do mercado. No mesmo espírito, a visão a longo prazo a desenvolver para o país deverá ter em conta a globalização da economia mundial. Mas, esta política de liberalização deve ser assumida de forma realista, tendo em conta a fraqueza do aparelho produtivo. A estratégia a levar a cabo não terá êxito se se negligenciar o constrangimento da competitividade das actividades de trocas e, nomeadamente, da indústria manufactureira.

Várias são, portanto, as etapas para se obter uma estrutura económica que favoreça a descolagem e um crescimento a longo prazo. As medidas macro-económicas já em curso são um bom princípio. A longo prazo, os sectores de bens de troca portadores de crescimento nos quais a economia pode obter vantagens comparativas, devem ser identificados. Mas é claro que é o mercado, antes do Estado, que identifica os sectores e as sua performances. Uma intervenção pública ao nível sectorial pode revelar-se inútil.

No entanto, o Estado tem um importante papel a jogar, pondo em actividade as instituições necessárias ao bom funcionamento dos mecanismos de mercado, na realização de infra-estruturas e na criação e aplicação de regras institucionais eficazes que favoreçam a boa alocação de recursos nestes mercados, nomeadamente no mercado financeiro.

A modernização do sistema financeiro é de capital importância nesta estratégia, insistindo-se pela sua urgência, devido aos longos períodos necessários para constituir

um aparelho produtivo moderno e eficaz de que São Tomé e Príncipe necessita. Esta modernização é urgente, porque ela constitui elemento complementar para outras acções a empreender, tais como a abertura comercial que se revelou ineficaz porque o sistema financeiro é insuficientemente desenvolvido. Isso justifica-se simplesmente pelo facto de a liberdade de troca supor uma grande capacidade da economia de mover os factores de produção, nomeadamente do capital, para os sectores que oferecem melhores perspectivas comerciais. Segundo o Banco Mundial⁶⁸, os programas de privatização em economias fortemente estatizadas não foram eficazes, também devido à ausência dum sistema financeiro suficientemente desenvolvido.

5.1. Opções de desenvolvimento a médio prazo

Apesar dos trunfos não negligenciáveis - condições geoclimáticas favoráveis à produção alimentar, potencial turístico, nível de educação globalmente superiores à média dos países da África Subsaariana, e ajuda internacional excepcionalmente elevada - STP não conseguiu, em aproximadamente vinte e cinco anos de independência, criar condições para um desenvolvimento sustentado e durável. Ao contrario, o país conhece hoje uma grande crise expressa, como já vimos nos capítulos anteriores, a vários níveis:

a) ao nível da dinâmica produtiva

Na entrada do terceiro milénio, os níveis de crescimento continuam fracos e a economia pouco diversificada. Várias razões explicam esta ausência de dinâmica produtiva. A estrutura de produção está associada a um sector primário assente na cultura do cacau, a um sector secundário praticamente moribundo e a um sector terciário hiper-atrofiado e é dominada por uma administração pública ineficaz e um sector comercial conservador. Por outro lado, salvo alguns comportamentos próprios de uma economia de mercado, o ambiente do sector privado permanece comprimido e ainda pouco atractivo para novos investidores, que necessitam dum quadro legal e fiscal, dum sistema bancário e financeiro e de acesso aos factores de produção. Enfim, o financiamento da economia continua a depender de maneira directa ou indirecta da ajuda internacional que passa particularmente pelos investimentos públicos. O desafio consiste em estabelecer

⁶⁸ Demirgüç-Kunt e Levine, *The Financial System and Public Sector Reform*, ronéo, Banco Mundial, Washington, DC, 1994.

políticas públicas de promoção do sector privado que favoreçam, em particular, os sectores da agricultura e dos serviços, a diversificação da produção e o desenvolvimento de novos nichos de exportação.

b) ao nível dos equilíbrios macro-económicos

Desde o início dos anos 80 o poder público vem praticando uma política de défice público largamente financiada através do recurso aos empréstimos externos e pela expansão da oferta da moeda. A ajuda externa tem permitido contrabalançar a baixa de divisas ligadas à exportação do cacau, mas a fraqueza do sistema de planeamento vem conduzindo o Estado a hipotecar o futuro. Em primeiro lugar tem-se deixado a dívida atingir proporções insustentáveis. Em seguida, têm-se efectuado escolhas erróneas na alocação dos créditos ao investimento público. Enfim, têm-se tomado medidas económicas e financeiras que desencorajam a iniciativa privada, nomeadamente ao nível do sector rural. O país não está, desta forma, em condições de ter engajamentos necessários à melhoria da sua situação financeira. A crise financeira teve um impacto desastroso, tanto ao nível da dinâmica do sector privado, como na realização de programas sociais. Conduziu também os parceiros estrangeiros tradicionais a afastarem-se. Os esforços de rigor só se manifestaram depois de 1998 e os sinais de encorajamento foram registados ao nível da inflação, do mercado de câmbio ou das receitas fiscais. O país deve, no entanto, continuar, durante os próximos anos, a gerir desequilíbrios estruturais do financiamento público em que as duas características principais são o fraco nível de receitas correntes, tirando as doações (menos de 10 milhões de US\$) e um encargo anual considerável, representado pelo serviço da dívida pública. O jogo consiste em manter a linha seguida pela política de rigor assumida depois de 1998, assegurando a aplicação rápida de medidas estruturais relativas à fiscalidade, à racionalização no quadro do orçamento das despesas e à redução negociada do endividamento externo.

c) ao nível social

Os efeitos conjugados da atonia do sector produtivo e da crise do financiamento público conduziram a uma grave crise social. Isto afectou mais seriamente a população mais desfavorecida: erosão rápida do poder de compra, problemas crónicos de sub-emprego, degradação das prestações dos serviços sociais de base e deterioração geral das condições de vida.

A crise afecta igualmente a classe média urbana – essencialmente composta de funcionários – que procura hoje, pelo desenvolvimento de mais do que uma actividade, compensar a baixa vertiginosa dos salários recebidos no sector público.

O sector da educação não está em condições de oferecer uma educação de base de qualidade devido à falta de escolas, de professores suficientemente qualificados e de manuais e materiais escolares. A qualidade do ensino secundário é ainda mais crítica, tendo em conta a elevada taxa de ingresso dos alunos e o nível insuficiente de formação dos professores. Quanto ao ensino técnico profissional, está dependente de financiamentos externos (dotação orçamental irrisória e ausência de capacidade de auto-financiamento) e é incapaz, no estado actual, de responder aos desafios duma qualificação mínima dos jovens, necessária para ter alguma oportunidade de emprego.

O paludismo, primeira causa da mortalidade, tem efeitos económicos importantes. Os serviços de saúde sofrem por sua vez da ausência de equipamentos, bem como uma desmotivação completa dos agentes de cuidados primários de saúde. O acesso aos cuidados é, por outro lado, desigual segundo as regiões. Os problemas da saúde estão muito ligados às dificuldades encontradas no domínio de aprovisionamento em água potável e, sobretudo, de saneamento, onde a situação é crítica.

O emprego, enfim, constitui outro maior desafio. Do lado da oferta, as oportunidades de emprego são poucas, tendo em conta os níveis actuais de crescimento e diversificação da economia. Do lado da procura, assiste-se a um fluxo cada vez maior de jovens saindo do sistema escolar, na sua maioria sem qualificação profissional ou sem a preparação necessária para seguir formação no exterior (ausência da 12ª classe).

Em todos estes domínios, o Estado deverá, em primeiro lugar melhorar, graças nomeadamente a uma realocação dos créditos públicos, a sua capacidade de resposta em relação à procura dos serviços sociais de base – ensino, saúde, água, saneamento e habitação. Deve igualmente, dispor duma verdadeira estratégia de luta contra a pobreza – em particular ao nível da promoção do emprego no sector privado – e criar as condições para a implantação de um sistema de formação adaptado ao mercado de trabalho e suficientemente selectivo para ter em conta os constrangimentos do financiamento público.

c) ao nível global das capacidades nacionais de gestão

A fraca capacidade do Estado é um problema que afecta todos os sectores e todas as actividades económicas e sociais. Quer seja do Estado, dos operadores económicos ou da sociedade civil, as acções devem ser dirigidas para eliminar a falta de qualificação, do saber fazer e de recursos materiais e financeiros. Estas preocupações devem colocar-se no centro do desenvolvimento nacional.

Ao nível das instituições públicas, esta ausência de capacidade explica largamente a má utilização da assistência externa, a fraqueza da autoridade do Estado, a lentidão na aplicação de reformas ou ainda a corrupção.

No âmbito dos operadores económicos, o problema põe-se ao nível de fraca capacidade de iniciativa, pela dificuldade de conduzir projectos individuais e colectivos e aplicar métodos de gestão racional das actividades.

Ao nível da sociedade civil, esta fraqueza é também evidente, quando se refere, por exemplo, à organização das diferentes camadas da população em sindicatos ou agrupamentos profissionais e às formas de adesão dos elementos da população aos partidos políticos.

Para superar os desafios que se vêm impondo e mobilizar meios indispensáveis da comunidade internacional, a afirmação duma vontade política e uma verdadeira mobilização social constituem duas condições indispensáveis para o sucesso da nova estratégia de desenvolvimento.

A vontade política deverá traduzir-se, assim, por sinais fortes duma mudança na gestão governamental. O país deverá passar duma situação de má governação a uma gestão pública rigorosa e responsável face aos compromissos internos e externos, buscando a eficácia na aplicação de políticas globais e sectoriais. Para que isto aconteça, deve haver um reforço das capacidades da administração pública, na luta contra a corrupção e aplicação de medidas pertinentes para reforçar a autoridade do Estado.

A mobilização social é outra condição indispensável, pois o país necessita ver reforçado o sentimento nacional e desenvolver uma adesão de todas as camadas da população e do conjunto de forças políticas a um quadro de referência comum baseado no rigor de gestão pública. No plano da política orçamental, a reforma fundiária e as inflexões aportadas às políticas sociais deverão constituir os maiores testes nos próximos anos.

Por isso, de acordo com as teorias já analisadas, a estratégia de desenvolvimento a médio prazo deverá articular-se em torno de quatro eixos principais:

- 1) a estabilização financeira e o regresso aos grandes equilíbrios;
- 2) a promoção do sector privado e a diversificação das actividades produtivas;
- 3) a melhoria da eficácia das políticas sociais;
- 4) a reforma das instituições públicas e o reforço das competências.

Com esta proposta, está em causa a criação de um quadro geral de referência para as políticas públicas, onde as estratégias assentam numa primeira etapa num conjunto de acções públicas que formarão um plano de acção a médio prazo. Este plano permitirá definir no seio de cada política sectorial as medidas e uma proposta de projectos de primeira prioridade que permitam operacionalizar as grandes opções da estratégia de desenvolvimento.

5.1.1. Estabilização financeira e regresso dos grandes equilíbrios

A estabilização financeira é uma das condições indispensáveis para uma nova dinâmica económica. Sem um ambiente macro-económico saneado, nenhum relançamento do sector produtivo poderá ser feito, como o testemunham o impacto dos desequilíbrios públicos actuais no funcionamento da economia real.

Ela condiciona igualmente a mobilização de recursos necessários para assegurar a manutenção e o desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais. Ela constitui, enfim, um ponto de passagem obrigatório para que STP volte a ganhar credibilidade no plano internacional e que a comunidade internacional retome, no quadro de novos programas de cooperação, o seu apoio a três níveis: renegociação da dívida; ajuda à balança de pagamentos e programa de investimentos prioritários.

Considerando que na perspectiva do Governo se pretende demonstrar a vontade de ruptura com os falhanços estruturais constatados depois de numerosos anos na gestão económica e financeira do país, a estabilização financeira deverá traduzir-se na revelação de capacidade do Estado em respeitar os compromissos em relação aos parceiros e garantir a coerência entre as opções de rigor e a execução efectiva das medidas de política económica, financeira e monetária. Estas medidas deverão

contribuir para o restabelecimento duma situação de finanças públicas viável e do reequilíbrio das contas externas.

Esta primeira janela da estratégia está em curso e deverá criar condições para um crescimento sustentado e durável.

Três resultados se esperam com estas medidas:

a) Crescimento das receitas orçamentais

O aumento dos níveis de pressão fiscal – particularmente baixos em São Tomé e Príncipe – constitui um elemento essencial para desanuviar os constrangimentos de financiamento público. É preciso alargar a base fiscal e pôr fim a uma política muito relaxada de isenção, criar uma função de cobrança eficaz e lutar contra a corrupção.

A primeira prioridade deverá ser o prosseguimento das reformas aduaneiras e da administração dos impostos, o que exigirá o reforço de meios humanos capacitados e de materiais de controlo e de luta contra a fraude. Outras medidas que levem ao crescimento das receitas aduaneiras deverão também ser aplicadas, fundamentalmente na (i) refundição da fiscalidade actual que penaliza seriamente o sector privado, nomeadamente agrícola, (ii) simplificação do sistema de tarifas, (iii) aplicação duma política rigorosa e selectiva em matéria de isenção e (iv) procura duma harmonização, a prazo, da fiscalidade com a dos países da sub-região.

b) Domínio das despesas públicas e racionalização das escolhas orçamentais

O Estado deverá, em primeiro lugar, obter o domínio das despesas com o pessoal, com o objectivo da sua estabilização. Este esforço de estabilização implicando a redução já prevista dos efectivos, apoiando-se no novo quadro orgânico proposto em 1999, vai ter consequências ao nível do crescimento da parte da massa salarial no custo total do pessoal, pelo facto da redução drástica dos gastos ligados a missões (23% dos custos com o pessoal em 1998). Estas medidas deverão ter como impacto o seguinte:

- reajustar a dimensão da administração pública às necessidades de serviços e à capacidade interna de financiamento;
- melhorar o nível de qualificação da função pública;
- reduzir o peso das despesas ligados aos cargos administrativos em relação ao conjunto da massa salarial da função pública, em particular na educação;

- revalorizar as remunerações dos funcionários que permanecerem, em particular o pessoal da saúde, do ensino e da administração financeira.

Este último ponto é fundamental, porque condiciona em parte a obtenção dos resultados duráveis no domínio do reforço das capacidades de gestão pública. A compressão dos efectivos, o crescimento das despesas com o pessoal e o recuo da inflação, deverão também permitir em conjunto uma revalorização do poder de compra dos funcionários. Na hipótese da redução da metade dos efectivos da função pública, que deverão ser reconvertidos, e com base nos níveis de inflação (+22,5% no acumulado no período de 1999-2002) e na retenção da massa salarial, o salário médio poderá mesmo triplicar em valor real⁶⁹, o que poderá contribuir para a melhoria da eficiência. Entretanto, está em curso um estudo para a definição dum novo sistema de remuneração e, caso seja aprovado, novas modalidades de contratação dos agentes no seio da administração pública serão propostos em 2001. Ao mesmo tempo, um processo de modernização da administração deverá ser posto em marcha, de modo a obterem-se mudanças qualificativas a longo prazo.

Por outro lado, um melhor controle deverá ser introduzido nas despesas não salariais (missões e deslocações, despesas com energia, combustíveis e telecomunicações) de modo a que cada organismo da Administração Central do Estado saiba exactamente o que deverá gastar.

Com este controle, o Governo estará seguramente em condições de propor um aumento de despesas para o desenvolvimento da educação primária, das unidades periféricas de saúde e dos serviços da administração, considerados estratégicas no âmbito do reforço da capacidade de gestão pública: administração financeira, serviços de inspecção e controle, serviços de planificação e de estatísticas sectoriais.

Ao mesmo tempo, o Governo deverá conter ou suprimir as despesas de transferências para as empresas públicas, devendo ser elaborados estudos de viabilidade para estas empresas e proceder-se, conforme os casos, à sua privatização total ou parcial ou adoptar, em caso de empresas estratégicas, medidas de saneamento.

Um outro aspecto a ter em consideração é a gestão dos investimentos públicos, onde o conjunto do sistema de programação e de gestão deverá ser reorganizado, sendo a programação mais realista, baseada em critérios e procedimentos de inscrição precisos

⁶⁹ Informação fornecida pela Direcção de Finanças.

quando se trate de novos projectos e permitindo, em particular, ter em conta os parâmetros essenciais para a formulação duma política de investimento público: impacto económico e social do projecto, impacto financeiro (encargos recorrentes, endividamento, balança de pagamentos), e respeitando as orientações estratégicas globais e sectoriais de desenvolvimento.

Todo este processo deverá ser acompanhado por uma política de gestão coerente da ajuda externa, porque não é evidente que durante os próximos anos o país venha a dispor de capacidade orçamental mínima para fazer face à falta de infra-estruturas económicas e de serviços sociais de base, bem como para a luta contra a pobreza. Entretanto, este processo é transitório, pois a médio e longo prazo o Estado deverá estar em condições de ter uma participação com recursos próprios, pelo menos para a grande parte dos projectos. Tudo isto deverá ser plasmado num Plano de Acções Prioritárias que poderá ser viabilizado com a contribuição dos doadores.

5.1.2. A promoção do sector privado e a diversificação das actividades produtivas

Tendo em conta os “handicaps” económicos de que sofre o país, a acção pública nesta matéria deverá visar duas ordens de prioridades:

- aplicação dum conjunto de medidas de carácter transversal destinadas a melhorar a envolvente do sector privado, tais como melhoria das infra-estruturas de transportes internos, diversificação dos meios de comunicação com o exterior, medidas de redução dos custos dos factores, consolidação do sector bancário e promoção de instituições dos seguros (actualmente inexistentes), simplificação dos procedimentos administrativos ou ainda dispositivos de incitação ao investimento;
- compromisso do Governo nas políticas voluntaristas para os principais sectores prioritários, em particular na agricultura e no turismo, com o triplo objectivo de reabilitação da taxa de crescimento, diversificação da produção e emergência de novas alternativas de exportação.

a) Promoção do sector privado

Duma maneira geral, a estratégia de promoção do sector privado deverá assentar no princípio duma intervenção limitada do Estado que terá todavia um papel essencial de orientação e de facilitação na criação do ambiente favorável aos operadores privados, pois uma intervenção pública ao nível sectorial é inútil (ver a experiência da Ásia do

Leste⁷⁰) e talvez prejudicial, como ficou demonstrado no revés das políticas de alocação sectorial do crédito praticado em diversos países.

O Estado deverá preparar as instituições para o bom funcionamento dos mecanismos de mercado, ajudando no domínio dos custos de transacção, na criação de infra-estruturas e regras institucionais eficazes (quadro legal e fiscal, informação económica, concertação com os operadores, simplificação dos procedimentos para as empresas, revisão do código de investimentos com dispositivos mais atractivos para os investidores, etc.) e facilitando a alocação dos recursos pelos mercados, nomeadamente o mercado financeiro. A modernização do sistema financeiro deverá jogar um papel estratégico pelo que é de se insistir na sua urgência, devido ao longo período necessários para se constituir um aparelho produtivo moderno e eficaz.

O desenvolvimento das infra-estruturas é outro pilar importante, num país que carece de todas elas. Por isso, para o sector dos transportes, o Estado deverá ter como prioridade a reabilitação e a extensão da rede de estradas rurais e a manutenção das existentes. As políticas sectoriais deverão centrar-se no desenvolvimento das trocas marítimas e aéreas com o objectivo de promover as trocas inter-ilhas e criar as condições para uma integração de São Tomé e Príncipe na economia regional. Quanto à política energética, o primeiro objectivo será o de concentrar-se no fornecimento regular da energia com custos mais baixos às empresas e particulares, já que o país tem, segundo os técnicos, uma das energias mais caras do mundo. A liberalização do sector das telecomunicações constitui também uma opção importante com vista a diversificar a oferta e reduzir os níveis elevados dos custos, apesar das tarifas terem vindo a baixar substancialmente.

b) Sectores produtivos

O sector primário – em particular a agricultura – vai continuar a jogar um papel preponderante no desenvolvimento do sector produtivo durante os próximos anos. A curto prazo, este sector representa o principal recurso possível de crescimento e uma via privilegiada para criação de empregos, de luta contra a pobreza e de estabilização das populações rurais. Mas para isso é necessário uma política voluntarista que permita criar as condições duma verdadeira diversificação da produção. Esta deverá apoiar-se em certas indústrias de transformação, do turismo e no desenvolvimento de novos serviços. Globalmente, a diversificação da produção e a promoção activa das exportações deverão

⁷⁰ World Bank, *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*, Oxford University Press,

constituir as duas referências essenciais das políticas sectoriais, tanto para a agricultura como para outros sectores.

Sendo assim, o principal objectivo será a obtenção de uma melhoria justa, participativa e sustentada do bem estar económico e social, devendo-se, para tal, elaborar uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo, assente nalguns elementos de base que se apresentam a seguir:

1. A estratégia agrária deverá centrar-se nas pequenas explorações agrícolas, de modo a repartir largamente os resultados do desenvolvimento a longo prazo. Isto exige:
 - Uma reforma fundiária garantindo que o sector será relativamente igualitário e que não apareçam desigualdades na propriedade das terras;
 - Infra-estruturas rurais suficientes, nomeadamente em matéria de vulgarização agrícola, da irrigação, do transporte e da I&D, adaptadas às pequenas explorações bem como às culturas de viveiro;
 - Acesso suficiente ao crédito para os pequenos agricultores;
 - Bons aprovisionamentos em meios de produção, compreendendo sementes e ferramentas;
 - Termos de troca razoáveis entre a agricultura e os sectores não agrícolas, isto é, preços agrícolas convenientes, suficientemente incitadores para os produtores de géneros alimentícios e de produtos de exportação.

Considera-se que a agricultura familiar deverá constituir a primeira prioridade, beneficiando das novas redistribuições de terra e dum regime relativo às terras que garanta a segurança necessária, devendo o sector ser globalmente orientado para um modelo de policultura com base no cacau, na produção de víveres (auto-subsistência e para o mercado) e na integração das actividades agrícolas e pecuárias.

Por isso, a intervenção pública deverá centrar-se no reforço da dinâmica criada pela privatização parcial das terras, consolidando a pequena exploração familiar e reestruturando os sectores de médias e grandes explorações. Em suma, a estratégia de desenvolvimento deverá apoiar-se em cinco políticas prioritárias, tais como: a criação dum dispositivo nacional de vulgarização; a consolidação dum sistema de crédito agrícola; a adopção de medidas institucionais e fiscais favoráveis à produção, à

comercialização e à exportação de produtos, nomeadamente para a sub-região, em particular para o mercado angolano; a adopção duma política de formação agrícola, a melhoria da qualidade dos produtos, em particular do cacau; e a organização das profissões. Ao mesmo tempo, e à margem da política sectorial, é necessária a reabilitação das estradas rurais que condicionam o desenvolvimento das produções e dos rendimentos agrícolas, bem como a criação de pequenas vilas que contribuam para a estabilidade dos agricultores.

Quanto à **pecuária**, esta deverá ser encorajada tendo em conta o papel que poderá jogar na alimentação das populações e na melhoria dos rendimentos dos mesmos. Assim, a intervenção pública deverá assentar na vulgarização técnica destinada à criação familiar de pequenos ruminantes, frangos e porcos, na criação de medidas legislativas relativas à saúde animal e, por último, na criação de capacidade de abate, já que o país só possui um centro de abate e em estado de degradação.

Dada a existência duma plataforma continental reduzida e pouco produtiva, a **pesca** é um potencial relativamente modesto (12.000 toneladas por ano), concentrada fundamentalmente nas costas da ilha do Príncipe. Por isso, o esforço neste sector deverá ser dirigido ao crescimento da pesca artesanal, onde, segundo os técnicos, se poderá duplicar a captura. Mas para tal, a intervenção pública deverá estar orientada para a difusão de tecnologias mais apropriadas, nomeadamente embarcações de grande porte, onde os pescadores deverão ter acesso a dispositivos de concentração de pescado. Por outro lado, é necessária a criação de mecanismos para o financiamento dos investimentos com vista à melhoria das condições de conservação, transporte e transformação dos produtos da pesca. Estes investimentos permitirão também, numa primeira fase, o desenclavamento da ilha do Príncipe, que se encontra como que em estado de abandono.

2. A criação de ligações sólidas entre a agricultura e outros sectores deverá favorecer a expansão da produção agrícola de modo a satisfazer a procura local e criar as possibilidades de emprego nas zonas rurais e, conseqüentemente, aumentar o rendimento de maneira igualitária. Apesar das ligações rurais serem fracas, elas deverão ser reforçadas através de:

- uma agricultura dinâmica e igualitária que deverá originar uma procura de produtos não agrícolas;

- boas condições de aprovisionamento, o que significa o acesso à energia eléctrica, a criação duma rede eficaz de telecomunicações, a construção de estradas rurais e a reabilitação das existentes, a criação duma base tecnológica e formação para os empresários rurais, bem como o acesso ao crédito para as pequenas empresas rurais.

3. Uma “industrialização” concentrada na criação de pequenas empresas de produção de forte intensidade de mão de obra, bem como uma forte indústria de serviços, poderá engendrar mais empregos para um dado investimento, produzir artigos melhor adaptados, oferecer melhores oportunidades aos empresários locais e que melhor correspondam às capacidades das tecnologias adaptadas.

Apesar do sector industrial não dispor de vantagens evidentes - ausência de matérias-primas em quantidade, carácter insular do país, exiguidade do mercado interno, dificuldades e custos de transportes internos e externos, baixo nível de qualificação da mão de obra, ausência de tradição empresarial – existe um potencial, ainda que modesto, sobretudo no sector secundário - excluindo o petróleo - que pode ser um grande polo de actividade susceptível de criar empregos e participar de maneira mais decisiva na formação do PIB, nomeadamente na fileira da madeira (empresas de serração e marcenarias), nas oleaginosas (produção de sabão, óleo de copra e derivados de nozes de coco) e nas bebidas. Ademais, as pequenas unidades artesanais poderão estar ligadas a produtos do sector primário (carnes, fabricação de ração animal, farinhas de peixe, panificação, conservas de legumes, frutos tropicais secos, mel, tratamento de plantas de essência de perfumes), às bebidas (água mineral) e aos materiais de construção.

Nesta sequência, deverá ser desenvolvida a substituição das importações, pois a maior parte dos mercados da África Subsahariana são demasiado pequenos para que se possa explorar economias de escala no sector industrial. Os mercados regionais podem oferecer a possibilidade de combinar uma certa dose de protecção e um melhor ambiente de concorrência que leve ao aumento da eficiência das empresas. Mas, para que se possa promover o mercado regional serão necessárias algumas medidas, tais como a reforma das tarifas aduaneiras, das disposições monetárias e uma maior integração económica.

Relativamente ao **turismo**, pode-se considerá-lo ainda muito marginal, apesar de representar um potencial de desenvolvimento importante. Este potencial - ambiente natural (ilha, mar, montanha, paisagem luxuriante), pesca desportiva, qualidades humanas dos habitantes, bicultura luso-francófona parcial, património específico das roças e tradições históricas, segurança - tem pouca possibilidade de ser aproveitado enquanto não forem resolvidos os problemas que se prendem com a criação de certas condições prévias, que são necessárias para a valorização do produto turístico e para a redução dos custos. As acções deverão, neste caso, convergir para a aplicação duma estratégia de promoção do sector baseada no eco-turismo e na construção duma imagem de marca específica (valorização do património natural e histórico-cultural). Os investimentos deverão ser, para tal, essencialmente de iniciativa privada, tendo o Estado um papel importante a jogar nas vertentes legislativa e institucional. Por isso, deverá elaborar-se conjuntamente com os operadores privados uma política sectorial (inexistente) e propor um quadro legal e institucional para o sector, já que o mesmo carece de legislação elementar para o seu enquadramento e possível descolagem. Enfim, o Estado deverá mobilizar os parceiros em torno de programas que visem a protecção de locais históricos e naturais, a promoção do artesanato e da cultura, bem como o desenvolvimento da capacidade de hospedagem em zonas rurais. Apesar de não se perspectivar um crescimento substancial do sector nos próximos anos, pretende-se que o mesmo tenha no futuro um grande impacto, não só na economia (valor acrescentado, emprego), nas finanças públicas (receitas fiscais sobre o turismo) e na balança de pagamentos (receitas em divisas), mas também no mundo rural (integração social, abertura cultural, criação de empregos ligados ao turismo) e no ambiente (valorização económica do património).

Ao nível dos **serviços** - financeiros, comerciais, seguros, transportes, comunicações - estes estão dependentes do crescimento da produção mercantil. Mesmo que as perspectivas de desenvolvimento de certos sectores sejam verificadas no âmbito da implementação de zonas francas, o interesse dos investidores ficará ainda por confirmar, pois estas novas actividades implicarão fortes investimentos, com elevados conteúdos de importação e fraca criação de emprego local. Entretanto, poderão ter um efeito positivo no estrangimento externo e contribuir para o equilíbrio externo.

4. Uma protecção comercial selectiva e uma diversificação das exportações impõe-se, de preferência numa base regional, de modo a permitir que STP edifique a indústria

local até ao momento em que seja competitiva a nível internacional. Uma protecção geral tende a encorajar a falta de eficiência, mas uma protecção selectiva para um período limitado é um elemento útil de desenvolvimento. Como se sabe, a África Sub-Sahariana é especializada em exportações tradicionais em relação a outras regiões do mundo. Por conseguinte, ela está sujeita a flutuações e às evoluções nefastas dos sistemas de troca. Por isso, STP deve dar prioridade à diversificação dos produtos industriais e produtos agrícolas não tradicionais de alto valor, como legumes e frutas tropicais.

Estas medidas, para terem êxito devem ser acompanhadas de algumas medidas, tais como: forte reforma aduaneira para prevenir uma protecção selectiva, medidas industriais e agrícolas que favoreçam o desenvolvimento das capacidades de produção nos domínios não tradicionais e, por último, a criação de sistemas de incentivos (incluindo a taxa de câmbio) que visem sustentar este esforço.

Resumindo, as principais opções e medidas de intervenção pública no sector produtivo, deverão ser como a seguir se indica:

Quadro 18: Principais opções e medidas de intervenção pública no sector produtivo

Opções	Principais medidas de intervenção pública
Reforçar a produção do cacau	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservação da natureza (abate, manutenção dos cacaeiros) ▪ Política de qualidade ▪ Organização da fileira e integração de pequenas/médias explorações ▪ Investimentos rápidos e massivos na vulgarização/enquadramento junto aos operadores
Diversificar as exportações agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação das potencialidades das diferentes matérias primas (polpa de coco ralado, plantas de perfumes, especiarias, flores) e definição das condições óptimas de produção, transporte e comercialização ▪ Vulgarização e enquadramento técnico ▪ Infra-estruturas de transporte e de “stockagem” dos produtos ▪ Integração dos produtores
Assegurar um desenvolvimento rápido da produção agro-pastoral de base	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prosseguir com a distribuição de terras ▪ Melhoria das condições de vida (saneamento, habitação,...) ▪ Garantia da terra a longo prazo

Opções	Principais medidas de intervenção pública
familiar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Vulgarização de métodos inovadores ▪ Protecção vegetal e sanitária ▪ Créditos às micro empresas ▪ Medidas fiscais favorecendo a substituição das importações ▪ Organização da comercialização ▪ Medidas que favoreçam a melhoria do poder de compra
Desenvolver os sectores Conexos da agricultura (transformação, transporte, conservação, comercialização serviços técnicos,...)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudo de estratégia dos sectores conexos ▪ Programas de infra-estruturas físicas ▪ Política de formação profissional ▪ Vulgarização de técnicas adaptadas (nomeadamente transformação e conservação dos produtos agrícolas)
Consolidar a pesca artesanal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria das embarcações e técnicas de pesca ▪ Melhoria dos transportes de ligação Príncipe-São Tomé
Promover o ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para voos “charters” ▪ Organizar pequenos centros de acolhimento em zonas rurais (nomeadamente roças) ▪ Proteger os sítios naturais e do património
Desenvolver as actividades Francas e “off-shore”/Promover o investimento Privado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar um estudo económicos sobre zonas francas ▪ Rever o código de investimentos ▪ Criar um ambiente legal de protecção aos operadores ▪ Organizar um gabinete de autoridade de zonas francas e estabelecer uma base de seguimento e avaliação das actividades
Preparar a era do petróleo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar e operacionalizar o Comité de petróleo (seguimento dos estudos e investimentos) ▪ Elaborar um estudo de impacto ▪ Elaborar uma estratégia de gestão dos recursos petrolíferos e contratar “know how” especializado para a gestão dos fundos do petróleo ▪ Formar quadros especializados nesta área

5.1.3. Melhoria da eficácia das políticas sociais

A maior parte das reformas e medidas encaradas aqui, representam apenas meios que visam a melhoria das condições de vida da população e que são os objectivos fulcrais da política de desenvolvimento. Como já se afirmou, as condições de vida das várias categorias sociais foram-se degradando ao longo destes últimos anos e a estratégia do Governo consistiu em propor políticas sociais destinadas a completar o impacto das estratégias produtivas visando responder aos objectivos globais da luta contra a pobreza.

Nos encontros tidos com membros do Governo, no âmbito deste trabalho, foi projectada a ideia de que se ia dar maior importância a todas as acções e medidas que conduzissem ao aumento dos meios e à melhoria da eficácia do sistema educativo e do sistema sanitário, ou seja, tem-se como objectivo a promoção e o desenvolvimento dos serviços de base (educação, saúde, água, saneamento,...) e a sua colocação mais próximos da população.

Para tal, programas específicos foram já propostos pelo Governo com vista à promoção do auto-emprego, à reconversão dos funcionários licenciados da administração, à protecção social aos grupos mais vulneráveis, numa estratégia de reforço da luta contra a pobreza. Não basta, porém, propor programas específicos, é necessária também a adopção duma política de população que deverá reforçar a estratégia social do Governo.

Três orientações deverão caracterizar as políticas em matéria do reforço da capacidade humana:

- Prolongamento do ensino de base obrigatório até à 6ª classe;
- Abertura da 12ª classe;
- Reabertura, depois de muitos anos, de um programa de alfabetização.

Por outro lado, deverá ser levada a cabo uma política de formação profissional, havendo necessidade de medidas radicais que permitam responder aos novos desafios, fundamentalmente na agricultura e na indústria em ambiente concorrencial. Ademais, deverão ser incentivados os empresários que sobretudo aproveitem as capacidades locais.

5.1.4. Reforma das instituições públicas e o reforço das capacidades

Uma das componentes centrais de uma estratégia de desenvolvimento consiste na reconstituição do aparelho do Estado e na mobilização da Administração Pública para as questões de desenvolvimento. É o problema central da governação. Se o reforço das capacidades, no sentido clássico de aquisição, pelos quadros, de competências técnicas numa base durável é uma das componentes da estratégia de reconstrução do Estado e da Administração, as mudanças radicais são condições prévias para que o mesmo tenha sentido.

A reconstituição do Estado implica, para o caso de STP, uma redifinição das suas missões, a congregação dos meios humanos e materiais em relação às missões, uma reorganização do seu funcionamento e do seu modo de gestão. Até aqui, o reforço da capacidade dos agentes foi posta independentemente das outras dimensões, onde a aplicação é concomitante.

O esforço de recomposição da Administração Pública deve ter um sentido universal e desembocar numa adaptação da dimensão, das missões e das organizações mais importantes, entre as quais, a Assembleia Nacional, os Órgãos de Poder Regional e Locais ou ainda as Forças Armadas e de Segurança.

Um outro elemento essencial desta estratégia é a implantação duma verdadeira capacidade de decisão e de aplicação de políticas públicas. Isto impõe três evoluções radicais. Primeiro, será a criação ao nível do Governo e das instituições de condições necessárias à estabilidade política e à boa governação. Segundo, dotar-se de um colectivo de altos funcionários, motivados, ao serviço do interesse geral e com autoridade suficiente para fazer executar as decisões tomadas e, por último, obter através de diversas medidas (reemprego dos efectivos, formação, incentivo financeiro) um forte aumento das capacidades humanas mobilizadas para a gestão dos sectores prioritários.

Globalmente, o que se pretende é o reforço da capacidade institucional, com vista a conseguir um equilíbrio entre as políticas de promoção do sector privado e as medidas susceptíveis de promover e desenvolver a capacidade de organização e de intervenção da sociedade civil.

Esta “demarche” global justifica-se ainda mais, quando a eficácia das políticas públicas assenta não só no desenvolvimento das capacidades dos quadros nacionais na gestão

técnica, administrativa e financeira dos diferentes projectos e acções técnicas, mas também, no desenvolvimento de estruturas autónomas ligadas ao sector privado formal, aos grupos de operadores ou às comunidades de base.

Na perspectiva da nossa abordagem algumas lições podem ser tiradas apontando para pistas indicativas que podem conduzir São Tomé e Príncipe ao encontro dum sucesso desejável e, por consequência, a conseguir uma descolagem económica. Deve-se sublinhar que a vontade política das autoridades nacionais a favor do progresso é uma condição-chave ao longo desse processo. As reformas profundas são necessárias para provocar uma transformação no comportamento dos agentes económicos com vista a obter ganhos de produção e melhoria da eficácia económica. Apesar do país não estar preparado para estas transformações, a experiência doutros países demonstra que a vontade dos dirigentes políticos pode conduzir ao progresso inicialmente imprevisível nestes domínios.

Ademais, é preciso ajudar os responsáveis a forjarem uma visão de longo prazo coerente e realista, e a identificar as complementaridades entre os diferentes factores de crescimento que são necessários aplicar, de forma a assegurar a fiabilidade política das medidas de reforma supramencionadas.

5.2. Algumas políticas sectoriais e acções selectivas

Com um produto interno bruto estimado em 41,3 milhões de US\$ em 1998 para uma população de 130.000 habitantes, STP entra no terceiro milénio como um país muito pobre, com um crescimento fraco e uma economia pouco diversificada, marcada pelo domínio do cacau. Durante os primeiros dez anos que se seguiram à independência, o PIB real por habitante regrediu 30%. Depois, verificou-se um aumento em termos reais globalmente positivo mas fraco (+ 1,2% em média anual entre 1986 e 1997), muito abaixo dos níveis de crescimento da população, estimados actualmente em 2,3% por ano. Os sectores primário e secundário conheceram neste período uma evolução muito desfavorável (ambos com - 4% em média anual entre 1986-1997), e a recessão não pôde ser evitada mesmo com o crescimento do sector público e a sustentação do programa de investimentos públicos.

A estrutura do PIB testemunha, assim, a fragilidade da economia do país: O sector primário participa com apenas 20% do PIB, basicamente suportado pelo cacau. Os

outros produtos agrícolas de exportação (copra e café) caíram fortemente. A pecuária conheceu também um declínio importante e a pesca representou apenas 2% do PIB. Como consequência da reforma fundiária, a principal evolução positiva verificou-se na produção de víveres no ano 2000.

O sector secundário representou 19% do PIB em 1997, incluindo a energia e a construção civil. O sector manufactureiro representou apenas 4%. De realçar que o mesmo se apoia num tecido industrial pouco desenvolvido, frágil e que trabalha muito abaixo da sua capacidade, e que se limita hoje a uma vintena de PMEs.

O sector terciário domina largamente com uma contribuição de 58% na formação do PIB. Esta posição é explicada pela importância da administração pública (23% do PIB) e, em menor medida, pelo peso do comércio e dos transportes depois da liberalização da economia. A contribuição do turismo é marginal.

Por isso, a meta para o sector produtivo deve ser de três ordens:

- Assegurar um ritmo sustentado do aumento do PIB;
- Diversificar os motores de crescimento;
- Desenvolver a capacidade de exportação susceptível de reduzir a extrema vulnerabilidade do país em relação à assistência externa pelo crescimento das receitas em divisas alternativas ao cacau.

Para se atingir tais objectivos torna-se necessário a conjugação de vários factores:

- Estabilidade política;
- Prossecução da desaceleração da inflação e da estabilidade da taxa de câmbio graças à consolidação da política de rigor iniciada em 1998;
- Consolidação dos progressos registados no domínio da produção agrícola, particularmente do sector do cacau;
- Reabilitação da capacidade de execução dos programas de investimento público, em particular nos projectos com forte impacto imediato no crescimento (construção civil);
- Voluntarismo na aplicação de acções prioritárias destinadas a promover o ambiente favorável ao investimento privado, nacional e estrangeiro.

Assim, deveria ser elaborado um Plano de Acção Prioritário (PAP) constituindo um quadro operacional de referência que cubra as áreas de execução da política estatal a médio prazo.

Baseado nas grandes opções definidas e estabelecidas com base no Programa do Governo, o PAP é indissociável da aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural, sustentado pelo FMI, BM e outros parceiros de desenvolvimento.

Assim, tal plano deverá compreender quatro eixos estratégicos:

- Um eixo macro-económico: este eixo já foi elaborado, tendo-se determinado o quadro de coerência para as previsões económicas, cujos elementos deverão ser objecto de actualização anual. Neste quadro macro-económico a médio prazo, o Governo porá em coerência um certo número de objectivos, tais como: (i) regresso a uma posição externa sustentável, (ii) redução do défice das finanças públicas, (iii) relançamento do crescimento, (iv) aligeiramento do peso da dívida externa, (v) resposta à pressão constante da procura social.
- Um eixo sectorial: para cada sector prioritário seleccionado pretende-se hierarquizar uma lista de acções realizáveis a médio prazo (3 anos), apresentando uma matriz de acções segundo o grau de prioridade.
- Um eixo do domínio da selectividade: para o cumprimento deste objectivo o Governo deverá concentrar os seus recursos num número limitado de sectores/acções que considere mais prioritários que outros, devendo-se proceder ao seguimento constante devido à fraca capacidade da administração.
- Um eixo dos investimentos públicos: o Programa de Investimentos Públicos deverá representar um documento essencial de execução do Plano de Acção Prioritário e da aplicação das orientações a médio prazo. Par tal, é necessária a identificação de novas prioridades de investimentos intra e inter-sectoriais. Mas este programa não terá sucesso se não houver apoio da comunidade internacional.

Neste sentido, e com base nas análises efectuadas, identificaram-se ao nível do país, cinco domínios de primeira prioridade, cujas acções estarão plasmadas num programa selectivo a médio e longo prazo. São eles:

- A agricultura;
- As infra-estruturas produtivas;

- A educação;
- A saúde;
- O reforço das capacidades de gestão pública.

A afirmação do carácter prioritário da **agricultura** na estratégia de desenvolvimento justifica-se pelo impacto económico esperado da dinâmica da reforma fundiária. Ela está ligada igualmente ao efeito positivo que a melhoria das condições de vida das famílias agricultoras poderá ter na atenuação das situações de pobreza e na redução de desigualdades. Os dois eixos para o sector serão a prossecução da reforma fundiária e a melhoria das condições de produção e de comercialização dos produtos agrícolas e de pecuária.

Em segundo lugar, é necessária a aceleração da aplicação de medidas tendentes a melhorar os **sistemas de transportes** e da **energia**, respondendo desta forma às necessidades actuais, em particular dos operadores privados. A melhoria das redes de transportes terrestres, o desenvolvimento das instalações portuárias, e o aumento das ligações internacionais são condições indispensáveis, se pretendemos desenvolver a produção agrícola, diversificar as exportações, promover o turismo e atrair os investimentos estrangeiros. A garantia de fornecimento em electricidade constitui um outro factor indispensável ao desenvolvimento do sector privado. Por outro lado, é necessário a redução dos custos dos factores - particularmente nas telecomunicações.

A actual qualidade do **ensino**, a obstrução do ensino secundário e a inadaptação do sistema educativo ao conjunto das necessidades do país faz com que seja prioritária a reforma deste sector. Três aspectos importantes devem ser tomados em conta: a aplicação dum ensino de base de seis anos de qualidade, a criação de condições para um ensino secundário selectivo e ao nível de finalistas, a instituição dum sistema de financiamento através do qual se verá diminuído o papel do Estado. Por outro lado, é necessário rever a estratégia e políticas sectoriais, bem como aumentar o financiamento interno do sector.

A **saúde pública** constitui um quarto sector prioritário, devendo para tal, intensificar-se os programas de luta contra o paludismo, que tem custos sociais, económicos e humanos directos, e que constituem um sério entrave ao desenvolvimento do turismo; melhorar a qualidade dos serviços públicos de prevenção; reformar o sector da saúde e melhorar, como na educação, o financiamento do sector.

Relativamente ao **reforço das capacidades de gestão pública**, este domínio constitui uma condição indispensável para levar a cabo todas as mutações estruturais propostas neste trabalho. Se há deficiências em todos os sectores de gestão, é conveniente estabelecer outras prioridades que sejam realistas face à rigidez actual. Assim, deve-se pôr acento em três domínios fundamentais: a gestão económica e financeira (reforço das regras financeiras e das funções de controle, da gestão orçamental, da gestão da dívida, da programação dos investimentos e da informação estatística); a aplicação de medidas de reestruturação do pessoal do Estado e a reforma administrativa já em curso; funcionamento do aparelho judiciário.

O quadro seguinte apresenta de forma resumida as principais acções públicas que constituirão o domínio de concentração.

Quadro 19: Domínios de concentração do Plano de Acções Prioritárias

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
Agricultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento e diversificação das produções e exportações agrícolas ▪ Assegurar a segurança alimentar ▪ Melhorar as condições de vida das populações rurais ▪ Promover uma gestão racional dos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prosseguir a reforma fundiária (Lei fundiária e novas distribuições de terras) ▪ Aprofundamento das acções de promoção da agricultura familiar ▪ Extensão do dispositivo de vulgarização e adopção dum política de formação agrícola ▪ Consolidação e harmonização do sistema de crédito rural ▪ Melhoramento das condições de tratamento e de comercialização dos produtos agrícolas ▪ Promoção das exportações 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prosseguir a reforma fundiária, com acções de revisão do direito fundiário e novas redistribuições de terras ▪ Coordenação e extensão das acções de vulgarização conduzidos pelos projectos de desenvolvimento em curso. ▪ Reabilitação e construção de novas estradas rurais ▪ Manutenção das estradas rurais e a gestão de outras infraestruturas colectivas nas zonas rurais ▪ Definição dum política de crédito (harmonização das condições de crédito e formação de gestores de crédito) ▪ Organização dos intervenientes para o melhoramento das condições de aprovisionamento em “inputs” e de colheita, comercialização primária e

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			tratamento dos produtos agrícolas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Prosseguir acções de I&D e Projectos-piloto sobre a Produção alimentar e a diversificação das exportações ▪ Reorganização do ensino agrícola
Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a estabilização das populações rurais e a redução da pobreza ▪ Melhorar a saúde da população com um crescimento do consumo de proteína animal ▪ Fornecer uma das bases da diversificação da produção e do desenvolvimento das exportações ▪ Participar no reequilíbrio das contas externas com a redução da importação de carnes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção da pequena pecuária familiar e das pequenas empresas especializadas ▪ Reforço da protecção animal ▪ Adopção de medidas com vista à integração da promoção agro-pastoral ▪ Melhoria das condições de comercialização e de transformação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de uma unidade Epidemiológica e organização do sistema de controlo sanitário ▪ Organização do sistema de vulgarização/formação/I & D ▪ Formação de técnicos em vulgarização e transformação de produtos animais ▪ Reabilitação do centro de incubação ▪ Desenvolvimento de um sistema de informação estatística de pecuária ▪ Elaboração de um estudo de viabilidade para a construção de uma unidade de produção de ração animal ▪ Elaboração de um estudo de

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			viabilidade para a criação de um centro de reprodução <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de um estudo sobre o desenvolvimento das exportações de pequenos ruminantes para os países da subregião
Transporte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitar e assegurar a manutenção das vias terrestres em função dos imperativos produtivos e sociais (zonas isoladas) ▪ Reforçar a rede marítima a fim de assegurar um desenvolvimento integrado das duas ilhas ▪ Desenvolver o transporte marítimo e aéreo internacional de modo a responder às necessidades da diversificação da economia e ao desencravamento do arquipélago 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição e aplicação duma política de manutenção das redes de estradas primárias (SENAE) e das estradas rurais ▪ Melhoria da capacidade operacional do porto em São Tomé ▪ Promoção de projectos de operadores privados para o desenvolvimento de transportes marítimos inter-ilhas e entre São Tomé e o continente ▪ Liberalização do tráfego aéreo ▪ Reforço da segurança aérea ▪ Desenvolvimento da capacidade de planificação do sector 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aceleração do programa de reabilitação das estradas rurais ▪ Reforço dos recursos financeiros destinados a manutenção rodoviária ▪ Reforço da capacidade técnica do SENAE ▪ Reforço da capacidade operacional do porto de São Tomé (equipamentos de descarga, infra-estruturas para a manutenção de navios, reforço da capacidade de gestão,...) ▪ Privatização da Air São Tomé ▪ Estudos preliminares sobre a estratégia sectorial dos transportes (Plano Director)

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Seguimento das actividades dos operadores privados no domínio do transporte marítimo inter-ilhas e entre o arquipélago e o continente ▪ Acções de reforço da segurança aérea (formação do pessoal e manutenção das instalações em terra) ▪ Início de actualização do inventário das estradas rurais ▪ Preparação projecto de apoio desenvolvimento capacidades planificação Direcção transportes
Energia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar as necessidades de base da população em energia ▪ Contribuir para o desenvolvimento dos sectores produtivos criando capacidade de aprovisionamento e uma redução de custos da energia fornecida ▪ Produzir energia minimizando despesas em 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar as capacidades de gestão da EMAE, com prioridade dada ao serviço de manutenção técnica, e o crescimento da autonomia de gestão da empresa ▪ Reabilitação e manutenção da rede ▪ Optimização económica das tecnologias de produção e 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a gestão comercial da EMAE ▪ Formação de serviços de manutenção dos equipamentos ▪ Reabilitação da central do Contador ▪ Reabilitação das redes de baixa e média tensão ▪ Actualização do Plano Director de 1992 ▪ Actualização ou realização dos

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
	divisa	distribuição ▪ Revisão e extensão progressiva da capacidade instalada	estudos de viabilidade relativos aos investimentos futuros: transferência da central da capital, Abade III, projecto hidroeléctrico de Yô Grande e Rio Papagaio ▪ Estudos de viabilidade relativo ao afastamento do Estado e as opções de evolução do sector ▪ Estudos técnico-económicos sobre a mudança de combustíveis
Telecomunicações	▪ Incentivar a participação dos intervenientes públicos e privados do sector no jogo tecnológico e económicos do mercado de telecomunicações ▪ Melhorar a fiabilidade da rede e o nível dos equipamentos das telecomunicações nacionais e internacionais ▪ Reduzir os custos de exploração e as tarifas de	▪ Desenvolvimento da missão pública de orientação para o sector ▪ Melhoramento da qualidade das prestações dos operadores locais ▪ Redução dos custos das comunicações internacionais ▪ Extensão da rede telefónica rural ▪ Melhoria da gestão do espaço rádio-eléctrico	▪ Clarificação do plano institucional relativo a gestão de espaços rádio-eléctricos (controle da utilização do espectro radioeléctrico, controle dos equipamentos industriais, concessão de licenças,...) ▪ Consolidação da rede ▪ Revisão da política tarifária (contrato CST/Estado) ▪ Multiplicação de postos públicos

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
	<p>modo a ajudar o desenvolvimento das empresas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver o serviço telefónico de base nas zonas rurais ▪ Incitar os privados a investirem no sector das telecomunicações 		<p>por cartão</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Extensão da rede de internet ▪ Desenvolvimento de novos produtos
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a universalidade e a igualdade do ensino de base ▪ Combater a desigualdade de hipóteses em matéria de acesso ao saber ▪ Adaptar o ensino secundário à capacidade financeira do Estado, às necessidades da economia e ao nível de exigências necessárias ao ensino superior 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Extensão a 6 anos de ensino de base e a melhoria da sua qualidade ▪ Implantação duma regulação estrita relativa ao fluxo de entradas no ensino secundário ▪ Adaptação dos níveis do ensino secundário às normas internacionais para o acesso ao ensino superior ▪ Desenvolvimento de mecanismos para a correcção de disparidades ▪ Reforma da organização do sistema escolar (planificação, gestão administrativa e logística, formação dos professores,...) ▪ Relançamento da educação não formal 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição e aplicação dum sistema de contribuição para aumentar receitas e repartir convenientemente as despesas orçamentadas ▪ Programas de formação e reciclagem dos professores (ensino primário e secundário) ▪ Institucionalização do estatuto e da carreira docente ▪ Revisão da Lei de bases ▪ Criação duma dotação mínima em material escolar para os alunos mais desfavorecidos no ensino primário ▪ Construção/reabilitação e equipamento das salas do ensino primário e

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			secundário ▪ Estudo e aplicação de medidas de regulação para o ensino secundário (exame de entrada na 7ª classe, direito de inscrição e contribuições periódicas) ▪ Reforço da capacidade em matéria de planificação (carta escolar, sistema de informação estatística) ▪ Estudo sobre a possibilidade de criação da 12º ano
Formação profissional	▪ Promover o ensino técnico-profissional no seio do sistema nacional de formação na base dum sistema flexível e adequado às necessidades da economia ▪ Formar jovens em questões ligadas aos sectores prioritários (agricultura, pecuária, turismo, artesanato, serviços)	▪ Elaboração dum quadro de políticas (Lei-Quadro da formação profissional, política sectorial e plano de acção) ▪ Reabilitação da capacidade de oferta ▪ Instalar filiais com períodos curtos de vida tendo em conta a rápida saturação das necessidades ▪ Promoção de parcerias entre os centros de formação e empresas locais	▪ Elaboração da Lei quadro clarificando o papel dos intervenientes e definindo o tipo de parceria a desenvolver ▪ Estudo das necessidades de formação a curto e médio prazo ▪ Apoio às iniciativas destinadas ao auto-financiamento dos centros de formação ▪ Aplicação de novos programas de formação no

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			domínio das actividades agrícolas
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prevenir as principais doenças, em particular o paludismo, e lutar contra elas ▪ Melhorar os cuidados de saúde primária ▪ Desenvolver a qualidade da assistência curativa e as capacidades de gestão hospitalar ▪ Reformar a organização do sistema de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar os programas de prevenção sanitária (paludismo, SIDA, doenças diarreicas, doenças respiratórias) ▪ Reforçar a formação do pessoal médico e para-médico ▪ Desenvolver as capacidades de financiamento, de organização e de intervenção do sistema de cuidados de saúde primária ▪ Aplicação dum verdadeiro sistema de informação sanitária ▪ Melhoramento dos equipamentos e da gestão dos hospitais ▪ Reforma da política de medicamentos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração e adopção dum política nacional de saúde e dum plano de desenvolvimento sanitário ▪ Definição dum sistema de financiamento para o crescimento e reafecção das despesas da saúde ▪ Intensificação do programa de luta contra o paludismo ▪ Revalorização dos recursos humanos (política de desenvolvimento dos RH, regulamentação de carreiras do pessoal médico e para-médico) ▪ Formação, especialização e reciclagem do pessoal da saúde ▪ Criação dum serviço de inspecção e regulamentação farmacêutica e a criação do Fundo Nacional de Medicamentos ▪ Criação dum dispositivo permanente para

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			<p>fazer face às epidemias</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria do sistema de informação sanitário ▪ Reabilitação dos centros de saúde existentes e construção/equipamentos de novos centros
<p>Reforço das capacidades de gestão pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a gestão dos negócios públicos ▪ Melhorar a coordenação, o seguimento e a avaliação das acções de luta contra a pobreza ▪ Mobilizar recursos adicionais para financiar as acções de luta contra a pobreza ▪ Restaurar a autoridade do Estado melhorando a gestão governamental e garantido um sistema de justiça independente e eficaz ▪ Garantir a protecção dos bens e das pessoas ▪ Promover a descentralização de certas responsabilidades da gestão ao 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 	<p>Gestão do desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação dum programa de formação em planificação estratégica e em gestão (financeira, políticas económicas,...) ▪ Aplicação dum programa de revalorização e remuneração dos agentes públicos ▪ Implantação dum sistema estatístico eficaz permitindo o seguimento permanente das condições de vida dos trabalhadores e a avaliação do impacto das políticas sobre a pobreza <p>Coordenação das ajudas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação dum dispositivo permanente de coordenação e

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
	<p>nível local</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Encorajar a participação das populações no processo de planificação e tomadas de decisão 		<p>organização dos doadores</p> <p>Reforma Administrativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Redimensionamento da Função Pública às necessidades dos serviços e à capacidade interna de financiamento <p>Reforma da Justiça e Administração Interna:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitação do aparelho judiciário: reforma da legislação jurídica, reforço das capacidades dos tribunais e implantação dum tribunal de contas e do comércio ▪ Reforma do sistema penitenciário ▪ Melhoramento da eficácia da Polícia de Investigação Criminal, da Polícia Fiscal e dos Serviços de Migração e Fronteiras <p>Descentralização:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço das capacidades dos colectivos locais (Câmaras e Distritos) e atribuição das

Sector	Objectivos	Orientações estratégicas	Acções prioritárias (por ordem de prioridade)
			<p>competências em matéria de gestão de infra-estruturas e serviços públicos</p> <p>Implantação de “demarches” participativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de mecanismos de concertação entre o Estado, os operadores económicos e a sociedade civil ▪ Apoio à cooperação descentralizada ▪ Reforço das capacidades das organizações sócio-económicas (CCIAS, associações profissionais)

Bibliografia:

- African Governors of the World Bank, Partnership for Capacity Building in Africa: Strategy and Program of Action: a Report to Mr. James D. Wolfensohn, President of the World Bank Group (1996), (Washington, Setembro).
- Agence Française de Développement (1999), Plan diagnostic du secteur pêche e perspective d'avenir, Direcção das Pescas, São Tomé.
- Banco Mundial (1994), L'Ajustement en Afrique, réformes, résultats et chemin à parcourir, Washington, DC.
- Bardhan, P., 1992, Le Rôle de la bonne gestion des affaires publiques dans le développement: une approche d'économie politique, Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris.
- Berry R. A. e Cline W. R (1979)., Agrarian Structure and Productivity in Developing Countries Baltimore, Md, e Londres: Johns Hopkins University Press.
- Christian Morrison (2000), Education and Economic Growth, OCDE et Development Centre and Unesco, Paris.
- Cornia G.A. e Stewart F., «The Fiscal System, Adjustment and Poor», Recherche Economique, vol. XLIV, n° 2-3 (Abril-Setembro 1990).
- CURE, Robert (2000), « Mission d'appui sectoriel en vue de la réalisation du Plan Stratégique de Développement du tourisme de la République de São Tomé », OMT.
- David Turnham avec Leif E. Christoffersen et J. Tomas Hexner (1992), «Pour un Développement Durable de l'Afrique Rurale, caderno de política económica n° 6, OCDE, Paris.
- Demirgüç-Kunt e Levine (1994), The Financial System and Public Sector Reform, ronéo, Banco Mundial, Washington, D.C.
- Dessus, S.,J.-D. Shea e M.-S. Shi (1995), Le Taipei chinois: les origines du "miracle" économique, série «Croissance à long terme», Centre de développement de L'OCDE, Paris.
- Dessus, S. et R.Herrera (1996), Le rôle du capital public dans la croissance des pays em développement au cours des années 80, Document technique N°115, Centre de Développement de l'OCDE, Paris.

- Direcção do Turismo e Hotelaria (2000), CITUR-1, Algumas reflexões sobre o turismo em São Tomé e Príncipe, São Tomé.
- Dominique Mampouya, Patient Bebe Manga Bell e Barthélémy Biao (1992), Integration de l'économie de São Tomé et Príncipe dans la sous-region de l'Afrique Central, Commission Economique des Nations Unies pour l'Afrique.
- Fei J., Ranis G. e Kuo S. (1979), Growth with Equit: The Taiwan Case (Nova York: Oxford University Press).
- Giovanni Andrea Cornia, Rolph van der Hoeven e Thandika Mkandawire (1992), "L'Afrique: ver la reprise économique".
- International INDEMAR Fisheries S.L. (1998), Proyecto de desarrollo pesquero en la Republica de São Tomé & Príncipe, Ministério da Agricultura e Pescas, São Tomé.
- PIRES, Ivon Filho e PICARD, Jacky (2000), Reforma Fundiária: Garantia de titularidade e o reforço do poder local, São Tomé.
- Frieden, Jeffrey, "Classes, Sectors, and Foreign Debt in Latin America, in Comparative Politics. Vol. 21 (Octubro 1988), 1-20.
- Confraria, João (1995), Desenvolvimento Económico e Política Industrial – A economia portuguesa no processo de integração europeia, Universidade Católica Editora.
- Hipólito dos Santos, José (1999), Appui a la diversification des activités productives et génératrices de revenus, Proyecto de luta contra a pobreza em São Tomé e Príncipe, BIT.
- Kiranandana T. e Tontisirin K. (1982), «Thailand: Estudo de Caso sobre o Financiamento da Saúde/ Serviços de Nutrição durante os anos 80 e Opções para a Próxima Década» Paper nº 23 (Florence: Centro de Desenvolvimento Internacional para Crianças, UNICEF)
- Lee, C.H. (1995), La transformation économique de la Corée du Sud: leçons pour les économies en transition, Centre de Développement de L'OCDE, Paris.
- Lele U. e Agarwal M., Smallholder and Large-Scale Agriculture: Are There Trade-Offs in Growth and Equity? Washington, DC: Banco Mundial, 1989.

- Liedholm C. e Mead D. (1985), «Small-Scale Industry in Africa» Documentos para a Assembleia de Estudos Africanos, New Orleans.
- Loxley J. (1988), The African Framework for Structural Adjustment: « Alternative Approach», mimeo (preparado para a Organização da Unidade Africana e a Comissão das Nações Unidas para a África).
- Lucidus Publicações, Lda - Revista África Hoje, anuário 1996/97, As perspectivas de desenvolvimento económico e social do continente africano, Portugal.
- Maddison, A . (1995), L'Économie mondiale 1820-1992, Analyse et statistiques, Centro do Desenvolvimento da OCDE, Paris.
- Mata L. e Rosero L. (1988), National Health and Social Development in Costa Rica: Estudo de Caso de Acção Inter-sectorial, Paper nº 13 (Washington, DC: Organização Pan Americana da Saúde).
- Ministério da Economia (1999), Carta de política agrícola e de desenvolvimento rural, São Tomé.
- Ministério da Economia (1999), Nota explicativa sobre a Lei e Regulamento de pesca e Projecto de Lei das pescas e ambiente aquático, São Tomé.
- Ministério da Economia (2000), Estratégias para o desenvolvimento da agricultura nacional no horizonte 2010 (segurança alimentar), São Tomé.
- Ministério do Plano e Finanças (1997), As aspirações dos são-tomenses, São Tomé.
- Ministério dos Assuntos Económicos e Financeiros (1995), Seminário sobre a avaliação institucional, São Tomé.
- Myrdal, G (1968), Asian Drama: An Inquiry into the Poverty of Nations, Pantheon, New York.
- PNUD (1999), Programme d'appui technique pour la mise en oeuvre du Plan de développement stratégique du tourisme, São Tomé.
- PNUD (1999), Rapport 1998 - coopération au développement, São Tomé.
- PNUD (1999), Relatório sobre o desenvolvimento humano em São Tomé e Príncipe, São Tomé.
- Programa do Governo (1999), São Tomé.

- Ranis G. (1989), «Asian and Latin American Experience: Lessons for Africa», Documento apresentado no atelier sobre «De nouvelles stratégies de développement en Afrique», Oxford, 11-13 Dezembro.
- Rene C. de Wolf (1983), *Developpement industriel. Potentialites et identification de projects*, Centre pour le Developpement Industriel, Bruxelas.
- Revue du Tiers Monde, 1997, vol, XXXVIII, n° 149.
- Rocha, Adão S. (1995) , *Atelier sobre desenvolvimento industrial*, Ministério dos Assuntos Económicos, São Tomé.
- Robinson D., Byeon Y. e Teja R. em colaboração com Tseng W. (1991), «Thailand: Adjusting to Sucess-Current Policy Issues», Paper n° 85 (Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, Outubro, 1991).
- Sachs, J. D. e Warner (1995), “Economic Reform and the Process of Global Integration”, *Brookings Papers on Economic Activity*, N° 1.
- Segunda Assembleia Extraordinária do MLSTP (1981), *Relatório do Conselho Coordenador do MLSTP sobre as directrizes principais do Desenvolvimento Económico e Social da República Democrática de São Tomé e Príncipe para os anos de 1982-1985*.
- Tenreiro, Francisco (1942), *A Ilha de Nome Santo*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- Torres, Adelino (1998), *Horizontes do Desenvolvimento Africano, No limiar do século XXI*, veja Universidade, Lisboa.
- Van der Hoeven R. (1988), *Planning for Basic Needs: A Soft Option or a Solid Policy?* (Aldershot:Gower).
- Van de Walle, Nicolas (2000), *Economic Reform in Africa, 1980-2000, Patterns and Constraints*, Documento preparado para o Workshop sobre Democracia e Desenvolvimento em África, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Varoudakis, A. (1996), «Régimes non démocratiques et croissance, théorie et estimations», *Centre de Développement de l’OCDE*, Paris.
- Vaz Afonso Fernandes, Manuel, (1998), *Dissertação de Mestrado em Sociologia sobre “Os Imbróglis da Transições em S.Tomé e Príncipe 1974-1991”*.

- Woillet J.C. e Espírito Santo J. (1991), Pour une promotion des micro e petites entreprises artisanales à São Tomé e Príncipe. BIT.
- World Bank (1993), The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy, Oxford University Press, New York.
- World Bank (1993), Global Economic Prospect and the Developing Countries, Washington, D.C.

Legislação consultada:

- Decreto-lei nº 24/75, de 31/10/75, DR nº 33 - determina que sejam consideradas de utilidade pública e nacionalizadas várias empresas.
- Decreto-lei nº 32/78, de 24/10/78, DR nº 43 - determina que sejam confiscadas diversas propriedades agrícolas.
- Decreto-lei nº 30/80, de 5/8/80, DR nº 36 – determina que seja permitida a realização de investimentos estrangeiros em São Tomé e Príncipe por parte de entidades de reconhecida idoneidade e capacidade técnica e financeira.
- Decreto-lei nº 34/85 de 27/11/85, DR nº 16 – permite a criação na República Democrática de São Tomé e Príncipe de empresas sob a forma de Sociedades Anónimas “Off-Shore”.
- Decreto-lei nº 23/88, de 22/6/88, DR nº 9 – regulamenta a cedência de propriedade do Estado para exploração individual ou colectiva.
- Decreto-lei nº 32/88, de 4/8/88, DR nº 14 – dá concessão de terras pertencentes ao Estado.
- Decreto-lei nº 34/88, de 3/10/88, DR nº 20 – procede à desanexação de dependências de algumas Empresas Estatais Agro-Pecuárias.
- Decreto-lei nº 11/89, de 17/5/89, DR nº 8 - autoriza a criação de zonas francas na RDSTP.